

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

KÉDMA DE ANDRADE NOGUEIRA DE GOUVEIA

Na teia do alimento orgânico no Espírito Santo

VITÓRIA
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

KÉDMA DE ANDRADE NOGUEIRA DE GOUVEIA

Na teia do alimento orgânico no Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

VITÓRIA
2017

KÉDMA DE ANDRADE NOGUEIRA DE GOUVEIA

Na teia do alimento orgânico no Espírito Santo

Versão da dissertação a ser apresentada no exame de defesa, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, em nível de mestrado, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação da professora Celeste Ciccarone.

Aprovada em _____, de _____ 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Celeste Ciccarone (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Prof. Dr. Paulo César Scarim (Co-orientador)
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Prof. Dra. Elaine Azevedo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof. Dra. Cláudia Schimitt Job Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

*Às famílias de agricultores e agricultoras
que plantam e colhem, com o suor do seu
rosto, o nosso alimento.*

AGRADECIMENTOS

Ao mestre do amor, por ter colocado em mim a eternidade e a oportunidade de relacionar-me profundamente com todos os seres ao meu redor. Àquele que me amou primeiro.

Ao meu melhor amigo, e agora companheiro com quem fiz a aliança de servir por toda a vida. Paulo, sou grata porque encontro em você a paz, a paciência e o suporte para os dias bons e aqueles nem tão bons assim, que conhece cada pensamento deste trabalho e me ajudou a construir tudo isso aqui! Obrigada por ter dito sim e me dar a mão para caminhar juntos nessa vida louca.

Aos meus pais, e minha vó, agradeço por acreditarem nos meus sonhos, por me apoiarem, por estarem presentes em todas as chamadas, necessidades e vontade de colo. Amo vocês, cada dia mais, não estaria aqui sem o amor e cuidado contínuo oferecido por vocês.

Aos meus amiguinhos do coração, e familiares que estão sempre por perto- mesmo longe. Cada um de vocês me abastece de forma diferente, espero conseguir retribuir o amor que vocês me dão.

À Celeste e ao Scarim, aqueles que me orientaram para além das palavras, agradeço cada troca que realizamos, esse tempo junto me ensinou muito mais do que a academia consegue entender.

À Cláudia, por ter me recebido em suas aulas com tanta dedicação e alegria que me inspiraram a continuar e caminhar por novos caminhos. À Elaine, que construiu um trajeto importante sobre a temática e se disponibilizou mesmo em um momento delicado da sua vida. Agradeço pela oportunidade ter vocês por perto, queridas.

Aos agricultores, principalmente à Geovanna, que sorriu para mim desde o primeiro dia quando a procurei na feira, você é especial para mim, sou grata por compartilharem das suas histórias de vida comigo.

“A própria natureza criada aguarda, com vívido anseio, que os filhos de Deus sejam revelados. Porquanto a criação foi submetida à inutilidade, não por sua livre escolha, mas por causa da vontade daquele que a sujeitou, na esperança de que também a própria natureza criada será libertada do cativeiro da degeneração em que se encontra, recebendo a gloriosa liberdade outorgada aos filhos de Deus. Sabemos que até hoje toda a criação geme e padece, como em dores de parto”.

Romanos 8: 19-22

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como se dá o processo de expansão do alimento orgânico no Espírito Santo, entendendo-o como *coisa* central, não apenas como um objeto de pesquisa. Utiliza-se da abordagem teórico-metodológica de seguir o alimento do lugar de comercialização para o lugar de produção, tendo como ponto de partida a experiência do trabalho de campo com os agricultores das feiras orgânicas e agroecológicas da região metropolitana da grande Vitória, sobretudo a feira do bairro Jardim Camburi. Analisa-se os movimentos realizados pelos principais atores responsáveis pela expansão da malha de produção dos alimentos orgânicos no estado, desde o fim dos anos 1960, quando se produzia agricultura alternativa a convencional até o *boom* de produção e circulação de alimentos orgânicos. O foco se dá nas feiras, o lugar onde encontra-se relações diretas entre os atores. Privilegia-se a narrativa construída pelos agricultores, compreende-se, portanto, a sua relação subjetiva com os alimentos produzidos, as potencialidades e dificuldades da produção, as relações de parentesco entre as famílias da associação com predominância na feira estudada, e a relação dos agricultores com a feira.

PALAVRA-CHAVE: Alimentos orgânicos; feiras; lugar, agricultores; malha.

ABSTRACT

The purpose of this research is to understand how the process of organic food expansion in Espírito Santo occurs, understanding food like a central thing, not just as a research object. The theoretical-methodological approach is used to follow the food from the place of commercialization to the place of production, starting from the experience of the field work with the organic and agroecological fairs farmers of the Big Vitória metropolitan region, especially the street market of Jardim Camburi neighborhood. We analyze the movements carried out by the main actors responsible for the expansion of the organic food production meshwork in the state, from the end of the 1960s, when alternative to conventional agriculture was produced, until the boom in the production and circulation of organic foods. The focusing is on street market, the place where there are direct relations between the actors. The narrative constructed by the farmers is privileged, and their subjective relation with produced foodstuffs, the potentialities and difficulties of the production, the relations of kinship between the families of the association with predominance in the street market studied, and the relation of the Farmers with the street market.

KEY WORDS: Organic food, street market, place, farmers, meshworks.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- EFAs no ES

Mapa 2- Origem dos alimentos convencionais que abastecem a Central de abastecimento do Espírito Santo (CEASA) Cariacica

Mapa 3- Agricultores orgânicos cadastrados pelo MAPA no ES

Mapa 4- FAA das feiras da RMGV

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Contratos do Pronaf de 1999 A 2016

Gráfico 2- Dados sobre a circulação dos alimentos no ES tendo como referência os anos de 1970.

Gráfico 3- Dados sobre a circulação dos alimentos no ES tendo como referência os anos de 2010.

Gráfico 4- Fluxo de relações e expansão dos alimentos orgânicos no ES.

Gráfico 5- Associações presentes nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.

Gráfico 6- Organização dos agricultores na feira de Jardim Camburi

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1- Informações sobre o Mepes
- Quadro 2– Informações sobre a IECLB
- Quadro 3 – Informações sobre o grupo KAPI'XAWA
- Quadro 4- Informações sobre a APTA
- Quadro 5- Informações sobre a Apsad-Vida
- Quadro 6- Informações sobre os restaurantes e lojas especializadas
- Quadro 7- Informações sobre o INCAPER
- Quadro 8- Informações sobre a TAPUIO ECOLÓGICO
- Quadro 9- Informações sobre a FETAES
- Quadro 10- Informações sobre a VERO SAPORE
- Quadro 11- Informações sobre o IDAF
- Quadro 12- Informações sobre a SEAG
- Quadro 13- Informações sobre o MPA
- Quadro 14- Informações sobre o Instituto Chão Vivo
- Quadro 15- Certificados por OCS no Norte do ES
- Quadro 16 Certificados por OCS na RMGV no ES
- Quadro 17 – Certificados por OCS no Sul do ES
- Quadro 18 – Certificados por OCS na região Serrana do ES
- Quadro 19 – Agricultores certificados pelo ICV na região Serrana do ES
- Quadro 20 – Agricultores certificados pelo ICV
- Quadro 21 – Membros da Cporg no ES
- Quadro 22- Informações sobre o SEBRAE
- Quadro 23- Informações sobre a Amparo Familiar
- Quadro 24- Informações sobre o Projeto Broto
- Quadro 25- FAA por barraca nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV
- Quadro 26- Informações sobre os consumidores da feira do bairro Barro Vermelho (BV)
- Quadro 27- Informações sobre a organização de pertencimento dos consumidores da feira de BV

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Malha da produção alternativa no ES

Figura 2- Malha política do FAA no ES

Figura 3- Malha de serviços do FAA no ES

Figura 4 – Mercado popular do MPA

Figura 5. Agricultores, alimentos e consumidores da feira de Jardim Camburi

Figura 6- *Croqui* da região de estadia para trabalho de campo (Alto de Santa Maria de Jetibá).

Figura 7- A organização da Agricultura Familiar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Total de produtores cadastrados no MAPA

Tabela 2- População Urbana e Rural do município de Cariacica

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMPARO FAMILIAR- Associação de Agricultores e Agricultoras de produção orgânica e familiar de Santa Maria de Jetibá

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AO- Agricultura Orgânica

APSAD-VIDA- Associação dos produtores Santamarienses em defesa da Vida

ASPTA- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CEASA- Centrais de Abastecimentos do estado

CPORG- Comissão de produção orgânica

EFA- Escola Família Agrícola

ES- Espírito Santo

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBD- Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF- Instituto de Defesa da Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IDEC- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IFOAM- Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica

INCAPER- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

MAPA- Ministério da Agricultura e do Abastecimento

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

NEAD- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OCS- Organização de Controle Social

ONU- Organização das Nações Unidas

OPAC- Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PEDEAG- Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

RMGV- Região Metropolitana da Grande Vitória

RV- Revolução Verde

SEAG- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do ES

SEBRAE- Serviço de apoio às micro e pequenas empresas

SPG- Sistema Participativo de Garantia

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	8
Capítulo I – A expansão da produção do alimento alternativo ao convencional no ES	12
1.1 Décadas de 1960 e 1970: A semente da produção alternativa no Espírito Santo	14
1.2 1980: O florescer da Agricultura Alternativa no ES	18
1.3 1990: A consolidação da Agricultura Alternativa e as experiências incipientes de comercialização	27
1.3.1 A predominância da agricultura convencional	36
1.3.2 A malha da produção alternativa no ES	42
Capítulo II- A expansão da produção e comercialização dos alimentos orgânicos	48
2.1 Anos 2000: O boom da produção e consumo de alimentos orgânicos	49
2.1.1 A malha política de produção e comercialização dos alimentos orgânicos no ES	58
2.1.2 A malha de serviços e comercialização dos alimentos orgânicos no ES	64
2.2 As feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV	68
Capítulo III - Seguindo o alimento a partir da feira orgânica de Jardim Camburi	85
3.1 De volta para casa	89
3.2 Dificuldades e potencialidades	92
3.3 A organização familiar da agricultura orgânica	97
3.4 De volta para feira	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
BIBLIOGRAFIA	117
ANEXOS	122

APRESENTAÇÃO

A história da expansão e formação da teia de produção de alimentos orgânicos no Espírito Santo (ES), pode ser exposta de diversas perspectivas.

Não há pretensão de se esgotar uma exposição e análise sobre todos as instituições, movimentos, acontecimentos históricos, conexões e atritos dos atores envolvidos nesta malha, mas escolho, nesta pesquisa, aprofundar sobre aqueles atores mais presentes e representativos em seu momento histórico.

Decidi partir da proposta de seguir o alimento e deixar que ele apresentasse os atores que envolvem o seu processo de produção, tomando como princípio teórico a perspectiva de Tim Ingold (2012) sobre repensar a vivacidade dos objetos que estão ao nosso redor, a fim de compreender a trama de agentes que compõe a rede analisada.

O alimento neste trabalho, portanto, é uma *coisa* central, não apenas um objeto. Tim Ingold cria uma analogia sobre o que ele compreende a respeito dos objetos ao redor dos humanos citando um vegetal: a “árvore não é um objeto, mas um certo agregado de fios vitais. É isso que entendo por coisa”. O alimento, assim como a árvore é aqui percebido como uma *coisa* que “é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p. 29).¹

Atento em seguir o alimento orgânico como uma trama formada pelos diversos atores, onde é necessário recontar histórias, ligar pontos, compreender conflitos. “Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião” (INGOLD, 2012, p. 28-29), uma reunião de fios que representarão a vivacidade da *coisa* observada.

Dos diversos atores e histórias que encontrei na construção deste trabalho, dou destaque, na análise, aos agricultores, sobretudo, à primeira

¹ O autor não realiza sua análise a partir da perspectiva do alimento, essa é a escolha teórico-metodológica desta pesquisa. As noções apresentadas pelo autor serão repensadas neste trabalho levando em consideração o “objeto” de estudo.

família que acolheu a iniciativa desta pesquisa, seja na sua barraca, ou em casa.

O mérito do destaque aos agricultores não se dá pela maior importância dentre os demais atores, mas pela baixa prioridade de estudos relacionados a este ator. A atuação, experiência, perfil e influência dos consumidores na expansão da agricultura orgânica, por outro lado, pode ser encontrada com maior facilidade, vide pesquisas realizadas de Guivant (2003); Portilho (2008); Bernadino (2016); Sposito (2016).

Foi partindo da feira que se deu o trabalho de campo desta pesquisa, que levou a estadia na casa de uma família de produtores de alimentos orgânicos. Desta casa, fui levada por indicação a outra família, e depois a outra instituição, e assim por diante. Os caminhos foram traçados, tendo como fio condutor o alimento orgânico, sendo convidada, portanto, a reuniões, encontros, café da tarde, viagens, entre outros.

Utilizei buscas documentais através de relatórios elaborados pelas organizações, arquivos pessoais, contribuições a partir de anotações dos atores envolvidos nas instituições em encontros nacionais, além de trabalhos referentes à temática anteriormente realizados, leis, sites, blogs e notícias online.

Parti, também, da observação participante no sentido da relação de alteridade e da experiência. Conforme Goldman (2006, p.169-170) sustenta: “é sempre assim que as coisas se dão no campo: nosso saber é diferente dos nativos, não por ser mais objetivo, ou verdadeiro, mas simplesmente porque decidimos a priori conferir a todas as histórias que escutamos o mesmo valor”.

Os diversos dados desta pesquisa foram construídos a partir de escritos do caderno de campo, prerrogativa da pesquisa etnográfica, e de entrevistas gravadas e transcritas (algumas não foram gravadas). Procurei entrevistar atores que não eram referências na área, na tentativa de agregar narrativas mais ricas e descentralizadas, e construir um histórico alinhado às lembranças pessoais dos atores considerados coadjuvantes, vale afirmar que tal iniciativa não excluiu a aproximação junto aos líderes.

Para compreender a expansão do alimento orgânico, foi necessário traçar o trajeto que o alimento percorre para, então, encontrar os atores principais que fazem o alimento chegar até o seu destino final.

As feiras orgânicas foram escolhidas como o princípio da trajetória, por ser um espaço que permite a interação entre o produtor e o consumidor, do canal aberto para questionamentos a respeito da produção e comercialização do alimento orgânico. Entendo que há uma maior organicidade do alimento neste lugar, no sentido daquele que está vivo, assim como apresentado por Ingold (2012).

Adentro em uma diversidade de conceitos, significados, noções, nomenclaturas que rodeiam o conceito de orgânico. Encontro uma série de disputas entre os atores presentes na expansão das práticas alternativas, com interesses políticos, econômicos e sociais diferenciados, muitas vezes conflituosos, marcados por lutas, resistências, avanços e retrocessos.

No sentido em que Bourdieu (2011) expõe em *O Poder Simbólico*, entendo que as diversas categorias e nomenclaturas têm intencionalidade, dominações e poder embutidos em seu uso.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às revelações de força que as fundamentam (BOURDIEU, 2011, p.11).

Analiso o termo “orgânico” apresentado pela Lei nº 10.831, de dezembro de 2003, artigo 2º., e percebo que este termo abrange os denominados modelos de produção “ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei” (BRASIL, 2003).

Entendo que há um histórico de desenvolvimento por trás de cada noção pontuada no artigo que fica camuflada no conceito de orgânico. Por outro lado, a aglutinação destas noções no termo orgânico cria possibilidades de caracterizar a produção de um alimento não convencional e torná-lo

acessível aos consumidores criteriosos quanto à veracidade da produção alternativa através de selos de certificação.

Opto por utilizar o termo “alternativo”, no que se refere à produção de alimentos contrária à produção convencional até o fim dos anos 1990, e o termo “orgânico e agroecológico”, que são utilizados pelos agricultores e pelo Estado, a partir da criação da Lei nº 10.831, de dezembro de 2003.

Apresento o contexto atual de comercialização de alimentos orgânicos, também, com base referenciada pela Lei nº 10.831, que institui os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, ou seja, define os organismos responsáveis pela certificação, fiscalização e normatização da produção e circulação de alimentos orgânicos.²

A caracterização da certificação é importante neste trabalho, pois, nas feiras orgânicas, só é possível comercializar com a contratação de uma Certificadora ou por Organização de Controle Social – OCS. Nas feiras agroecológicas dos shoppings, os produtores que ainda não possuem certificado, mas que estão na transição para alcançar, podem comercializar caso já estejam em processo de certificação.³

O Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento (MAPA) estabelece três formas de adquirir esta certificação no Brasil: pela contratação de uma Certificadora por Auditoria; ligando-se a um Sistema Participativo de Garantia-SPG, que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC, ou ainda, caso o

² A fiscalização da produção depende da forma como a associação obtém o certificado de produção de orgânicos.² Se for através de auditoria, a certificação se dá por técnicos responsáveis, com duas visitas anuais à propriedade cadastrada no sistema nacional de produtores orgânicos. Neste caso, a certificadora também é auditada pelo MAPA e pelo Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). No caso da produção certificada por OCS, os agricultores realizam visitas às propriedades uns dos outros, conforme acordo interno dos agricultores membros da associação (encontramos a frequência comum a cada dois meses) e o MAPA visita as propriedades caso seja notificado.

³ No decorrer da pesquisa, surgiu uma feira no Centro de Vitória que é uma articulação da associação Apsad-Vida com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esse último por sua vez não possui certificação, e realiza a comercialização de forma autônoma, sem relação com a Prefeitura Local (no quesito do alvará de utilização do espaço) e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no que tange a fiscalização da comercialização. Uma iniciativa, portanto, independente do circuito reconhecido pelo Estado de comércio da agricultura orgânica.

interesse seja apenas pela venda direta ou institucional, os produtores podem formar uma Organização de Controle Social - OCS.⁴

O diferencial da produção certificada através de OCS é o livre acesso aos locais de produção e a divisão do controle social entre os consumidores e produtores junto ao órgão fiscalizador. Assim como afirma a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a AO, no art. 3º: todos os produtos deverão ser certificados por organismos reconhecidos oficialmente. No § 1º, encontra-se mais informações sobre outras formas de certificação:

No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento (BRASIL, 2003).

Constam, até o mês de julho de 2017, mais de 15 mil e 940 produtores orgânicos registrados no Brasil, considerando apenas os produtores certificados através de algum dos meios atestados pelo Governo (BRASIL, 2016).

Vale ressaltar que a noção e a prática da produção orgânica neste trabalho estão inseridas no contexto de produção da agricultura familiar.

A agricultura familiar no Brasil “responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País”⁵. Diferentemente, a produção orgânica no Brasil tem um total de 1% da área de agricultura no Brasil, 0,7 milhões de hectares, segundo dados da Federação Internacional dos Movimentos de

⁴ O ES não conta com nenhuma certificação de produção através de SPG, possuindo certificação apenas por auditoria e OCS.

⁵“O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção” (BRASIL, 2015) Para mais informações sobre a produção da agricultura familiar no Brasil ver site do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em 20 de fev. 2016.

Agricultura Orgânica (IFOAM, 2016). Ou seja, o termo “agricultura familiar” abrange diversas produções, entre elas, a agricultura orgânica, mas não se resume ou equipara unicamente a esta.

O conceito de agricultura familiar pode ser questionado, segundo Bombardi (2003). A autora afirma que o termo “foi introduzido a partir da década de 90 em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado” (BOMBARDI, 2003, p. 109). Critica essa versão, apontando-a como “muito frágil” para a complexidade teórica que está posta:

O ‘conceito’ de agricultura familiar, como bem mostrou Fernandes (2001), tem tido um forte cunho político por trás, e foi especialmente disseminado por pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Este núcleo é parte integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e desenvolveu pesquisas no Brasil todo e, evidentemente, orientou as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento agrário durante o mandato do presidente Fernando Henrique (BOMBARDI, 2003, p.115).

Tais políticas públicas estimulavam a disseminação da ideia de um desenvolvimento rural pautado única e exclusivamente no avanço do uso de fertilizantes, insumos químicos, agrotóxicos, e da expropriação dos saberes-fazer dos camponeses.⁶

Será utilizado o conceito de agricultura familiar, porém, levando em consideração não a inserção destes agricultores no mercado, mas, sim, a familiaridade nas ações, a cultura da participação de todos membros no trabalho com a terra.

A partir do que se visualiza deste cenário apresentado, entendo a necessidade da investigação e aprofundamento do processo histórico de expansão da produção orgânica no estado, assim como a construção de uma

⁶Radünz (2013) realizou uma pesquisa para compreender como as relações de poder poderiam interferir na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar nas merendas escolares. Em nenhum momento os atores sociais envolvidos nas escolas trabalhavam assuntos relacionados à agricultura familiar com os estudantes, influenciando no fato de os alunos não saberem de onde vinha sua merenda. O agravante se intensifica quando os próprios diretores da escola não sabiam diferenciar os significados da agricultura familiar e da agroecologia, segundo relatos da autora.

perspectiva sobre a rede de relações dos atores envolvidos nesse processo, além da relação e convivência direta com agricultores durante o período da pesquisa. Acredito que assim é possível obter mais clareza de como as coisas se dão no campo, quais histórias serão contadas.

Foram alcançados os seguintes objetivos específicos no trabalho: mapear os sujeitos coletivos e as malhas formadas pela expansão da comercialização dos alimentos orgânicos no ES; compreender o fluxo dos alimentos e agricultores das feiras da Região Metropolitana da Grande Vitória; e analisar especificidades de relacionamentos na feira de Jardim Camburi, a partir da experiência etnográfica junto aos agricultores.

Metodologicamente, realizo os seguintes percursos da análise: no primeiro capítulo, analiso o crescimento das práticas agroecológicas e orgânicas no estado entendendo as particularidades do ES. São apresentadas as conexões entre os principais atores das Regiões Norte, Sul, Sudoeste Central e Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), subdividindo o período de análise em décadas, no intuito de compreender os movimentos de ascensão e declínio da participação dos atores na rede de produção orgânica do ES que estão envolvidos em alguma instância com o surgimento das feiras orgânicas na Região Metropolitana da Grande Vitória.

No segundo capítulo, o foco se dá na rede de comercialização no ES, com ênfase nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV. Apresento, aqui, as principais associações que fazem parte das feiras, características particulares dos municípios e associações que produzem e comercializam de forma direta ao consumidor. Na construção teórico-metodológica deste capítulo, vale destacar que escolhi apresentar o fluxo dos alimentos e dos agricultores (FAA) de forma conjunta. Os dados, portanto, não foram analisados separadamente; alimentos e agricultores realizam o mesmo trajeto e compartilham do mesmo fluxo de um ambiente para outro, entendendo que a realidade geográfica se dá exatamente no trajeto, e não nas coisas ou pessoas, apenas, segundo Dardel (2010).

No terceiro capítulo, aprofundo nas experiências e vivências diretas com grupos de agricultores familiares de Alto de Santa Maria de Jetibá. São

analisadas as histórias pessoais da ascensão da produção orgânica, comparando-as e diferenciando-as a partir dos diversos perfis entre os produtores. Compreende-se, nesse capítulo, os impactos do trabalho do agricultor com o alimento orgânico, seu relacionamento com o lugar “feira”, e os parentescos familiares encontrados na associação de agricultores com maior status de atividades no ES.

INTRODUÇÃO

Vir ao mundo é se destacar da terra, mas sem romper jamais, inteiramente, com o cordão umbilical pelo qual a terra nutre o homem.

ERIC DARDEL⁷

Seguir o alimento do ambiente da feira é caminhar para outros ambientes a partir do fluxo que já é realizado cotidianamente. Os alimentos e os agricultores realizam semanalmente um retorno para casa e uma volta para feira. Esse movimento foi seguido e representado neste trabalho, como forma metodológica de análise. Foi a partir do acompanhamento da trajetória feira-casa-feira que foram identificados os diversos atores responsáveis pela formação da malha de relações e composição da produção e circulação de alimentos orgânicos no estado.

A feira é o ambiente escolhido para se partir a análise e o trabalho de campo, pois foi possível presenciar o *boom* de inauguração de feiras na Região Metropolitana da Grande Vitória e por ser o lugar, o ambiente, onde as coisas são notoriamente vivas e possíveis de ser seguidas.

A inquietude geográfica que atrai esta pesquisa está em pensar a partir das relações na feira. O conceito de geograficidade, proposto pelo geógrafo francês Dardel (2011), contribui com uma análise filosófica da existência humana em sua relação orgânica com a terra, traz reflexões da intimidade da relação humana com as diversas naturezas, como por exemplo, o que é

⁷ E. Dardel, Homem e a terra, p. 47. São Paulo: Perspectiva, 2011.

comunicado pela terra e pelo ambiente ao *homem*.⁸ Neste trabalho, a iniciativa foi de seguir o alimento a partir do lugar que lateja relações orgânicas: a feira.

Além do fenômeno repentino de abertura das feiras orgânicas e agroecológicas, entende-se, aqui, a feira como o ambiente de reunião de vidas, no sentido que Ingold (2012) afirma, pois é possível traçar os fluxos, seguir as coisas (alimentos) e encontrar o agricultor logo a frente, do outro lado da barraca⁹. Ingold (2012) apresenta sua teoria com uma analogia sobre os fios de uma teia de aranha, método que facilita a compreensão da sua intencionalidade.

O autor apresenta a ideia de que os fios são tecidos a partir da existência e do movimento da aranha, à medida que ela vai trilhando o ambiente, não conectam pontos ou ligam coisas, todavia, a teia significa o complexo das linhas de devir, da existência da própria aranha em movimento naquele ambiente, e com o propósito de construir seu espaço.

O questionamento realizado aqui sobre a noção de rede dialoga, em boa medida, com a construção realizada por Schimitt (2011) sobre a busca por uma abordagem relacional que dê conta das complexidades do mundo rural-urbano atual. Entendo que a noção de rede (assim como a noção de malha), não é um “condensador de promessas”, que garantirá todas as particularidades das relações entre os atores sendo analisadas e explícitas nesta pesquisa. A autora alerta para se entender o real significado da contribuição desse termo para a análise agroalimentar atual e, portanto, me propus a questionar o uso da noção de rede neste trabalho.

A autora aponta diferenças entre os estudos da rede nas ciências sociais, demonstrando a heterogeneidade do uso e possíveis arranjos. A abordagem da ação social na teoria do ator rede, de Latour (2007) é um exemplo, segundo ela, do esforço em repensar que as “redes e atores só

⁸ O sentido de “homem” utilizado pelo autor refere-se aos humanos, e não ao gênero masculino. Levo em consideração utilizar o mesmo termo do autor, pelo simples fato de na época da escrita do trabalho, a questão de gênero não ter sido pautada e reconhecida pelos estudiosos, não compactuo com a utilização desta categoria atualmente.

⁹ Sobre o fluxo de vida entre o agricultor e o alimento, aprofundaremos no Capítulo III com mais detalhes deste movimento, construído na experiência etnográfica.

‘ganham vida’, de fato, através da reconstrução de determinadas cadeias de associações” (SCHIMITT, 2001, p. 104).

Opto por utilizar a noção de “malha”, ao invés da noção de “rede”, com base teórica apresentada por Ingold (2012) e inspirada em Henri Lefebvre no seu modo de perceber a textura da escrita. Lefebvre vê os movimentos e ritmos da mão que rabisca como uma malha de linhas, e não apenas como uma composição verbal. O objetivo do uso deste termo é apresentar a ideia de malha como a composição de ritmos de atividades humanas na construção dos múltiplos espaços vividos e construídos, para além de pontos que se conectam.

Encontro, portanto, uma relação entre a geograficidade, apresentada por Dardel (2011), que implica na íntima relação e interação do *homem* e o ambiente que o envolve, traçando fluxos da realidade geográfica de ser e estar no mundo, e a construção do ambiente de Ingold (2012), partindo do pressuposto que as malhas existentes é a representação complexa de uma interação entre humanos e não humanos.

O lugar da feira, desta forma, é o ambiente que atrai a presença, o olhar, o participar, o pesquisar, no sentido que Dardel (2011) propõe sobre a realidade geográfica. É deste lugar que parte a análise, o sentir, as vivências.

Diferente disso, compreende-se que ambientes como os supermercados (apesar de ser possível encontrar alimentos *in natura*) apresentam diversos obstáculos para entender a trajetória daquele alimento até chegar à prateleira. Há uma necessidade de ultrapassar diversas barreiras, entre elas hierárquicas e profissionais, por exemplo, como buscar o supervisor do setor, o gerente do lugar, o fornecedor daquele tipo específico de alimento, e quem sabe, é possível encontrar o produtor. Os fios que são tecidos pelos agricultores na venda indireta têm, portanto, mais desvios, impasses, bloqueios na perspectiva da relação com o consumidor, por exemplo.

Por isso, privilegio, neste trabalho, as linhas traçadas pelo movimento do agricultor (aranha) e da sua construção conjunta com o alimento (linha) que forma a teia de produção orgânica no trajeto da comercialização nas

feiras orgânicas e agroecológicas da Região Metropolitana da Grande Vitória. Entende-se que a vida presente nesse movimento merece destaque e aprofundamento de análises.

As experiências da pesquisa seguiram na tentativa de romper com um olhar estreitamente pré-estabelecido, me deixando ser afetada pela vivência do campo como condição central para produção do conhecimento, assim como defende Favre-Saada (2005). Busco reconsiderar a afecção, perceber que a experiência da pesquisa etnográfica é algo que não passa apenas pelo pensamento, mas envolve também o sentir. Estar na feira, compartilhar o trabalho, conversas em casa, ou uma xícara de café, fez parte do processo de construção representativa da teia já existente de relações dos atores.

É traçado aqui, portanto, uma trama, assim como sugere Marcus (2001), através de uma etnografia multilocal, seguindo pessoas, objetos, conflitos, metáforas, biografias, vidas. Entende-se que estes elementos caminham por diversos espaços e constroem conexões no seu percurso.

O objetivo, contudo, não é criar uma regra geral de como acontecem todas as trajetórias dos alimentos orgânicos no mundo, mas demonstrar que a formação cultural da trajetória do alimento orgânicos no ES não é necessariamente uma condição apenas dos atores desta malha. Assim como o autor afirma:

la etnografía multilocal es un ejercicio de mapear un terreno, su finalidad no es la representación holística ni generar un retrato etnográfico del sistema mundo como totalidad. Más bien, sostiene que cualquier etnografía de una formación cultural en el sistema mundo es también una etnografía del sistema y que, por tanto, no puede ser entendida sólo en términos de la puesta en escena convencional de la etnografía unilocal, suponiendo realmente que el objeto de estudio sea la formación cultural producida en diferentes localidades, y no necesariamente las condiciones de un grupo particular de sujetos. (MARCUS, 2001, p.8)

O estudo de caso etnográfico nas feiras e nos locais de produção dos alimentos orgânicos representa, portanto, o estado do Espírito Santo, mas perpassa variados locais, na tentativa de dar mais subsídios para a análise e perspectivas vivas do movimento das *coisas*.

Finalizo o trabalho por onde há a largada, formando o trajeto feira-casa-feira. O alimento foi seguido como *coisa* central a partir do ambiente de

comercialização, produção (compartilhando de experiências cotidianas com os agricultores) e de volta ao ambiente de comercialização, agora, com um olhar de maior reconhecimento das especificidades do processo de produção e comercialização dos atores da malha no ES.

Capítulo I – A expansão da produção do alimento alternativo ao convencional no ES

Analiso, neste capítulo, o crescimento das práticas agroecológicas e orgânicas no estado entendendo as particularidades construídas pelos atores do ES.

O objetivo do desenvolvimento deste item da pesquisa é entender historicamente qual é a estrutura da malha de expansão do alimento alternativo no ES, que veio a se tornar alimento orgânico a partir das políticas governamentais e, sobretudo, da atuação de movimentos sociais, organizações não-governamentais e associações da sociedade civil. Ao final da caracterização dos atores, foram construídas visualizações e análises das múltiplas linhas enredadas desta malha de relações.

Compreendo segundo Dardel (2011) que a realidade geográfica aqui apresentada está para além da análise de um objeto, ou de uma “geografia patética” que apela para um romantismo da relação dos *homens* com a Terra. Sustento aqui a teoria apresentada pelo autor que

a “geografia” permanece, habitualmente, discreta, mais vivida que exprimida. É pelo hábitat, pelo ordenamento dos campos de suas vinhas, de suas pradarias, por seu gênero de vida, pela circulação das coisas e das pessoas, que o homem exterioriza sua relação fundamental com a terra. (DARDEL, p. 34)

Parto, portanto, da “circulação das coisas e das pessoas” para compreender a relação exteriorizada entre os diversos atores da teia de produção e circulação dos alimentos orgânicos no ES.

Para facilitar a exposição, foram separados os momentos históricos por décadas, para que fosse abrangido um número maior de atores no período, entendendo que o contexto histórico das relações entre eles é a

chave para compreender as experiências atuais destes atores. Apresento ainda os atores conforme a localização regional no estado, entendendo-a como propulsora das conexões entre os atores.

Escolho representar os principais atores, com maior número ou relevância de atividades, mais citados por outros atores entrevistados e com maiores ligações entre eles em quadros com o mesmo padrão de informações, na tentativa de facilitar a conexão posterior destes em um mapa de atores da malha de produção do ES no desenvolver das décadas de 1960 até o fim de 1990.

As informações contidas no quadro de exposição dos atores são: o nome da organização; a data de criação; a região de atuação no estado; a natureza jurídica; como era a atuação dessa instituição na sua formação e como se dá a atuação hoje; conexões da instituição com outros atores da malha, e atritos do ator com outros atores da malha. Sobre os dois últimos critérios, deve ser levado em consideração o período de dois anos da pesquisa para análise, portanto, não representam dados conclusivos, mas iniciais.

Vale ressaltar que não foi criado um quadro de representação para os agricultores e para os consumidores, pois não há um perfil único de representação de ambos — apesar de trazer características sobre o consumidor de uma das feiras orgânicas da RMGV e das associações de produtores. Não há ainda um quadro de representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), porque as políticas, programas e serviços nacionais serão expostos no Capítulo II deste trabalho.

Alguns atores não estão representados em quadros devido aos limites de tempo para a construção deste trabalho, o que induzem à escolha para foco na análise. Estes atores serão representados na malha construída pelo alimento orgânico e pelos demais atores no final do capítulo.

Apresento a seguir os atores que compõem essa malha, não com a intenção de tratá-los apenas como sujeitos dessa pesquisa, mas como construtores dos ambientes que permitem os fluxos do alimento orgânico no Espírito Santo.

1.1 Décadas de 1960 e 1970: A semente da produção alternativa no Espírito Santo

A semente da produção alternativa à produção convencional se dá como manifestação de resistência ao discurso desenvolvimentista da década de 1960, que estava como pano de fundo de uma série de práticas devastadoras à vida dos agricultores familiares.

O padrão da agricultura convencional se intensifica no pós-guerra e culmina na década de 1970, com a chamada Revolução Verde. O discurso da “revolução” incentivava, entre outras coisas, a introdução das monoculturas de exportação, avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos e o melhoramento genético, que marcam a entrada de ideias industriais no campo e de fundamentos de uma sociedade baseada na produção em larga escala de alimentos

O trabalho de Raquel Daré (2012) apresenta o contexto rural do período de 1960 e 1970 no Espírito Santo, levando em consideração um importante debate sobre a ideia da “crise” do café no estado e o atraso da agricultura familiar¹⁰. A ideologia foi alastrada por todo o estado, afetando, sobretudo, o meio rural, com promessas de melhorias na produção agrícola a partir de avanços tecnológicos para os agricultores familiares.

A autora apresenta as consequências desse discurso a partir do crescimento da concentração fundiária, da perda de diversidade, do esvaziamento das áreas rurais, a concentração urbana e industrial na Grande Vitória e para o empobrecimento do solo com o uso de “técnicas baseadas no modelo mecânico-químico-biológico da Revolução Verde” como os insumos químicos, agrotóxicos, e sementes geneticamente modificadas (DARÉ, p. 199, 2012).

Daré (2012) ressalta a organização de diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento

¹⁰ Autora aponta para disseminação do ideal de crise ter sido uma estratégia para a implantação da ideologia e do discurso desenvolvimentista do ES.

dos Pequenos Agricultores (MPA), a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES) e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, tendo como pauta de luta a defesa de práticas agroecológicas, baseada em saberes populares e experiências coletivas alternativas.

O Norte do ES foi impactado especificamente pelas práticas desenvolvimentistas na implantação de grandes negócios agrícolas, como a silvicultura e a pecuária de corte, e por consequência, uma agregação de valor às respectivas atividades da indústria da Celulose e frigoríficos.

É nesse cenário que Sales (2009) apresenta experiências pontuais, mas significativas para a construção de um ideário alternativo do discurso desenvolvimentista na região Norte do estado. A Associação de moradores de Nova Esperança - São Mateus, criada em 1970, cria em 1972 uma escola que ajudou mais de 500 crianças em situação de risco social. Entre as atividades realizadas pela escola, estava o cultivo de hortas para estimular o consumo de alimentos saudáveis de famílias de bairros carentes¹¹.

Entendo que tal iniciativa contribuiu para a disseminação da iniciativa agroecológica da região, sendo uma oportunidade de troca de experiência entre os professores, os pais dos estudantes, agricultores e as crianças e adolescentes beneficiados pelas práticas da horta na escola.

É destaque, sobretudo neste período, a atuação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que inauguram as Escola Família Agrícola (EFA) nos anos 1968 no Sul do estado em Alfredo Chaves, Anchieta, Rio Novo do Sul, e em 1975, inaugurado em Iconha. No Norte do estado, nas regiões de Boa Esperança, São Mateus, Jaguaré e São Gabriel da Palha, as EFAs são inauguradas, também em 1975, contendo o mesmo e princípio da pedagogia da alternância.

As EFAs fazem parte do marco da produção alternativa no estado, sobretudo, devido à pedagogia da alternância, a qual incentivava a educação no campo com as famílias das crianças, diminuindo o êxodo rural dos jovens

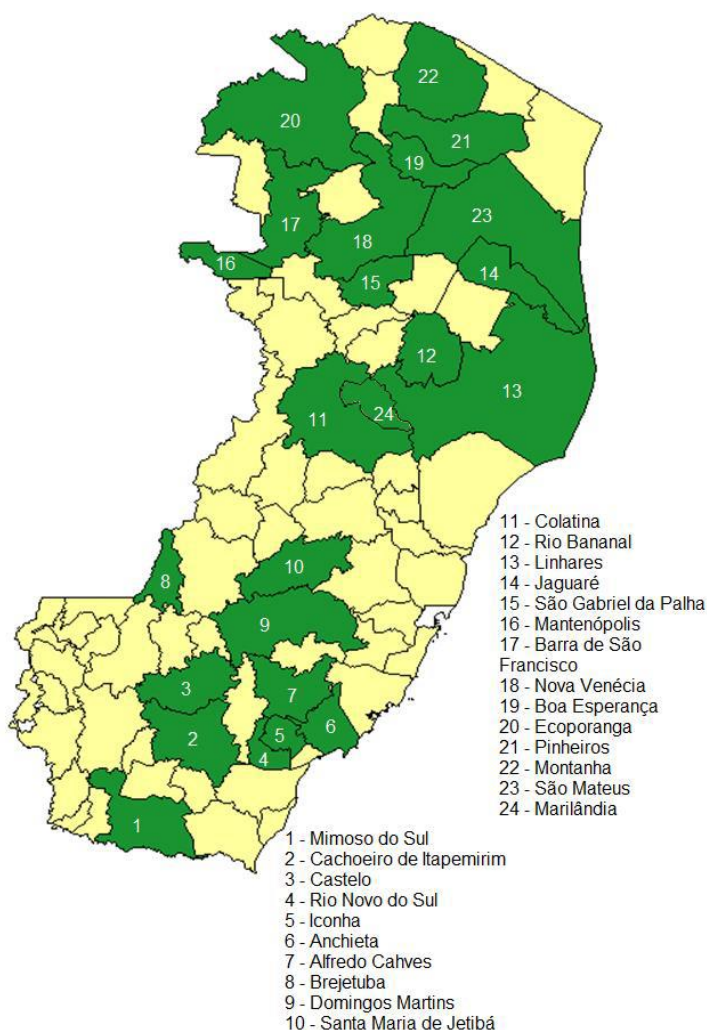
¹¹ Atualmente, a escola criada pela associação é de domínio público, gerida pelo Governo do Estado. Mais informações sobre a Associação Nova Esperança encontram-se disponíveis em: <<http://www.novaesperanca.org.br/quem-somos/historia>> Acesso em 20 de fev. 2017.

agricultores. No estatuto do MEPES, no art. 1º, o movimento é apresentado como inspirado pelos ensinamentos cristãos e tem como objetivo, segundo o art. 4º, a integração do campo e cidade. Denominava-se uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos. Atualmente, as EFAs recebem repasse de recursos públicos para manutenção das escolas. O MEPES participa, atualmente, do espaço público e democrático da Comissão de Produção Orgânica (CPORG), representando o segmento de “Ensino e extensão”¹².

Diversos produtores associados e individuais que possuem filhos próximos a uma EFA optam por esse ensino, já que com a pedagogia da alternância o filho pode continuar trabalhando na agricultura com eles. Muitas crianças e adolescentes vão às feiras a fim de ajudar os pais — principalmente por causa do domínio da língua portuguesa, já que os produtores mais antigos não têm facilidade com a linguagem. Grande parte dos filhos dos agricultores das feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV estuda nestas escolas, que estão em diversos municípios, como mostra o mapa abaixo, apresentado por Zanoni (2014).

Mapa 1- EFAs no ES

¹² Mais informações sobre a CPORG serão apresentadas no Capítulo II deste trabalho, onde a atuação do Estado e de órgãos responsáveis sobre a produção e circulação de alimentos orgânicos ganham destaque.



Fonte: Zanoni (2014). Nota: Elaborado pela Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES).¹³

Quadro I- Informações sobre o Mepes

¹³ Em 2001, foi criado o conselho regional dos Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA's) direcionado para jovens do campo, que culminou em 2003 na Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES). A RACEFFAES participou no III Fórum Social Mundial, principalmente relacionado a temática "sementes: patrimônio da humanidade". A RACEFFAES é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educacional. Está a serviço das associações dos Ceffas e tem por finalidade promover a unidade político-pedagógica, no sentido de garantir a manutenção dos princípios filosóficos e pedagógicos da alternância e a administração dos Ceffas pelas famílias dos agricultores. (SALDANHA; ANTONGIOVANNI, SCARIM, 2009, p.155)

 Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES)

Data de criação: 1968

Região de atuação: Inicialmente na região sul do estado, posteriormente no norte e sudoeste central.

Natureza jurídica: Associação Civil de direitos privados, sem fins lucrativos.

Como atuava na sua fundação: Atuação na área de Saúde e educação. Construção de hospitais, postos de saúde, escolas com adoção da pedagogia da alternância.

Como atua hoje: Escola Família Turismo, *Escolas famílias Agrícolas (EFA's)*, creches, centro de formação e reflexão pedagógica.

Associação com atores da malha: Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA), Secretaria de Estado da Educação (SEDU), Comissão da Produção Orgânica; Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB):

Conflitos: Ainda não identificados;

Fonte: entrevistas, documentos online e registros escritos. Elaborado pela autora

Percebe-se, no quadro acima, que as construções da malha e ator se dão com instituições que ainda não foram apresentadas, pois historicamente elas se estabeleceram no ES, posteriormente ao surgimento da mesma. Assim como a APTA, associação que contribui com fomento político de crescimento através de reuniões e debates sobre a agroecologia no ES. A SEDU, posteriormente, contribui com fomento financeiro na expansão das escolas.

O movimento embrionário alternativo no ES, portanto, tem um caráter de resistência marcado pela intervenção educacional através da pedagogia da alternância — nas EFAs. Entendo que este projeto impulsionou a expansão de práticas agroecológicas, assim como apontado por Sales (2009), a partir do trabalho da agricultura familiar e da preocupação com os filhos e o futuro da agricultura.

1.2 1980: O florescer da Agricultura Alternativa no ES

A partir de 1980, o cenário brasileiro e também estadual, de fome e insegurança alimentar, fomentou o abastecimento alimentício das cidades e provocou o surgimento de diversos movimentos, instituições, associações, federações e produtores individuais de alimentos alternativos a produção convencional.

Nos municípios Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Domingos Martins, na região Serrana, Sudoeste e Central do ES, a Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB) foi pioneira nas atividades agroecológicas estimulando diversos projetos na área da saúde. O público alvo destes projetos eram os agricultores convencionais, descendentes de pomeranos, os quais seguiam a orientação da produção de monoculturas, coerentes com o discurso desenvolvimentista da Revolução Verde. O alcance aos agricultores se deu através de palestras, programas, projetos, que alertavam acerca do manuseio dos agrotóxicos na produção dos alimentos.

Em depoimento na Assembléia Legislativa do ES, o agricultor Daniel, morador de Alto de Santa Maria de Jetibá, Sudoeste Central do ES, região Serrana, apresenta informações históricas sobre a produção agroecológica no estado¹⁴. Ele afirma:

Naquela década, em 1985, tivemos naquela região, um pastor da Igreja Luterana que começou a se preocupar porque aconteceram muitos óbitos, o que não acontecia antes. O pessoal começava a morrer, e muitas vezes, os óbitos eram assinados como causa desconhecida. O pessoal estava morrendo. Esse pastor, que infelizmente já se foi, chamava-se Vítório Krause- talvez alguns de vocês conheçam esse camarada- começou a se preocupar e nos convidar, quem fazia parte da comunidade, para discutir um pouco. Foi aí que começamos a nos preocupar porque nós, agricultores, estávamos morrendo por intoxicação.

A Igreja contribuiu, neste sentido, principalmente na advertência e no apoio aos agricultores para aderirem a novos métodos de cultivo. Aos poucos, esses agricultores começaram a produzir de maneira alternativa e se relacionam com outros atores para conquistar esforços, espaços de comercialização destes alimentos.

No quadro abaixo, é possível ver a diversidade de projetos que a IECLB executou em parceria com outras instituições. A Comissão Pastora da Terra (CPT), desde sua atuação no ES, assume caráter ecumênico, no apoio e incorporação de outras igrejas cristãs como a IECLB. Juntas as entidades

¹⁴ Depoimento disponível no site Vitrine Capixaba: <<http://vitrinecapixaba.blogspot.com.br/2016/10/daniel-plaster-agricultor-de-santa.html>>. Acesso em 20 de jan. 2017.

religiosas incentivaram os pequenos produtores na expansão das feiras na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A IECLB teve o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e pesca (SEAG), principalmente a partir de 2004, com a criação da Gerência de Agricultura Orgânica, trabalhando em rede no apoio ao pequeno agricultor que realizava a transição para uma produção orgânica.

A IECLB está presente desde as primeiras ações da APTA no ES. São destacáveis a assistência técnica, a assessoria na elaboração de projetos e o estímulo à produção agroecológica em grande parte das atividades da IECLB como oriundos desta relação entre ambos atores.

Por já estarem estabelecidas em alguns lugares do ES, as EFAs foram um apoio importante para os projetos desenvolvidos com os agricultores pela IECLB, aliados fundamentais principalmente das famílias pomeranas, residentes da região Serrana, Sudoeste e Central do ES.

Quadro 2– Informações sobre a IECLB

Nome: Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB)
Data de criação: A igreja foi criada no ES por volta dos anos 1930.
Região de atuação: Região Serrana, sudoeste central do ES.
Natureza jurídica: Entidade religiosa
Como atuava na sua fundação: A partir dos anos 1980, a IELB uniu-se a uma série de associações na luta contra o agrotóxico e um contínuo apoio ao pequenos agricultor. Concretizou seu apoio através do Projeto Guandu, Projeto Denes e Bases, Associação Diacônica Luterana, e a Fundação Luterana
Como atua hoje: Não identificamos projetos da IELB em funcionamento no apoio direto aos produtores orgânicos;
Associação com atores da malha: Comissão Pastoral da Terra (CPT), APTA, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e pesca (SEAG), MEPES - EFA's;
Conflitos: Ainda não identificados;

Fonte: pesquisas das graduandas Daniela Carvalho Burgos e Franciny Siqueira (Instituições de apoio à pesquisa: Comissão Pastoral da Terra, Fundação Sementes e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Elaborado pela autora.

Duas experiências agroecológicas estavam acontecendo também no Sul do ES nesta década. Em Cachoeiro do Itapemirim, em 1983, foi criado pelo engenheiro agrônomo Nasser Youssef, o Hortão Capixaba- também conhecido como Hortão Municipal. O “Hortão” teve início no mandato do ex-prefeito Roberto Valadão. A iniciativa foi realizada para subsidiar a merenda

escolar do município, hospitais e abrigos para idosos, tal como para alimentar famílias em risco social. A experiência alcançou mais de 9 mil pessoas, sendo considerada recorde na produção de citrus no país.

A experiência do Hortão Municipal foi caracterizada por Wolff (1995) como “a mais nova corrente da agricultura ecológica”, e o autor chama-a de Agricultura Nasseriana, comparando a outras diversas agriculturas alternativas, dando ênfase a suas especificidades. O Hortão foi um marco nas experiências agroecológicas da época, e atualmente não está mais em execução na região¹⁵.

No final dos anos 1980, outra experiência em destaque no Sul do estado foi a criação o grupo Kapi’xawa, em Alegre. A iniciativa foi conduzida por estudantes e professores da Universidade Federal do ES e atuava no beneficiamento e implantação de técnicas inovadoras no incentivo à agricultura alternativa. A partir de 2007, o grupo passou por um momento de transição, tendo uma baixa frequência no número de membros e, por consequência, nas atividades realizadas pelo grupo. Em 2009, o grupo retoma às atividades com estudos na área da agroecologia. Atualmente, participa de conselhos municipais e estaduais envolvidos com as temáticas de Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 3 – Informações sobre o grupo KAPI’XAWA

¹⁵ Outras experiências de hortas comunitárias estão em andamento, atualmente, no Espírito Santo. No município de Serra, Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), existem uma associação e um coletivo realizando o movimento, assim como no Centro de Vitória. Não é nosso intuito adentrar práticas que estão fora da rede de comercialização dos alimentos orgânicos, mas vale ressaltar a existência desta experiência. Reportagem que mostra as experiências de horta comunitária no Espírito Santo, disponível em: <<http://seculodiario.com.br/32256/10/capixabas-no-mapa-mundial-das-hortas-comunitarias#.WHFKEm5LzWg.facebook>>. Acesso em 26 de fev. de 2017.

 Kapi'xawa

Data de criação: 1987

Região de atuação: Sul do estado, município de Alegre.

Natureza jurídica: Organização não governamental, sem fins lucrativos

Como atua historicamente: realizam parcerias em trabalhos participativos de extensão com agricultores, através de mutirões nas atividades de plantio, cercamento de nascentes, manejo, colheita.

Associação com atores da malha de fundação: Associação de Programa em Tecnologias Alternativas (APTA), Escola Família Agrícola (EFA);

Associação com atores da malha: Sítio Jaqueira Agroecologia, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alegre – (SITRUA), Rede da Agricultura Familiar de Alegre (RAF), Rede de Educação Cidadã (RECID)

Conflitos: Ainda não identificados.

Fonte: Entrevista e página online do Kapi'xawa, disponível em: < <https://kapixawa.wordpress.com/>>. Dados estruturados pela autora.

Assim como apresentado no quadro acima, as conexões com outros atores da malha mudaram. Inicialmente, o grupo participava de encontros, reuniões e atividades em conjunto com outras instituições politicamente engajadas e importantes para expansão da produção alternativa de alimentos.

Atualmente, os atores que aliam esforços com o grupo são o Sítio Jaqueira Agroecologia, que realiza práticas agroecológicas desde 1987, e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alegre - SITRUA, uma parceria entre duas entidades que estão em processo de reconstrução. O grupo trabalha no apoio ao planejamento estratégico do sindicato, junto a professores do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo (CCA-UFES). Outro ator é a Rede da Agricultura Familiar de Alegre (RAF) que busca em conjunto o acesso a políticas públicas na área do desenvolvimento rural sustentável. O grupo participa ainda da Rede de Educação Cidadã (RECID), que trabalha construindo uma educação popular através de oficinas, cirandas, jornadas pedagógicas com grupos historicamente vulneráveis.

Encontros, seminários, congressos e conferências fortaleceram o movimento agroecológico no Brasil na década de 1980. Sales (2009) ressalta o II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em Petrópolis, no Rio Grande do Sul, em 1984, como um impulsionador da agricultura alternativa no ES. Segundo a autora, deste evento foi trazida uma carta denominada “Carta de Petrópolis”, cujo cerne era um compromisso

firmado dos agentes públicos do ES para com a agricultura alternativa. Deste compromisso, Sales (2009) afirma que cresceram os subsídios e possibilidade de implementação, em 1985, no ES, do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) da organização não governamental (ONG) conhecida como Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

A PTA/FASE, criada em 1985 com sede na capital, Vitória, se transformou posteriormente na Associação de Programa em Tecnologias Alternativas (APTA), e se tornou uma entidade autônoma em 1990. A APTA mudou-se para Colatina em 2004, região noroeste do estado, devido ao aumento na demanda de trabalhos na região. Posteriormente, em 2008, mudou-se para São Mateus, pelo mesmo motivo anterior, e onde se encontra até hoje.

A organização tem uma memorável atuação, principalmente na assessoria técnica aos produtores que estavam em transição da agricultura convencional para a agroecológica e no auxílio à elaboração de planos de manejo do solo de forma agroecológica pelos produtores, elaboração de cartilhas ilustrativas sobre técnicas de plantio, de manejo com as sementes e com a terra de forma sustentável.

Atualmente, a APTA está presente na CPORG, no setor de representação da assistência técnica/mobilização social, e está ligada principalmente às associações de produtores de Iconha, Sul do estado, tais como a Vero Sapore e Tapuio Ecológico. Ambas as associações são certificadas por Organismos de Controle Social (OCS) e realizam o controle de qualidade entre os próprios produtores. Em relação a Vero Sapore, especificamente, ajudou na elaboração de projetos para chamadas públicas, através da qual a associação conseguiu benefícios, como um caminhão para o suporte das atividades.

A APTA é financiada por instituições como a Brot für die Welt (Pão para o mundo), que é uma organização de ajuda das igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha em parceria com o Brasil. Inicialmente, o financiamento à APTA era realizado pelo Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento, conhecido como Evangelische Entwicklungsdienst (EED),

e a parceria na criação da APTA se deu com o Grupo Kapixa'wa, e com o RECIDE, auxiliando com oficinas sobre agroecologia. Participou ainda de espaços de discussão e práticas agroecológicas da Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA)¹⁶ e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Quadro 4- Informações sobre a APTA

Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/FASE); Atual: Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA);

Data de criação: 1985 ligada a FASE; 1990- entidade autônoma;

Região de atuação: Inicialmente no Norte do Estado, posteriormente Sul e Sudoeste central.

Natureza jurídica: Associação de direito privado, sem fins lucrativos.

Como atuava na sua fundação: a proposta inicial era apoiar a estruturação de uma rede estadual voltada para a promoção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo, fundado na agricultura familiar e nas tecnologias alternativas através de cursos, palestras, reuniões e eventos em geral.

Como atua hoje: Na assessoria técnica e práticas agroecológicas das Associações de produtores certificados através de OCS, apoia comunidade quilombolas e pequenos agricultores a ter acesso ao PAA, e o PNAE.

Associação com atores da malha de fundação: INCAPER, SEAG, Secretarias Municipal de Agricultura (SMA) de Iconha, SMA de Santa Maria de Jetibá, MPA, MST, FETAES, Associação Chão Vivo, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fundação Luterana Sementes, FASE, Centro Integrado de Educação Rural (CIER), EFA's, RECIDE, Rede Alerta, Via Campesina;

Associação com atores da malha: CPORG, VERO SAPORE, TAPUIO ECOLÓGICO; Via Campesina, MPA, Comunidades Quilombolas do Norte do ES,

Conflitos: INCAPER (disputas ideológicas e internas- sujeitos caminharam de uma instituição (APTA) para outra (INCAPER).

Fonte: relatos de campo, documentos históricos de reuniões, estatuto interno. Elaborado pela autora.

No fim dos anos 1980, os movimentos de produção alternativa de alimentos começaram a se organizar. Foi em Alto de Santa Maria de Jetibá que foi criada a primeira Associação de Produtores Santamarienses em Defesa da Vida (APSAD-VIDA). A ideia da produção alternativa inicia-se por volta dos anos 1985, mas se concretiza na fundação da associação, em 1989.

A APSAD-VIDA foi a segunda associação de produtores alternativos criada no Brasil, segundo Sales (2009), e desde sua criação, está presente em diversas feiras, orgânicas e agroecológicas na RMGV. É um ator que se mostrou atuante desde o princípio, participando com membros da associação

¹⁶ A ACA “representa um reconhecimento da agroecologia como traço de união entre as diversas comunidades de agricultores familiares no Norte do Espírito Santo” (SALDANHA; ANTONGIOVANNI, SCARIM, 2009, p.155).

na primeira feira experimental de Tancredão, e na primeira feira orgânica, em 2002, em Barro Vermelho. A APSAD se destaca desde então na malha de produção de alimentos, tendo um rigoroso processo seletivo de agricultores para fazer parte da associação.

A conexão da APSAD-VIDA com outros atores, como pode-se ver no quadro, se transformou historicamente junto com o desenvolvimento das instituições. A IECLB e a EZE, sendo os pioneiros na construção da malha na região Serrana, assim como os sindicatos rurais. Posteriormente, em contato com consumidores que desejavam a comercialização próximo às suas residências, é possível observar a conexão com a Associação de moradores de Barro Vermelho (Vitória). O SEBRAE foi um fio condutor que apoiou a certificação dos produtores junto ao Instituto Chão Vivo. Atualmente, a APSAD-VIDA está representada na CPORG como produção e mobilização social, participando na deliberação de políticas, ações e programas relacionados a comercialização e produção de alimentos orgânicos.

Quadro 5- Informações sobre a APSAD-VIDA

Associação dos produtores Santamarienses em defesa da Vida (APSAD-VIDA)
Data de criação: 1989
Região de atuação: Serrana - sudoeste central, Santa Maria de Jetibá
Natureza jurídica: Associação civil, de direitos privados, sem fins lucrativos.
Como atua historicamente: mobiliza a atuação dos produtores na prática da produção orgânica no ES e participa da comercialização dos alimentos nas feiras da RMGV.
Associação com atores da malha de fundação: Agência Protestante para o Desenvolvimento (EZE), IECLB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, Associação de moradores Jardim Camburi e Barro Vermelho
Associação com atores da malha: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e pesca (SEAG), Comissão da Produção Orgânica (CPORG); Consumidores de alimentos orgânicos; Instituto Chão Vivo, Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE);
Conflitos: Internamente, houve um rompimento gerado por alguns produtores e foi fundada outra associação no fim dos anos 1990.

Fonte: Entrevistas a associados. Elaborado pela autora

O fim dos anos 1980 também é um marco de inauguração de estabelecimentos privados criados para o consumo de alimentos naturais e alternativos. O primeiro restaurante especializado na área foi o Sol da Terra, fundado em 1980 por um médico naturalista. Em 1996, mais um ponto de

comercialização é aberto, chamado Cio da Terra, restaurante que sustenta a prática da alimentação sem fermentação. Em 2001, foi inaugurada em Vitória, a primeira loja especializada em produtos orgânicos da RMGV, chamada Só Orgânicos.

Quadro 6- Informações sobre os restaurantes e lojas especializadas

Sol da Terra; Alimento (antigo Cio da Terra); Loja Só Orgânicos
Data de criação: 1980/ 1996// 2001 respectivamente
Região de atuação: Vitória
Natureza jurídica: entidades privadas
Como atua historicamente: Os restaurante comercializam refeições naturais, compradas de produtores orgânicos. Inicialmente compravam da produção alternativa no ES, atualmente compram direto das feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV. O restaurante alimento comercializa produtos oriundos de produção no Caparaó (Sul do ES- divisa com o estado de Minas Gerais); e o restaurante Sol da Terra é também um atravessador de alimentos orgânico e possui selo de processamento orgânico. A loja Só orgânicos é um atravessador de alimentos, comprando em grande parte dos produtores orgânicos do ES, nas feiras da RMGV e com produtores individuais.
Associação com atores da malha: Produtores de alimentos orgânicos; Sol da Terra tem representatividade na CPORG; Loja Só Orgânicos tem representatividade na CPORG; Consumidores de alimentos orgânicos.
Conflitos: Ainda não identificados.

Fonte: relato de campo. Elaborado pela autora.

O que destaca estes atores na malha é a participação no segmento de comercialização, sociedade civil, em espaços de deliberação democrática, como a CPORG. Além deste fator, o restaurante Sol da Terra, hoje, tem o selo de processamento vegetal e uma marca própria que o habilita a ser um atravessador de produtos orgânicos.

A década de 1980 ganha destaque, portanto, pelo desenrolar de projetos agroecológico, a execução de importantes ideias como a do Hortão Capixaba, a atuação política da IECLB, a reunião da Universidade com o meio rural através do projeto do Kapixa'wa e da atuação da principal associação que irá apoiar tecnicamente os agricultores, a APTA. É também o período que foi criada a primeira associação de agricultores do estado, o que demonstra a intensa mobilização dos agricultores, a APSAD-VIDA. A mobilização inclusive se estende para o setor privado, vide a criação do primeiro restaurante especializado em comida “natural” da RMGV.

1.3 1990: A consolidação da Agricultura Alternativa e as experiências incipientes de comercialização

Entendo esta década como um momento de consolidação da Agricultura alternativa devido à ascensão da comercialização dos alimentos produzidos na Região Metropolitana da Grande Vitória, mesmo que de forma iniciante, embrionária.

No início da década de 1990, acontece a primeira feira de produção alternativa de alimentos da RMGV, no parque conhecido como “Tancredão”, localizado no Centro de Vitória. Os produtores levaram o excedente da própria produção para os consumidores e aumentaram a produção gradativamente para atender as demandas. Essa feira durou pouco tempo, pois os recursos dos produtores ainda eram insuficientes para manter a comercialização na RMGV. Outros produtores também tiveram a iniciativa de comercializar os alimentos em feiras convencionais, como ocorreu em Jardim da Penha, bairro nobre de Vitória.

Em 1992, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Diversos produtores relatam sobre sua presença no evento que aconteceu no Rio de Janeiro. A APSAD e produtores individuais foram em parceria com caminhões, levando alimentos para comercializar nos horários livres do evento.¹⁷

Além do movimento interno de comercialização, esta década é marcada pela criação de instituições governamentais que irão apoiar, em um período posterior, a conversão de inúmeros produtores rurais para a agricultura orgânica. No começo dos anos 1990, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) gerou uma série de pesquisas na área de produção orgânica e na área da agroecologia.

Quando a associação Chão Vivo se torna certificadora, chamando-se Instituto, em 2011, o INCAPER assumiu o papel de orientação, de elaboração

¹⁷ Evento importante no estímulo à agricultura alternativa no ES devido a maciça participação dos agricultores familiares do estado.

de pareceres, reuniões, acordos e relatórios das produções em transição que a associação acompanhava. Para atender a Lei Federal nº 10.831/2003 e o Decreto nº623/2007, o Instituto não poderia mais fornecer assistência técnica, apenas a certificação.

Quadro 7- Informações sobre o INCAPER

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)
Data de criação: 1956
Região de atuação: Extremo Norte, Centro Norte, Centro Serrano e Sul Caparaó. Possui sede em Vitória e 11 fazendas experimentais
Natureza jurídica: Instituição pública, autarquia vinculada a SEAG
Como atua historicamente: É responsável pelos serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural no âmbito do ES
Associação com atores da malha: Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE), Instituto Chão Vivo (ICV), Comissão da Produção Orgânica (CPORG), Associação de produtores Santamarienses em defesa da Vida (APSAD-VIDA), Associação de Agricultores e Agricultoras de produção orgânica e familiar de Santa Maria de Jetibá (AMPARO FAMILIAR), VERO SAPORE, TAPUIO ECOLÓGICO, Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA);
Conflitos: Ainda não identificados.
Fonte: relatos de campo, documentos históricos de reuniões, estatuto interno, site da instituição disponível em:> https://incaper.es.gov.br/ <. Elaborado pela autora.

O INCAPER ainda possuiu laços com o Instituto Chão Vivo, apoiando, quando solicitado, com técnicos que vão às propriedades realizar inspeções anualmente, de forma sorteada. No fim dos anos 1990, o Instituto ainda como Empresa, chamava-se EMCAPER e já estava atuando em conjunto com a APTA para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS).

O Instituto se conecta atualmente com o SEBRAE, na prestação de serviço com técnicos que vão às propriedades dos clientes que apresentam pretensão de conversão.

O INCAPER está presente na CPORG, representando o setor de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Apoia as associações certificadas tanto por auditoria quanto por OCS, dando auxílio técnico quando solicitado. A Associação Tapuio Ecológico e Vero Sapore, principalmente, recebem apoio do Instituto desde sua fundação.

A Tapuio contou com o apoio da APTA e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES)¹⁸, na formação dos produtores e assessoria técnica no período de transição da produção convencional para agroecológica. Após o suporte, a associação passou a ser certificada pelo Instituto Chão Vivo por mais de três anos. Atualmente a fiscalização é feita sem custos adicionais, pelos próprios produtores da associação, através do mecanismo de Organismo de Controle Social (OCS).

Abaixo, mais informações sobre a associação Tapuio Ecológico:

Quadro 8- Informações sobre a TAPUIO ECOLÓGICO

Tapuio Ecológico
Data de criação: 1995
Região de atuação: Sul do ES, Iconha.
Natureza jurídica: Associação civil, de direitos privados, sem fins lucrativos;
Como atua historicamente: mobiliza a atuação dos produtores na prática da produção agroecológica no ES e participa, como OCS, na comercialização dos alimentos orgânicos das feiras da RMGV.
Associação com atores da malha: Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA), e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Secretaria Municipal de Iconha, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e pesca (SEAG), consumidores de alimentos orgânicos;
Conflitos: Ainda não identificados;

Fonte: Entrevistas. Elaborado pela autora.

Os produtores que compõem a associação entenderam que esta forma de certificar seria mais coerente com a condição financeira e com a capacidade de auto-organização da associação. Este mecanismo de certificação permite a venda direta ao consumidor, fazendo a associação estar presente nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV. A Tapuio Ecológico faz parte da CPORG, compondo a representação do setor de produção e comercialização de produtos orgânicos.

Quadro 9- Informações sobre a FETAES

¹⁸A FETAES possui, em seu quadro social, 52 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de Assalariados (as), filiados com suas respectivas subseções, totalizando uma média de 98% de abrangência e representação de abrangência e representação no território capixaba. (SALDANHA; ANTONGIOVANNI, SCARIM, 2009, p.158).

Federação dos Trabalhadores Rurais, agricultores e Agricultoras do estado do ES (FETAES)

Data de criação: 1968

Região de atuação: ES

Natureza jurídica: Movimento Social

Como atua historicamente: Apoio ao produtor rural, exerce espaço de referência em organização política, orientações e relação direta no apoio a construção de outras instituições.

Associação com atores da malha: APTA; Tapuio Ecológico. Instituto Chão Vivo;

Conflitos: Ainda não identificados;

Fonte: Entrevistas. Elaborado pela autora

Com muitas similaridades, foi criada a associação de produtores Vero Sapore, na região Sul, município de Iconha. Os produtores já trabalhavam de forma alternativa no fim dos anos 1990, mas a mudança radical para produção orgânica se deu em 2001 e, neste percurso, a associação só foi registrada em 2004. Vero Sapore também teve o suporte técnico e instrumental da APTA e do INCAPER no início da sua produção e também está presente na CPORG, representando o setor de produção e mobilização.

Quadro 10- Informações sobre a VERO SAPORE

Vero Sapore

Data de criação: 2001

Região de atuação: Sul do ES, Iconha.

Natureza jurídica: Associação civil, de direitos privados, sem fins lucrativos;

Como atua historicamente: mobiliza a atuação dos produtores na prática da produção agroecológica no ES e participa, como OCS, na comercialização dos alimentos orgânicos das feiras da RMGV.

Associação com atores da malha: APTA, FETAES, INCAPER, Secretaria Municipal de Iconha, SEAG, CPORG, consumidores de alimentos orgânicos;

Conflitos: Ainda não identificados;

Fonte: Entrevistas. Elaborado pela autora.

Em 1996, é criado o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF). Em 2016, o IDAF e a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e pesca (SEAG) se envolveram em uma polêmica que se pode chamar de um “nó na malha de produção orgânica no ES”, quando tornavam pública, através de mídias sociais, notícias sobre a fiscalização nas feiras agroecológicas idealizadas pela SEAG. Segundo carta (em anexo) do MAPA para a SEAG, foram vinculadas três notícias falsas que

causaram a polêmica acerca da fiscalização e autoridade erroneamente atribuída ao IDAF.

A manchete sobre as feiras orgânicas e agroecológicas afirmava que: “se os produtos não forem realmente orgânicos, os produtores serão descredenciados pela Secretaria de Agricultura e não poderão mais participar dessas feiras especializada”; sobre o equívoco do conceito de orgânico, e a questão do agrotóxico dizia: “produto orgânico tem que ter zero de agrotóxico”; a quantidade de produtores no ES também foi anunciada incorretamente, visto que o anúncio afirmava existir “cerca de 300 produtores” e o registro nacional do MAPA, naquela época, registrava 273 produtores.

O centro do conflito entre os atores foi a questão da fiscalização ordenada pelo presidente do IDAF juntamente com a SEAG. A fiscalização se torna ilegal, segundo o MAPA, quando observado o decreto presidencial nº 6323, de dezembro de 2007, do Art. 55:

Os procedimentos relativos à fiscalização e inspeção da produção, manipulação, industrialização, circulação, armazenamento, distribuição, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros obedecerão ao disposto neste Decreto e demais legislações aplicáveis, de acordo com as áreas de atuação administrativa dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Saúde, em função da natureza do produto¹⁹ (Regulamenta a Lei nº 10.831).

As notícias vinculadas na mídia sobre a inspeção do IDAF repercutiram no fechamento temporário das feiras agroecológicas que aconteciam nos shoppings da RMGV desde 2015. A reabertura das feiras se deu por volta de um mês depois do acontecido (fechamento de junho a julho de 2016).

Entendo que a compreensão e uso dos conceitos de produção agroecológica, orgânica e agricultura em transição tem diferentes interesses envolvidos para cada ator nesse “nó da malha de produção orgânica” do ES, por isso o conflito foi inevitável. Cerca de um mês depois, os atores envolvidos decidiram pelo retorno das feiras agroecológicas, devido ao prejuízo que os produtores estavam tendo com os dias ausentes das feiras.

¹⁹ Decreto disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm>. Acesso em 10 de jan. de 2017. Esse decreto regulamenta a Lei nº 10.381.

É possível afirmar analisando este caso, que os instrumentos de comunicação, ou seja os “sistemas simbólicos” apontados por Bourdieu (2011), utilizados pela SEAG sobre a noção de “agroecologia” atendem à demanda de agricultores em transição no estado, porém foi construída de forma irregular como apontada pela carta do MAPA (em anexo). A carta defende a necessidade de certificação por alguma das vias apontadas pela Lei, para que não houvesse confusão por parte dos consumidores quanto a veracidade da produção orgânica.

Entendo aqui a atitude da SEAG como relevante para a divulgação e expansão da agricultura agroecológica na RMGV, porém tal atitude não pode ser refletida sem levar em consideração os interesses e intencionalidades políticas, tratando-se de ser realizadas tais feiras dentro dos shoppings, ambientes privados que, por sua vez, restringem o público de consumo dos alimentos.

Quadro 11- Informações sobre o IDAF

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)
Data de criação: 1996
Região de atuação: ES, sede em Vitória, 30 escritórios em diversos municípios, 47 postos de atendimento, 1 laboratório de diagnóstico em Cariacica (RMGV), 4 postos de divisa: Bom Jesus do Norte, Iúna, Mimoso do Sul e Pedro Canário.
Natureza jurídica: Instituição pública, autarquia vinculada a SEAG;
Como atua historicamente: atua na execução da política cartográfica e agrária de terras públicas e pela defesa sanitária das atividades agropecuárias e florestais no ES
Associação com atores da malha: SEAG, CPORG,
Conflitos: Junto a SEAG, participou da fiscalização de alimentos orgânicos ferindo ao decreto presidencial nº6323, que responsabiliza esta atividade ao MAPA.

Fonte: Relatos de campo e site disponível em> <https://idaf.es.gov.br/><. Elaborado pela autora.

A estratégia de expansão do alimento orgânico no estado, através do Programa de Agroecologia e Produção Vegetal da SEAG, pode ser vista através da abertura de novos canais de comercialização como as feiras agroecológicas dos shoppings. Essa é uma das demandas do setor de orgânicos, levantada dentro do Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (PEDEAG 3).

As feiras agroecológicas podem ser consideradas a principal iniciativa no setor; elas acontecem em shoppings como o Boulevard na cidade de Vila Velha, Montserrat localizado na Colina de Laranjeiras-Serra, e no shopping Moxuara, em Campo Grande, Cariacica. Todos os municípios citados fazem parte da RMGV. Mais detalhes sobre as feiras serão dados no segundo capítulo deste trabalho.

A SEAG faz parte da CPORG no segmento de “fomento” à produção orgânica.

Quadro 12- Informações sobre a SEAG

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e pesca (SEAG)
Data de criação: Setor de Agricultura Orgânica em 2004, Setor de Agroecologia 2015;
Região de atuação: ES
Natureza jurídica: Instituição Pública
Como atuava na sua fundação: apoiando em rede, através de capacitações, incentivos financeiros e planejamentos, os produtores de alimentos orgânicos. Para isso, foi criado o Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (PEDEAG)
Como atua hoje: Incentivo as feiras agroecológicas dos shoppings, PEDEAG;
Associação com atores da malha de fundação: APTA, SEBRAE, FETAES, Associação Chão Vivo, Fundação Luterana Sementes;
Associação com atores da malha: IDAF, INCAPER, Cporg, SEBRAE
Conflitos: Após realização de fiscalização pelo IDAF, compreendida como irregular pelo MAPA (conforme decreto nº 6323) o funcionamento das feiras agroecológicas são paralisadas.
Fonte: Entrevistas, relato de campo. Elaborado pela autora.

A noção de agroecologia também é utilizada pelo MPA, contudo, encontra-se no movimento, resistências no uso do termo que vão para além da produção de alimentos livre de venenos. O MPA tem um histórico de preservar as práticas e experiências alternativas preservando o uso de meios de produção acessíveis para os agricultores com menos recursos financeiros, que agridem minimamente o ambiente onde é produzido os alimentos.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em fevereiro de 1998, em São Gabriel da Palha, Norte do estado, dá início ao primeiro encontro regional no ES, contando com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) contribuindo na construção do debate e das pautas da época.

A associação de produtores de Santa Maria de Jetibá, APSAD-VIDA, também tinha estreito fortes laços com o MPA, participando de reuniões

conjuntas e trocas de experiências de produção. O MPA cria forte laços também com as comunidades quilombolas no Norte do estado, e entra na luta contra a empresa Aracruz Celulose em 2004, pela identificação e regularização das terras quilombolas no ES.

Em 2011, o MPA inaugurou parceria com a UFES a partir do lançamento e a exibição do filme *O Veneno Está na Mesa I*, no Cine Metrópolis, na UFES, quando foram trazidos pelo MPA produtos para vender no final da exibição. Os estudantes e professores que participavam do evento desafiaram os produtores a trazer mais alimentos e montar uma barraca como ponto de venda na UFES. A iniciativa aconteceu com o apoio do Coletivo Casa Verde, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA), o Programa Laboratório de Estudos Territoriais (La Terra) e o Observatório dos conflitos no campo (OCA).

A barraca semanalmente presente na UFES representa o esforço de diversos professores e estudantes envolvidos nesses grupos, assim como da articulação dos produtores. O MPA também produz mais de 60 cestas para comercialização na Grande Vitória, entregues em uma casa “matriz” por bairro. O MPA possui mais duas barracas de comercialização, uma em parceria com a associação APSAD-VIDA no Morro do Quadro, Centro de Vitória, e outra em uma feira convencional no bairro Feu Rosa, no município de Serra.

Quadro 13- Informações sobre o MPA

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Data de criação: 1998 (ES)
Região de atuação: Norte do ES, Região Serrana Sudoeste central e RMGV.
Natureza jurídica: Movimento Social
Como atua historicamente: Mobilização de agricultores na luta contra os agrotóxicos, contra o avanço da monocultura, pela propulsão das experiências agroecológicas, aliado de diversos grupos étnicos socialmente excluídos como quilombolas e indígenas;
Associação com atores da malha: APTA, MST, Via Campesina, APSAD-VIDA, UFES
Conflitos: Por entender que a via de mudança se dá fora de instituições privadas, e estatais o movimento não corrobora com o pagamento pela certificação do alimento orgânico, assim como realizado pelo ICV, não participa de espaços como a CPORG, e entende que a luta se dá em outras instâncias sociais.

Fonte: Entrevistas, relato de campo. Elaborado pela autora.

Em 1999, é criada a Associação Chão Vivo, a partir do Fórum da Agricultura Familiar, onde participaram diversos atores como a APTA, a FETAES, o INCAPER, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Venda Nova do Imigrante, de Laranja da Terra, de Cariacica, de Santa Maria de Jetibá, entre outras organizações. As atividades da associação neste período eram principalmente de assessoria técnica aos produtores e financiamento para auxiliar os produtores nos processos de transição, era arrecadado de editais federais e estaduais.

Quadro 14- Informações sobre o Instituto Chão Vivo

Instituto Chão Vivo
Data da criação: 1999
Região de atuação: Região Serrana, sudoeste central.
Natureza jurídica: Inicialmente uma associação civil, sem fins lucrativos, e em 2010 uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos.
Como atuava na sua fundação: organização dos agricultores no intuito de criação de novos pontos de comercialização, buscava práticas alternativas a produção convencional de alimentos, e a certificação de produtos orgânicos, construiu parceria com diversos sindicatos Região Serrana;
Como atua hoje: Certificação da produção orgânica por auditoria
Associação com atores da malha de fundação: APTA, FETAES, Sindicatos de Venda Nova do Imigrante, de Laranja da Terra, de Cariacica, de Santa Maria de Jetibá.
Associação com atores da malha: SEBRAE, INCAPER, CPORG
Conflitos: Ainda não identificados;

Fonte: Entrevistas, relato de campo. Elaborado pela autora.

Com o decorrer do tempo, a associação desenvolveu o intuito de certificar as produções orgânicas, precisou se tornar um Instituto sem poder assessorar mais os produtores. Segundo a Lei 10.831 de 2003, com base no artigo 36, “os organismos de avaliação da conformidade credenciados para a certificação por auditoria não poderão desenvolver atividades relacionadas à assistência técnica nas unidades de produção”.

A associação teve que desmembrar, portanto, suas atividades e criar em novembro de 2010, o Instituto Chão Vivo. Atualmente, o Instituto presta serviço para os produtores fornecendo a certificação das propriedades sendo a certificadora escolhida através de edital, pelo SEBRAE. A instituição é a única do estado que certifica as propriedades orgânicas e auxilia nas questões técnico-produtivas e burocráticas das normas de produção orgânica.

Trabalha na produção de dois selos: certificação da produção vegetal e do processamento vegetal (de algum produto como por exemplo a geleia). Faz parte da CPORG, compondo a participação do segmento “Avaliação da Conformidade”.

A consolidação da agricultura alternativa na década de 1990 pode ser vista através da criação de associações de agricultores no Sul do estado, assim como do principal movimento social que atua na área e incentivo do debate agroecológico do ES, MPA.

A SEAG, apesar de ter sido criado o setor de agricultura orgânica apenas em 2004, foi destacada aqui pela sua intensa relação com o IDAF, criado em 1996, repercutindo atualmente na polêmica da paralização das feiras em 2016.

Organismos como o INCAPER e o IDAF também são importantes marcos desta década, apontando para o potencial da agricultura no ES, inclusive do apoio, incentivo, suporte técnico por parte do Governo na agricultura alternativa, impactando diretamente na produção dos agricultores no final da década.

A tentativa incipiente de comercialização através da primeira feira especializada no “Tancredão” da produção alternativa a convencional, também é relevante no cenário de luta e perseverança dos agricultores que resistiam as dificuldades da produção diferenciada de alimentos.

1.3.1 A predominância da agricultura convencional

Apesar de apresentar a consolidação da agricultura alternativa e as experiências incipientes de comercialização, vale ressaltar que tal movimento se dava paralelo à comercialização de alimentos convencionais. O que se chama hoje de abastecimento urbano de alimento, na época, se dava a partir do pequeno comércio e trocas, levando em consideração que, nessa época, o estado tinha maioria (mais de 70%) dos habitantes residindo em áreas rurais.

Um importante estudo sobre produção de alimentos convencionais intitulado *A geografia dos alimentos no Espírito Santo* foi realizado por Lucci

(2013), em sua dissertação de mestrado²⁰. O trabalho apresenta dados essenciais para compreender o cenário da produção de alimentos no estado.

O autor mostra que a primeira Central de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA) é criada em 1977, em Cariacica, denotando “um marco para a organização da distribuição dos alimentos no espaço urbano da região Metropolitana” (LUCCI, 2013, p. 128), passando a ser o principal ponto de distribuição de alimentos no ES.

Não é intenção deste trabalho travar uma discussão do alimento a partir do binômio convencional/orgânico, porém cabe o destaque da rede de distribuição e consumo de alimentos convencionais por ser o meio principal de abastecimento, principalmente a partir do fim dos anos 1970²¹.

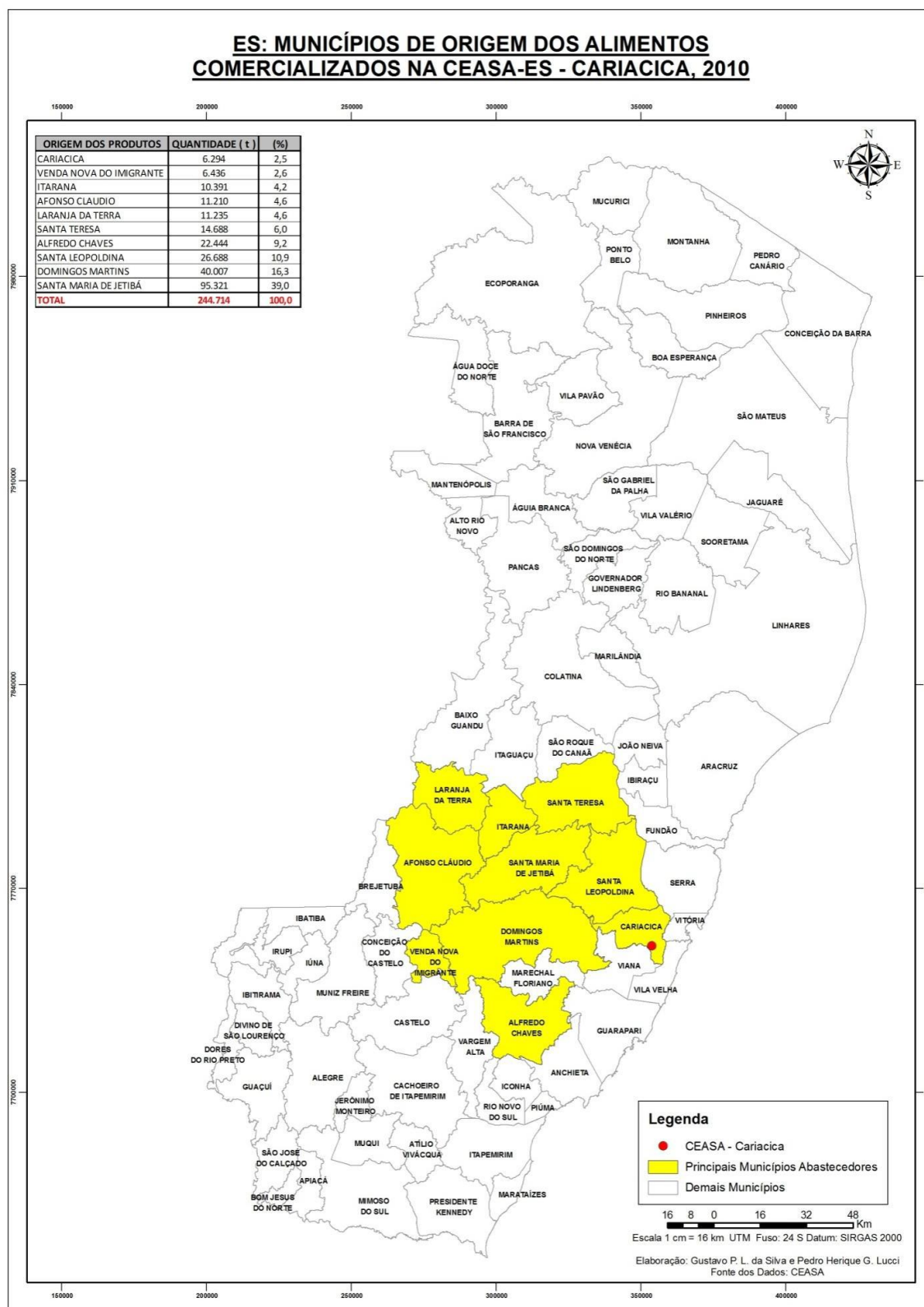
No estado, segundo o autor, a produção de frutas e hortaliças é hoje praticamente autossuficiente e destinada ao abastecimento das cidades, de modo que a agricultura familiar possui um papel importante no cenário de produção de alimentos, sendo que, no abastecimento urbano “a região Serrana atua como um verdadeiro ‘cinturão verde’ dos alimentos in natura para a metrópole capixaba” (LUCCI, 2013, p. 162).

Mapa 2- Origem dos alimentos convencionais que abastecem a Central de abastecimento do Espírito Santo (CEASA), Cariacica

²⁰O autor contribui para o debate sobre a importância da alimentação como objeto de análise da Geografia. Lucci realiza sua análise sob as perspectivas de Josué de Castro entendendo a relação intrínseca da natureza e do homem através do alimento, e de Paul Claval que traz a importância da função orgânica da alimentação, apontando para o processo de evolução humana e das relações entre natureza e cultura, tendo como pressuposto o domínio da técnica

para transformar os alimentos e tornar muitos deles, próprios para o consumo. O autor divide os estudos geográficos da população e da alimentação com referência em Beaujeu-Garnier e na Geografia política de Porto Gonçalves.

²¹ De fato, na própria pesquisa foi encontrado, donos de uma produção orgânica (sítio Quitanda Natural) com mais de 100 hectares que distribui alimentos para 3 feiras orgânicas no Rio de Janeiro, que não caracteriza produção da agricultura familiar, por exemplo. Ou ainda, o caso de feiras convencionais que possuem barracas de alimentos cultivados sem veneno, porém sem certificado, outras barracas com certificados, mas que não quiseram aderir a uma associação de agricultores. O caso do restaurante Sol da Terra (já exposto aqui) que é também uma marca de produção orgânica certificado pelo MAPA, também é um bom exemplo da diversidade atuações na malha de alimentos orgânicos. Ou seja, situações como essas tornam a temática mais complexa, e não redutíveis ao binômio que pode aparentar existir, definitivamente não é a intenção sustentar isso aqui.



Destaca-se o mapa e gráfico abaixo, elaborados pelo autor, para especificar a geografia da produção de alimentos no ES onde aparecem os

principais municípios de referência e as Centrais de Abastecimentos do estado (CEASA).

A pesquisa elaborada por Lucci (2013) proporciona subsídios para compreender, comparar e fazer possíveis relações com o percurso que faz o alimento orgânico. O autor chama atenção para o CEASA como principal ponto fixo de distribuição dos alimentos convencionais. Os municípios com destaque no envio de alimentos para a CEASA-ES, são Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins e Santa Leopoldina, sendo seus principais fornecedores.

Segundo dados de 2016 da CEASA-ES, o município de destaque na comercialização dos produtos foi Santa Maria De Jetibá com 27%, seguido de Domingos Martins com 12,35%. No ano de 2016, circularam na unidade de Cariacica das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA/ES), 392 milhões de quilos de produtos hortigranjeiros. A média por mês foi de 32,6 milhões de quilos²².

Atualmente, são produzidas em média três mil toneladas de alimentos por mês no Espírito Santo. A produção de outras 10 mil toneladas é realizada por agricultores em fase de transição para a produção orgânica. Pelo menos 40 municípios no Estado produzem agricultura de forma agroecológica; atualmente, de acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), estão certificados 22 municípios dos 78 existentes²³.

Diferente do estudo realizado por Lucci (2013), Alfredo Chaves, Venda Nova do Imigrantes, Itaipava e Afonso Cláudio não constam no CNPO do MAPA como produtores certificados de alimentos orgânicos.

O município de Cariacica é o segundo maior produtor de alimentos orgânicos e agroecológicos conforme registro no CNPO do MAPA. O município possui 18,3% do total de agricultores cadastrados pelo MAPA no

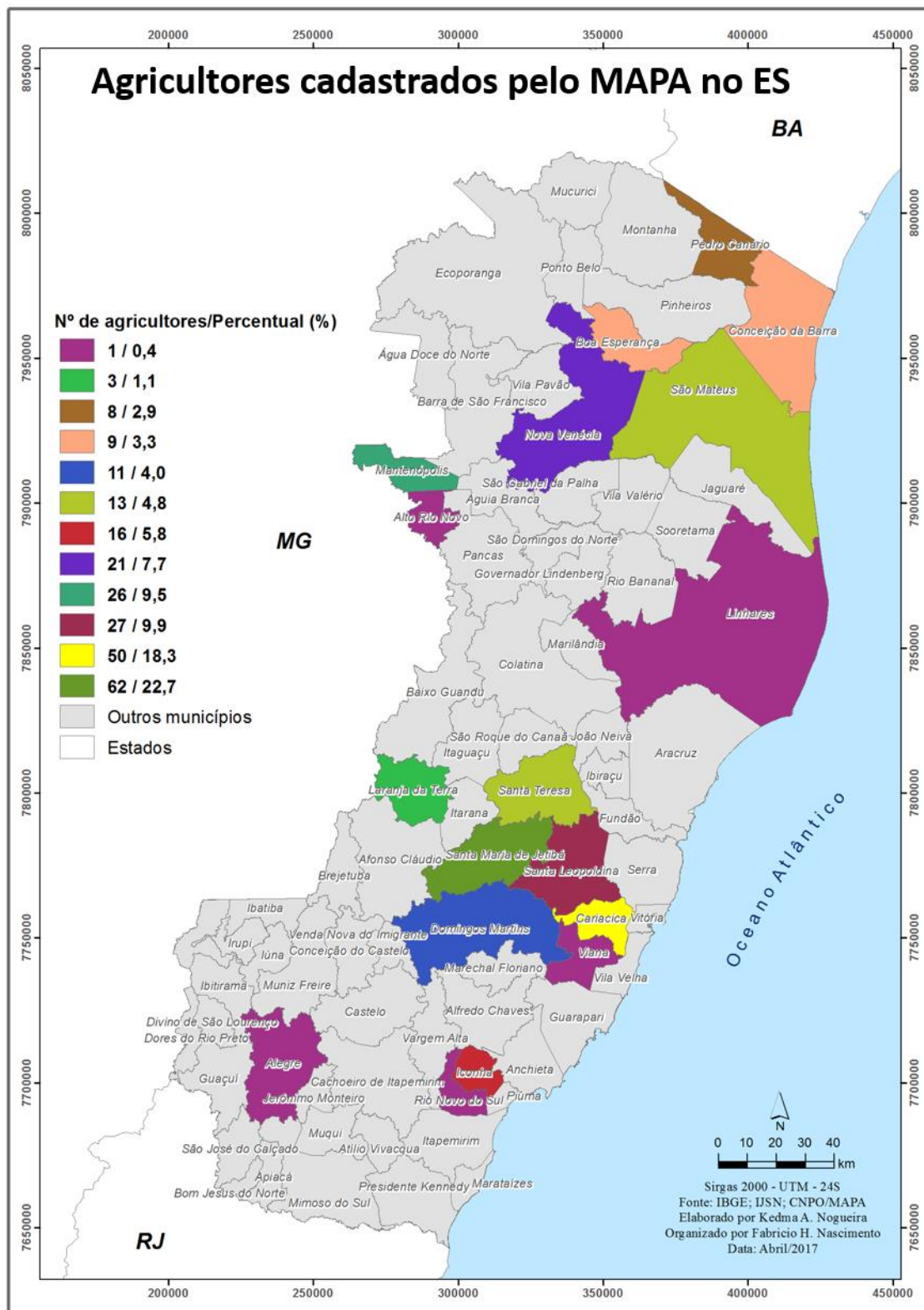
²²Dados disponíveis no site da CEASA-ES: <<https://ceasa.es.gov.br/balan%C3%A7ohortigranjeiro>>. Acesso em 20 de mai. de 2017.

²³ MDA divulga informações sobre o crescimento da produção orgânica no ES em janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/produtores-em-fase-de-certifica%C3%A7%C3%A3o-j%C3%A1-comercializam-org%C3%A2nicos-no-es>>. Acesso em 13 de mar. de 2017.

ES, estando atrás apenas de Santa Maria de Jetibá, o município de maior produção de alimentos do estado, inclusive, de alimentos orgânicos, com 22,7% do total de produtores. Cariacica possui um alto número de produtores certificados por OCS e por auditoria externa, assim como apresentado no Capítulo I. Já o município de Santa Maria de Jetibá tem predominância de agricultores certificados por auditoria.

Santa Leopoldina é o terceiro município de maior número de agricultores cadastrados, contendo 9,9% do total, com predominância de certificados por OCS, assim como Mantenópolis, município do Norte do ES ganha destaque com 9,5% do total de produtores, produção oriunda de certificação por OCS.

Mapa 3- Agricultores orgânicos cadastrados pelo MAPA no ES



O trabalho de Lucci (2013) contribui para nossa discussão a partir do momento em que sugerem questões sobre os fluxos dos alimentos. Os alimentos orgânicos seguem o mesmo trajeto da produção convencional? Envolve quais atores, circula em quais espaços? Estas questões iniciais nos levam a investir na construção da malha dos atores da produção orgânica e agroecológica no Espírito Santo que serão apresentadas no Capítulo II.

Contribui também com a solidez de informações sobre a intensa comercialização de alimentos convencionais, que são, ainda, predominantes no abastecimento urbano.

1.3.2 A malha da produção alternativa no ES

O desenvolvimento da malha de expansão da agricultura orgânica no ES tem origem com os atores que construíram a agricultura alternativa embrionária, os movimentos e contraproposta a produção convencional de alimentos no estado decorrentes da produção do fim dos anos 1960 até os anos 1990.

A partir do conteúdo apresentado anteriormente, foi criado um mapa analítico que facilita a compreensão e exposição do tema. Os diversos atores que foram encontrados no trajeto de expansão da produção alternativo no ES levaram a identificar múltiplas construções possíveis de serem apresentadas nesse trabalho.

Vale destacar a impossibilidade de representar os inúmeros vínculos entre os atores com a representação da malha através de um grafo. Apesar de criar critérios de relacionamentos, padronizei as interações em: fomento político, financeiro, e de serviços. Essa foi a saída teórico-metodológica para conseguir no tempo da pesquisa, montar o grafo das malhas de produção.

Todos os atores apresentados foram citados por outros atores em entrevistas, conversas, e construídas relações a partir da observação e aproximação na experiência direta com agricultores.

Todos os atores citados fazem parte da malha construída pelo alimento. Outros atores serão apenas apresentados na malha de representação das

relações, pois não foram citados por mais atores, ou não foram entrevistados por causa do tempo disponível para pesquisa, ou ainda porque não existem mais e, por isso, existe pouco registro sobre eles.

Entendo ainda, que o alimento alternativo (e orgânico) é construído como uma extensão da produção do agricultor, e por isso, ele não é apenas uma conexão entre os atores, mas é o que permite o próprio trajeto, vejo a rede como uma malha tecida pelos atores, como um fluxo, caminhos, cujo elo é dado pelo alimento.

O objetivo em construir o grafo em parceria com o LABIC se deu a partir da perspectiva de aprimorar a nossa análise com a ferramenta cartográfica de exposição visual das relações entre os atores utilizada pelo laboratório. Trata-se de uma grande oportunidade de enxergar fluxos antes não compreendidos no contexto da pesquisa.

Barnes (2010) foi um dos precursores no estudo do conceito de redes e propõe uma reflexão sobre as propriedades da rede. Apesar escolher-se trabalhar com o conceito de malha, cabe apontar a partir de outra visão, noções metodológicas que podem auxiliar a análise.

O autor chama atenção para características encontradas no trabalho como a densidade em torno de um ator, ou seja, o fluxo intenso de relações que podem desencadear um ator principal, um “membro central, essencial” ou tornar um ator adjacente, sendo percebido como um “membro periférico”.

Destaco, desta forma, APTA como membro essencial, como grande aglutinadora de relações entre movimentos sociais, associações da sociedade civil, entidades religiosas, entre outras – apresentadas anteriormente. A Associação Chão Vivo (ACV), atualmente Instituto Chão Vivo, e a Associação de agricultores APSAD-VIDA também ganham destaque neste momento histórico.

É possível perceber a FETAES como principal espaço de relação entre os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios da região Serrana do ES e como incentivadora do crescimento das associações certificadas por OCS: Vero Sapore e Tapuio Ecológico.

No olhar periférico da malha, no canto esquerdo superior pode se ver a organização dos consumidores e a relação de outros atores que contribuíram para o início do Projeto Broto. Os atores foram expostos de forma visual no mapa, para ser possível perceber como a atuação do consumidor ainda era incipiente neste período de ascensão da agricultura alternativa, diferente do que será visto e analisado no Capítulo II, quando os consumidores tomaram um espaço central no mapa.

No canto direito inferior do grafo, visualiza-se a movimentação de atores que contribuíram para a execução do Hortão Capixaba em Cachoeiro de Itapemirim, coordenado pela Prefeitura Municipal (PM). Os agricultores individuais (não associados) atuam no fomento político desse projeto. É possível notar que o movimento acontece em um ambiente periférico no mapa, pois além de localizado (sem expandir-se para outras regiões), a atividade não teve uma continuidade temporal, o que impossibilitou as ligações com outros atores e a permanência do projeto na mala.

Nota-se, que o grupo Kapi'xawa, de Alegre, tem como principal mediador dos seus projetos, os agricultores individuais. No grafo que será apresentado posteriormente, é percebido o crescimento das relações deste ator.

Cabe o destaque no grafo para a IECLB, que foi fundamental para o crescimento das associações APSAD-VIDA, e posteriormente na criação da Amparo Familiar. A atuação da igreja repercutiu na conscientização dos agricultores da necessidade de repensarem o modo de produção dos alimentos.

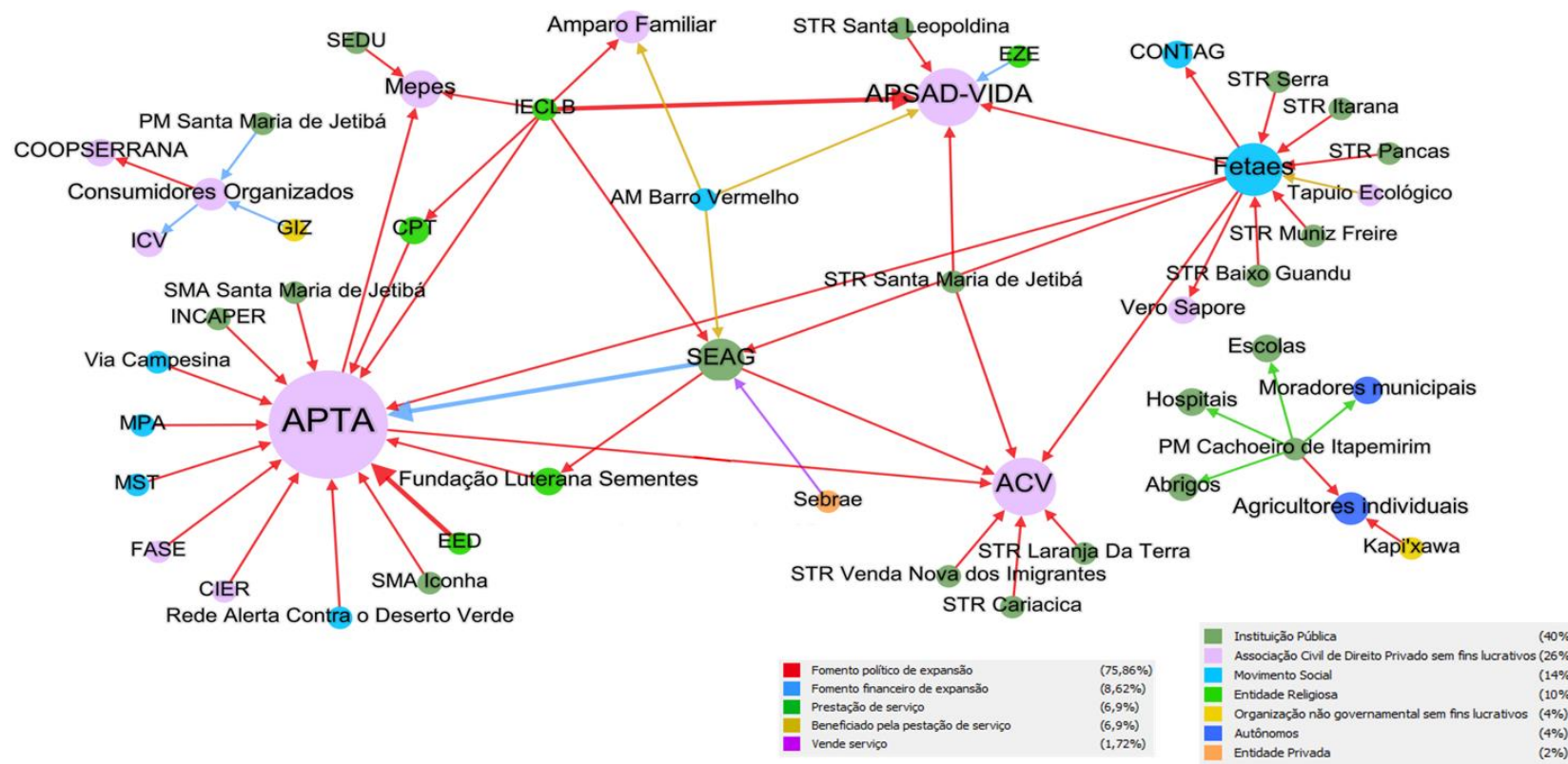
Na construção do grafo, as relações foram crescendo e se intensificando, a transformação da ACV em ICV e os novos atores com que se relacionará, não sendo mais movimentos sociais e instituições públicas, mas compradores dos serviços oferecidos pelo Instituto.

A Associação de moradores (AM) do Barro Vermelho em Vitória, no histórico de expansão da produção orgânica, foi um importante ator beneficiado pela prestação de serviços das associações de agricultores e pela

SEAG no início dos anos 2000, quando conseguiram através das articulações, a construção da primeira feira orgânica no bairro.

Figura 1- Malha da produção alternativa no ES

Malha da produção alternativa no ES



Fonte: Trabalho de campo. Grafo elaborado pela autora, e organizado por Nelson Reis (LABIC-UFES).

A expansão do alimento orgânico é aqui apresentada como a concretização da malha em movimento, sendo reconhecida inicialmente como alimento alternativo ao convencional. O alimento é aqui o elo dos trajetos é a *coisa* que faz possível a malha ser representada nestes fluxos, é o que está inerente a existência destas instituições, o que faz possível a proposta desta pesquisa acontecer.

Inspirada na concepção de Ingold (2012), entendo que a *coisa* não é um objeto a ser estudado, situado no mundo, apenas. Mas faz parte de um nó, cujos fios deixam rastros, que podem ser seguidos. Esses rastros se entrecruzam, se transformam e formam em novas relações. Nas palavras do autor: “as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas” (INGOLD, 2012, p. 29).

As malhas apresentadas neste trabalho foram construídas de forma interdisciplinar, uma representação gráfica da rede complexa de relações a partir de vértices (nós) e conexões (arestas) entre os atores. Os gráficos foram elaborados pela equipe de apoio do Laboratório de Estudos sobre Imagens e Cibercultura (LABIC), são elaborados a partir de um *Método perspectivista de análise de redes sociais* que tem o objetivo de cartografar as topologias e temporalidades nas redes sociais.²⁴

Neste trabalho, porém, não foi utilizada a ferramenta virtual como metodologia, e sim a pesquisa de campo etnográfica, com a observação participante como práticas teórico-metodológicas.

Entendo a partir da análise até então, que os atores não são fontes de ação; eles só existem através das cadeias que formam, da interação, da conexão entre os diversos agentes humanos e não humanos. Apesar de cada ator ter sido apresentado anteriormente, é latente a compreensão de que apenas a partir da interação, da visualização dos cruzamentos, e dos devires, a

²⁴ Segundo Malini (2016, p.1) “do ponto de vista teórico, o método perspectivista de rede parte de uma reflexão que articula a teoria antropológica formulada por Eduardo Viveiros de Castro; (...) a concepção de Bruno Latour sobre a teoria ator-rede (...); e a teoria dos grafos”.

teia expressa a viva e orgânica movimentação da ascensão da agricultura alternativa no estado.

É perceptível no desenvolvimento deste capítulo, que há um rompimento do agricultor com a produção convencional de alimentos, configurando uma ação política sobretudo destes trabalhadores rurais, que optam (por diversos motivos discutidos no Capítulo III) pela produção alternativa de alimentos. A ação política se estende aos atores que se desenvolveram nesse processo como principais auxiliares dessa ruptura alternativa a produção convencional de alimentos de forma técnica, financeira, política, e de serviços em geral.

Apesar de ser apresentadas e analisadas diversas instituições, organizações e associações, é preciso ser levado em consideração que tais agrupamentos são realizados por homens e mulheres que constroem o ambiente, e são influenciados por ele, são os modos de existência que criam as relações, as malhas, os conflitos e os ordenamentos políticos representados nos quadros e malhas do alimento orgânico no ES.

A relação do *homem* com o ambiente, constitutiva da humanidade, se refere a geograficidade que Dardel (2011) propõe. As formas de existência humana e a interação com o alimento, a terra, e outros seres, construíram maneiras alternativas de produção da agricultura, mostrando principalmente, a resistência política dos agricultores.

Capítulo II- A expansão da produção e comercialização dos alimentos orgânicos

Neste capítulo, analiso a produção orgânica no ES com foco na comercialização direta dos alimentos e nas feiras orgânicas e agroecológicas.

Deve-se levar em consideração que a partir dos anos 2000 a intervenção do Estado é executada através da criação da Lei nº 10.831 de 2003. A Lei rege a produção, o processamento, rotulagem, e comercialização dos produtos orgânicos no país. Portanto, qualquer tipo de atividade relacionada ao alimento alternativo ao convencional, a partir deste período, segue os preceitos estabelecidos pelo Estado.

Apresento aqui a inauguração das políticas e programas estatais que incentivam a expansão da produção e comercialização de alimentos orgânicos no Brasil.

A essência do capítulo se dá sobre a produção orgânica do estado do Espírito Santo, analisa-se as particularidades do desenvolvimento dos atores, o protagonismo da atuação do consumidor de alimentos orgânicos, e a expansão dos meios de comercialização dos alimentos, com foco nas feiras.

Construo uma perspectiva sobre as malhas políticas e de serviços que representam o mapeamento das relações entre os atores envolvidos na comercialização através das feiras.

Realizo, ainda, uma análise sobre o fluxo dos alimentos e dos agricultores na RMGV a partir das feiras orgânicas e agroecológicas.

A reflexão não se dá sobre os atores especificamente, as quantidades de alimentos, ou número e nomes dos produtores que estão nas feiras. A conjectura se dá a partir dos trajetos, análise da teia que se forma no caminho que o alimento e o produtor fazem do lugar de produção ao lugar de comercialização.

Holzer (2010) reflete sobre o pensamento de Eric Dardel, e afirma que “a geografia não seria um conhecimento referido a um determinado objeto”, mas sim uma ciência que reflete a existência do homem ligado à Terra, condição terrestre, dos lugares onde ele habita, constrói, cultiva, interage, circula. Dardel (2011, p. 34) afirma que “a realidade geográfica é para o homem, então, o lugar onde ele está. [...] terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos. “

Parti desta perspectiva da realidade geográfica, dando ênfase ao trajeto, aos caminhos por onde os agricultores passam e constroem a malha da produção orgânica no ES e privilegio as relações estabelecidas entre os atores desta malha, para representar a atualidade dos mapas e vivências dos agricultores orgânicos.

2.1 Anos 2000: O *boom* da produção e consumo de alimentos orgânicos

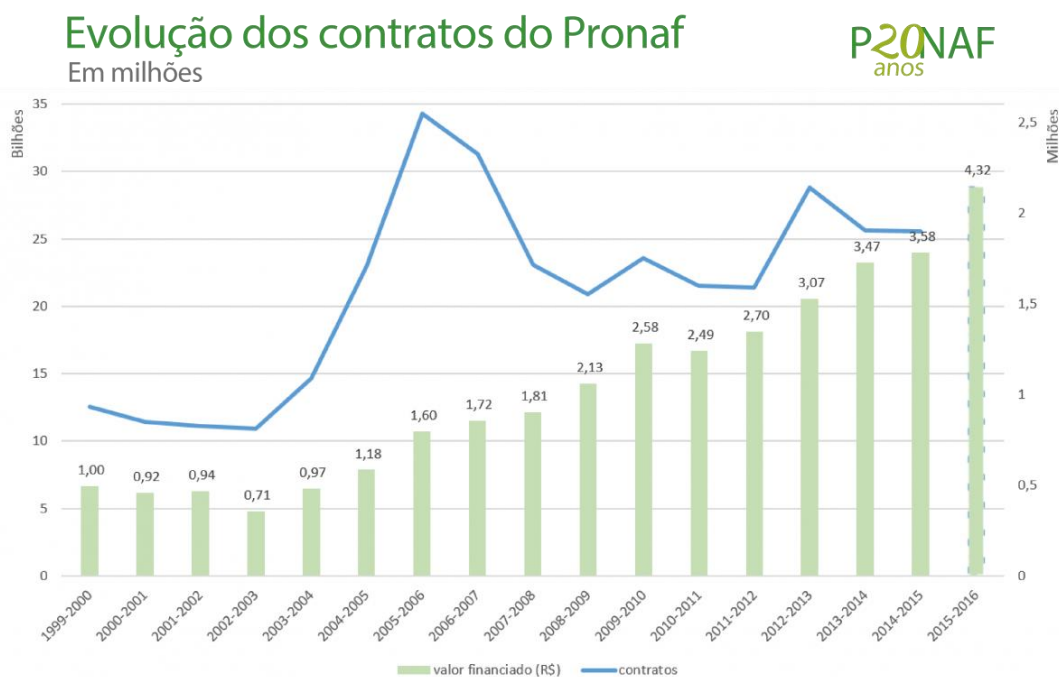
Este período ganha destaque devido à crescente atuação e mobilização dos consumidores de alimentos orgânicos em prol de novas instâncias de comercialização assim como presença marcante da intervenção estatal através de políticas, programas e instituição de Leis.

A instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, é um marco do incentivo aos agricultores que produzem alimentos orgânicos e agroecológicos. Movimentos nacionais como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Semiárido (ASA), foram importantes para a construção da PNAPO, e fazem parte da história de práticas agroecológicas nos diversos estados do Brasil, participando com representantes em instâncias democráticas do governo, encontros, seminários e apoiando a articulação dos atores envolvidos.

Sob a responsabilidade presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva até a primeira década dos anos 2000 e, na sequência, no governo de Dilma Rousseff, principalmente no seu primeiro mandato, até 2014, é notória a execução de políticas direcionadas à Agricultura e especialmente à Agroecologia e à Produção Orgânica no Brasil. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são marcos deste período.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O crédito rural faz parte da realidade de diversos produtores, inclusive da produção orgânica. No gráfico abaixo, é apresentado o total de contratos realizados até 2016 no âmbito da agricultura familiar. Vale ressaltar que a representação não é exclusiva da produção orgânica e agroecológica.

Gráfico 1 – Contratos do Pronaf de 1999 A 2016



Fonte: site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares>>. Acesso em 12 de jan. de 2017.

Constato o crescimento constante de contratos até o ano de 2006, e uma queda, seguida de regularização até 2016, sendo o investimento financeiro do governo crescente até este ano. Sobre os investimentos do Governo no PRONAF 2017, ainda não há informações disponibilizadas, mas é conhecido a extinção do MDA, e entendo que é provável que haja uma queda de investimentos na agricultura familiar, o que trará um grande impacto nos programas e projetos da área, e dentro dela, do setor de agroecologia e produção orgânica.

Outros dois programas merecem destaques por serem direcionados ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O PAA adquire alimentos produzidos por agricultores familiares sem licitação, comercializa com entidades direcionadas pelo Governo e “integra o Sistema Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e tem como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar”²⁵.

O PNAE foi implantado em 1955, passa por diversas mudanças de gerenciamento do programa, de descentralização de recursos e conexão com outras estratégias governamentais como o Fome Zero. É a partir da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que o Governo Federal institui, a partir do artigo 14º que

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. ²⁶

Ambos os programas do Governo estimulam a produção da agricultura familiar convencional ou orgânica. No caso do PNAE, observo a prioridade a grupos historicamente afetados pelo desenvolvimentismo rural, que em sua maioria, prezam pela agricultura agroecológica como prática de produção.

É importante apontar que tais programas receberam um corte de 30% no orçamento para 2017 no governo de Michel Temer em comparação com o orçamento de 2016, apresentando grandes perdas no cenário de produção e comercialização dos alimentos orgânicos no país²⁷.

Vale ressaltar a importância do espaço político construído pelo então Governo Federal, incluindo diversos destes atores, colaborando com a fiscalização e desempenho da produção dos alimentos orgânicos no ES.

A produção orgânica certificada no ES, segundo registro do MAPA de julho de 2017, estão cadastrados e certificados 310 agricultores familiares. Do

²⁵Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 06 de jun. de 2016.

²⁶Lei disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em 10 de mar. de 2017.

²⁷ O impeachment da presidenta Dilma Rousseff anulou seu segundo mandato, dando posse ao então vice-presidente Michel Temer, que entra com uma série de políticas conservadoras, extinguindo programas, projetos e ministérios, entre os quais o do Desenvolvimento Agrário e a incorporação deste no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Entre os projetos, está a construção de hidrovias que beneficiam grandes produtores de soja, o agronegócio será o grande destaque entre as políticas do atual presidente.

total, 149 agricultores são certificados por OCS, e 160 agricultores cadastrados por um organismo de certificação. No ES, o destaque da maioria dos certificados se dá para o Instituto Chão Vivo.

Apesar de ter como base os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) disponibilizado pelo MAPA, encontrei dificuldade na análise pois a atualização dos dados é trimestral, o que torna a observação sujeita a alterações constantes. Mas as informações encontradas e analisadas no texto correspondem à última atualização, levando em consideração que em um contexto geral algumas questões prevaleceram.

Além da atualização trimestral, notei uma inconsistência nos dados, o CNPO contém diversos erros, que foram corrigidos na apuração e análise, sendo necessária avaliação individual das referências. Um erro no cadastro, por exemplo, se dá sobre apresentar uma associação de agricultores do Rio de Janeiro com localização em Vitória. Outros cadastros foram trocados, sendo encontrado associações do Norte ou do Sul do ES, por exemplo, em Vitória.

Destacamos, portanto a particularidade do ES de ausência de certificação por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), formando um Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Para compreender as especificidades da expansão da questão agroecológica no Norte do estado, vale ressaltar como referência o importante trabalho intitulado: *Os diálogos entre a multifuncionalidade da Agricultura Familiar e os Projetos Coletivos da Educação do Campo e da Agroecologia no Norte do Espírito Santo*, elaborado por J. Saldanha; L. Antongiovanni e P. Scarim (2009). A pesquisa dá maior visibilidade às articulações das comunidades quilombolas, movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), e a consolidação da pedagogia da alternância na região como principais motores da expansão da agroecologia na prática cotidiana.

Abaixo, apresento o total de associações certificadas e registradas no MAPA, 24% do total da produção orgânica registrada no ES é oriunda do Norte do estado e certificado por OCS.

É interessante analisar esse dado devido ao histórico de resistência da região desde o período de influência desenvolvimentista na década de 1970, como prerrogativa da expansão da Revolução Verde.

As associações de agricultores da região, contudo, alimentam sua atuação de forma autônoma, através da certificação por OCS, memorável atitude, levando em consideração que a única certificadora do ES fica na região Serrana, distante do Norte capixaba, o que levaria ao alto custo de certificação.

Quadro 15- Certificados por OCS no Norte do ES

Norte	74
Conceição da Barra	9
ASSOC. PRODUTORES DE MUDAS NATIVAS DO ANGELIN II DE CONCEIÇÃO DA BARRA - APROMUNA C.B.	9
Boa Esperança	10
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DO CÓRREGO DA PRATA - APAC	10
Alto Rio Novo	1
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS	1
Mantenópolis	10
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS	10
Pedro Canário	8
ASSOCIAÇÃO DOA AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CASTRO ALVES	8
Nova Venécia	20
ASSOCIAÇÃO VENECIANA DE AGROECOLOGIA - UNIVERSO ORGÂNICO	20
São Mateus	16
PAIS DIVINO ESPÍRITO SANTO	2
PAIS NATIVO	2
PAIS NESTOR GOMES	9
PAIS NOVA LIMA	3

Fonte: Dados disponíveis pelo MAPA em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em 05 de mar. de 2017. Elaborado pela autora.

Na RMGV, o município de Cariacica ganha destaque na certificação da produção orgânica no ES com 22 produtores certificados por OCS, e 19 produtores certificados pelo ICV, assim como apresentado na Tabela III, totalizando 41 agricultores familiares. Cariacica abastece as feiras, principalmente com a produção de frutas, e mais especificamente de bananas. Além disso, o município é referência na entrega de alimentos ao PAA e PNAE no ES.

Quadro 16 - Certificados por OCS na RMGV no ES

RMGV	
Cariacica	22
GRUPO DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DE CARIACICA - GAAC	22

Fonte: Dados disponíveis pelo MAPA em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em 05 de mar. de 2017. Elaborado pela autora.

Na Região Sul do estado, o município produtor em destaque é Iconha, com a evidência das associações de agricultores Tapuio Ecológico e Vero Sapore que comercializam nas feiras da RMGV. Somando a produção certificada pelo ICV e as produções certificadas por OCS, o município alcança um total de 22 produções certificadas.

Quadro 17 – Certificados por OCS no Sul do ES

Sul	11
Iconha	10
TAPUIO ECOLOGICO	7
VERO SAPORE	9
Rio Novo do Sul	1
TAPUIO ECOLOGICO	1

Fonte: Dados disponíveis pelo MAPA em:
<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em 05 de mar. 2017. Elaborado pela autora.

Já na região Serrana, encontro um número baixo de associações certificados por OCS, que será muito maior quando analisadas as associações certificadas por auditoria, pelo Instituto Chão Vivo. As associações dessa região certificadas por OCS não estão nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV, por isso não tive contato direto com nenhum representante.

Quadro 19 – Agricultores certificados pelo ICV na região Serrana do ES

Sudoeste Central	33
Domingos Martins	9
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DE DOMIGOS MARTINS	10
Santa Leopoldina	24
GRUPO DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO RECANTO DO TYROL - GAART	3
GRUPO DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DE BOQUEIRÃO DOS THOMAS - GAOBT	9
GRUPO DE AGRICULTORES ORGÂNICOS DE LUXEMBURGO - GAOL	8
GRUPO DE AGRICULTUORES ORGÂNICOS DE RIO DO MEIO - GAORM	4

Fonte: Dados disponíveis pelo MAPA em:
<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em 05 de mar. 2017. Elaborado pela autora.

Os dados da produção certificados pelo ICV foram organizados com base na fonte do MAPA. Foi encontrado, porém, uma inconsistência nos dados, como a afirmação de cinco produtores cadastrados no município de Vitória, sendo que não há produção nesta área. Por isso, foi realizado contato direto com o ICV, que forneceu dados que contribuíram para a reorganização das informações e prosseguimento da pesquisa.

Quadro 20 – Agricultores certificados pelo ICV

Instituto Chão Vivo	129
Nova Venécia	4
Associação Veneciana de Agroecologia-Universo Orgânico	6
Santa Maria de Jetibá	84
Associação AMPARO FAMILIAR	58
Associação dos produtores Santa Marienses em Defesa da Vida	26
Iconha	11
Cooperativa dos Agricultores Familiares Sul Litorânea- CAFSUL	11
Cariacica	19
Associação de Produtores Rurais de Cachoeirinha e Sabão – APRUCAS	19
Laranja da Terra	9
Agricultura Orgânica e Desenvolvimento Sustentável- GRUPO SIRIEMA	9
Linhares	2
Individual	2
São Mateus	1
Associação AMPARO FAMILIAR	1

Apresentação realizada com base nos dados fornecidos pelo MAPA reorganizados pela autora. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica>>. Acesso em 05 de jan. 2016.

Grande parte dos produtores certificados pelo ICV estão em Santa Maria de Jetibá, e as duas associações de agricultores apresentadas, Apsad-Vida e Amparo Familiar, estão presentes nas feiras da RMGV.

Somada a produção por OCS, ganha destaque o município de Cariacica, área com pequena taxa de população rural, assim como apresentado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, mas com número representativo de produção orgânica certificada por OCS e por auditoria.

Tabela 2- População Urbana e Rural do município de Cariacica

População residente, por situação do domicílio- 2010		
Total	Urbana	Rural
348.738	337.643	11.095

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

2.1.1 A malha política de produção e comercialização dos alimentos orgânicos no ES

Dentre as diversas possibilidades de caminhos da análise, considero três qualidades de fluxos dos atores envolvidos na produção de alimentos orgânicos no ES. A malha histórica da produção alternativa no ES, já apresentada; e as malhas política no ES, e de serviços e comercialização dos alimentos orgânicos.

Uma vez que já foi apresentado anteriormente a maioria dos atores, e também as relações entre eles, dou foco aos trajetos, aos encontros, e às qualidades de relacionamento percebidas a partir da construção do grafo dos fluxos.

A caracterização da natureza jurídica do ator, neste contexto, está exposta em legenda, assim como a qualidade da relação entre os atores. Um mesmo ator pode se relacionar com outros atores de diversas formas. Destaco a existência do fomento político e financeiro de expansão do alimento orgânico, as prestações de serviço e os beneficiados, a venda e a compra de serviço das instituições ou de autônomos, e ainda a participação em espaço público dos atores.

A malha política no ES trata dos fluxos dos atores que convergem no atual fomento financeiro das instituições, nas esferas de participação nas políticas governamentais, em movimentos sociais, e outras organizações que contribuem no cenário da expansão do alimento orgânico no ES. Entendo

como o objetivo destes atores, a ampliação da produção e comercialização nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.

O grande destaque desta malha dá-se na intensa participação dos diversos atores na Comissões das produções orgânicas (CPORG) ES, o que denota o espaço público como o atual e principal aglutinador político dos atores que compõem a malha de produção orgânica no ES. Por isso, cabe apresentar com mais detalhes a CPORG para melhor entender o contexto de participação dos atores nestas Comissões.

A partir do Decreto nº 6323, de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº10.831, são instituídas para avaliação da conformidade orgânica, com representações paritárias da sociedade civil e do Governo Federal.

A Instrução Normativa (IN) nº 54, de 22 de outubro de 2008²⁸ regulamenta a estrutura, a composição, e as atribuições da CPORG sendo elas:

I - emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica, considerando as manifestações enviadas pelas CPOrg-UF²⁹; II - propor regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional, considerando as propostas enviadas pelas CPOrg-UF; III - assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; IV - articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica; V - discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica, consolidando as posições apresentadas pelas CPOrg-UF; e VI - orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF. Art. 21. e VII - emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica. (Artigo 20, cap. VI)

Sobre a composição da CPORG, o Art. 6º da IN nº 54, determina-se que

§1º Os membros do setor público nas CPOrg-UF representarão, sempre que possível, órgãos ou entidades com atuações nos diferentes segmentos, como assistência técnica, ensino, fomento, pesquisa, logística, abastecimento e fiscalização. §2º Os membros do setor privado nas CPOrg-UF representarão, sempre que possível, diferentes segmentos, como produção, processamento,

²⁸Instrução normativa criada pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2008. Disponível em < <http://aao.org.br/aao/pdfs/legislacao-dos-organicos/instrucao-normativa-n54.pdf>>. Acesso em 05 de abr. 2016.

²⁹Comissões das produções orgânicas - Unidade de Federação.

comercialização, assistência técnica, avaliação da conformidade, ensino, produção de insumos, mobilização social e defesa do consumidor.

No ES, o espaço de participação da CPORG é composto pelos seguintes atores:

Quadro 21 – Membros da Cporg no ES

GOVERNAMENTAIS	NÃO GOVERNAMENTAIS
Entidades	
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Associação de Agricultores Familiares Tapuio Ecológico / Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos Orgânicos de Campinho – Vero Sapore
Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES	Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES
Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo – ALES	Associação dos Agricultores e Agricultoras de Produção Orgânica Familiar de Santa Maria de Jetibá - AMPARO FAMILIAR
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER	Associação dos Produtores Santamarienses em Defesa da <i>Vida</i> – APSAD-Vida
Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Espírito Santo - DFDA-ES	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/ES
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo - SFA/ES	Associação dos Pequenos Produtores e Moradores do Xuri
Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Santa Teresa e Campus Itapina	Associação Santa Teresa de Agroecologia – ASTRAL
Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Ibatiba / Campus Venda Nova do Imigrante	Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico

(continua...)

GOVERNAMENTAIS	NÃO GOVERNAMENTAIS
Entidades	
Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/ES	Orgânicos e Naturais Produtos Alimentícios – Só Orgânico
Centro Universitário Norte do Espírito Santo – UFES/São Mateus	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mantenópolis
Companhia Nacional de Abastecimento - Regional Espírito Santo – CONAB/ES	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo - CONSEA
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim / Prefeitura Municipal de Iconha	Instituição Chão Vivo de Avaliação da Conformidade
Prefeitura Municipal de Santa Teresa	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo – FETAES
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/ES
Prefeitura Municipal de Colatina	Grupo Seriema
Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - CEASA	Natufert – Fertilizantes Ibatiba
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho - SECTTI	Restaurante Natural Sol da Terra Ltda / Sol da Terra Produtos Orgânicos

(conclusão)

Fonte: Entrevistas e observação participante em reunião com representantes do MAPA no ES.

Entre as entidades representadas, os atores com maior relevância histórica na malha serão apontados a seguir, na malha de relações políticas. Devido à rotatividade dos membros, a CPORG não foi a única referência da malha de atores.

Suponho que o espaço de maior participação e aglutinação de atores se dá principalmente sob as instituições governamentais como a CPORG; o INCAPER também apresenta relacionamentos construídos no apoio técnico para com as associações de agricultores.

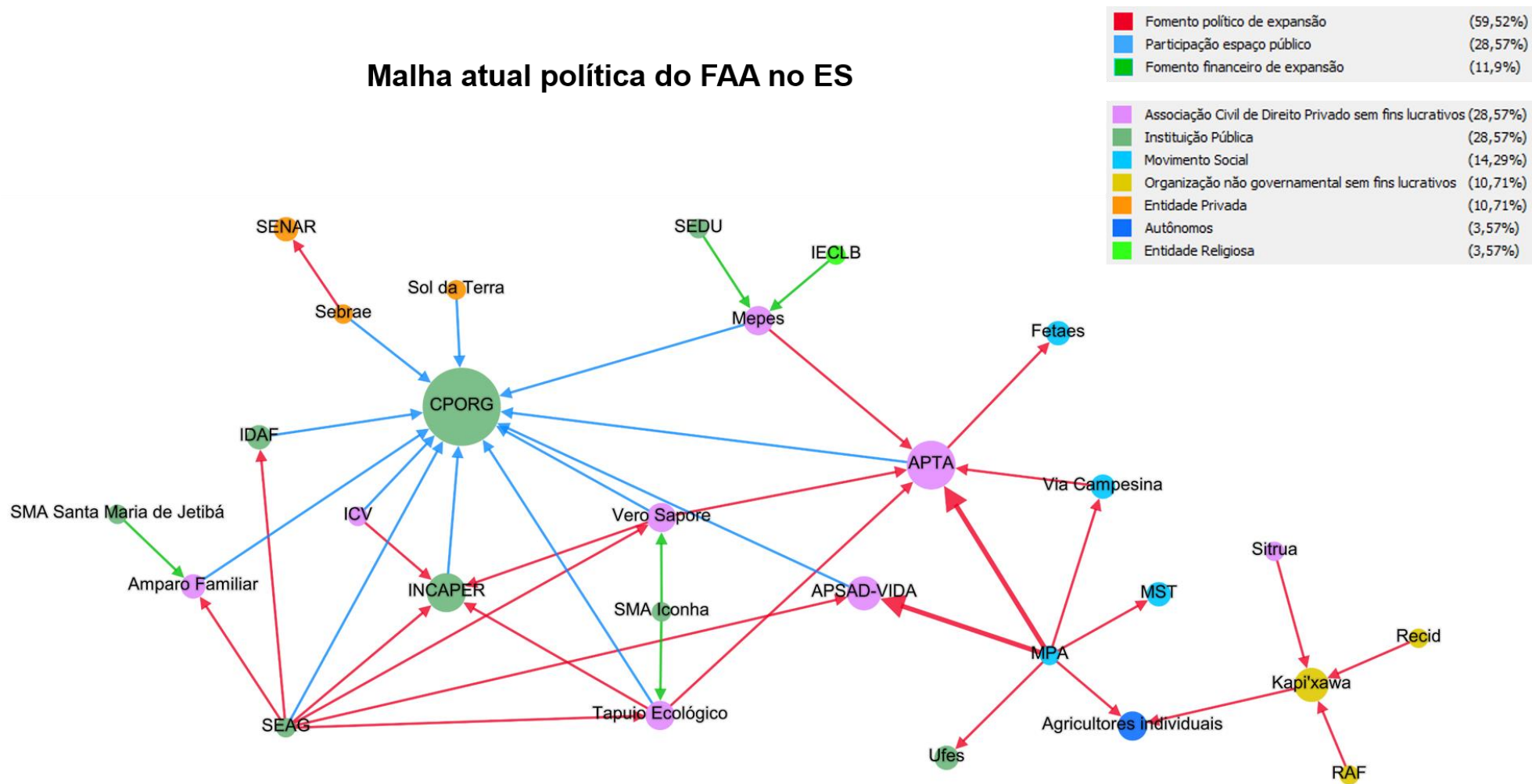
Na malha de produção orgânica do ES, é perceptível a diminuição das relações entre a APTA e os atores históricos, assim como das relações da FETAES com outros atores. Vale destacar que não é a intenção traçar o perfil das relações em todas as áreas de atuação dos atores, mas sim daquelas diretamente ligadas a produção do alimento orgânico e comercialização nas feiras da RMGV.

O MPA se destaca no intenso relacionamento com as associações APSAD-VIDA, APTA, e UFES, e distante das esferas governamentais como escolha de atuação política do movimento de luta paralela a organização estatal.

A SEAG ganha destaque no fomento político da expansão do alimento orgânico, principalmente pela atuação no crescimento das feiras agroecológicas nos shoppings.

Figura 2- Malha atual política do Fluxo dos Agricultores e Alimentos (FAA) no ES

Malha atual política do FAA no ES



Fonte: Trabalho de campo. Grafo elaborado pela autora, e organizado por Nelson Reis (LABIC-UFES).

2.1.2 A malha de serviços e comercialização dos alimentos orgânicos no ES

A malha de serviços e comercialização dos alimentos orgânicos dá foco aos caminhos e atores que realizam maior transição mercadológica de compra e venda de serviços, a fim de garantir que o trajeto final das feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.

De acordo com o grafo, os consumidores são os principais atores da malha de comercialização dos alimentos orgânicos atualmente. Eles consomem diretamente de restaurantes, lojas e feiras especializadas.

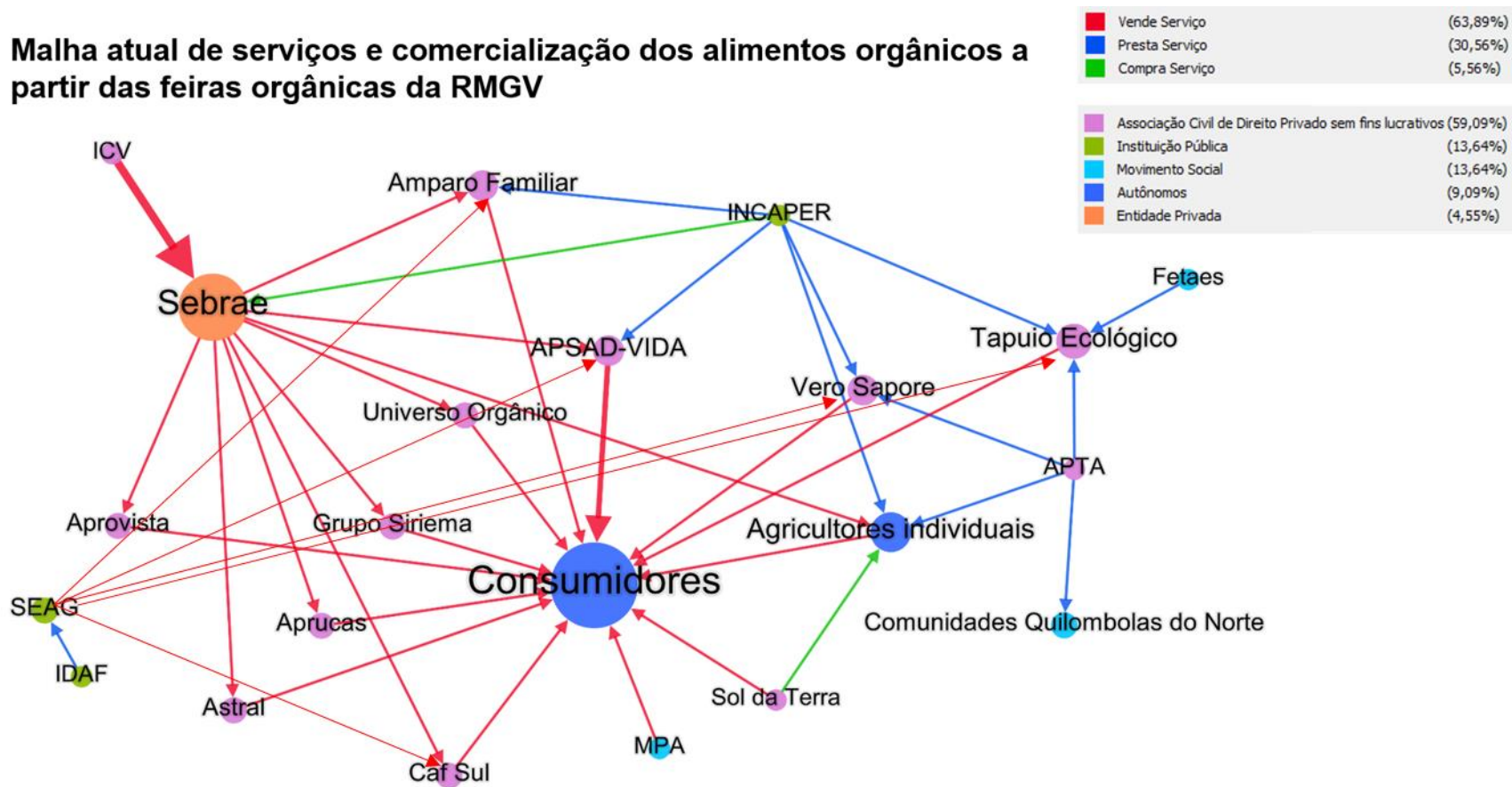
O ator da malha que ganha maior destaque a posteriori é o SEBRAE que contrata o serviço do ICV e certifica a maior parte dos agricultores associados e individuais do ES, como já exposto anteriormente, é notável a relação intensa e intrínseca entre os atores.

A SEAG e o IDAF estão aparentemente periféricos na malha, mas presentes devido a atuação dos órgãos na expansão das feiras agroecológicas dos shoppings, e interagindo diretamente com as associações escolhidas para comercializar nos shoppings.

As associações atualmente em destaque que prestam serviço técnico para a expansão da comercialização dos alimentos orgânicos são o INCAPER e a APTA.

Figura 3- Malha de serviços do FAA no ES

Malha atual de serviços e comercialização dos alimentos orgânicos a partir das feiras orgânicas da RMGV



Fonte: Trabalho de campo. Grafo elaborado pela autora, e organizado por Nelson Reis (LABIC-UFES).

A comercialização de alimentos orgânicos acontece de forma direta e indireta e não possui uma base ou ponto fixo de distribuição, portanto, não segue o mesmo trajeto da produção convencional. Além da venda direta de comercialização do produtor com o consumidor, a venda indireta de alimentos orgânicos se dá através da intermediação de um atravessador.

Quanto à compra, podem ser adquiridos alimentos orgânicos certificados de forma direta, por OCS ou por auditoria; e de forma indireta, apenas alimentos certificados por auditoria.

A comercialização para programas do Governo Federal é uma plataforma indireta, pois o Estado se torna um atravessador. A compra de alimentos orgânicos pelo PNAE e pelo PAA respeita o valor de mercado do alimento, e caso não tenha ocorrido uma chamada pública específica para alimentos orgânicos, o gestor dos programas no estado pode acrescentar 30% acima do valor pago para o alimento convencional. Apesar do Governo ser considerado um atravessador, os programas comportam a compra dos alimentos para o consumidor final, o que torna a relação de comercialização direta. Desta forma, o PNAE e PAA aceitam a modalidade OCS de certificação³⁰.

Os supermercados, lojas especializadas, lojas virtuais, cestas produzidas e organizadas por vendedores não agricultores e restaurantes são formas indiretas de comercialização.

Não aprofundo nesse segmento de venda indireta, pois entendo que o mecanismo de venda direta traz maiores benefícios financeiramente, tanto para o agricultor como para o consumidor. Sobre a temática de comercialização direta e indireta, Sposito (2016) realiza um levantamento sobre a diversidade de preços e características dos alimentos orgânicos nos diversos pontos de comercialização na capital. No período de sua pesquisa ainda não existiam feiras agrocológicas nos shoppings.

³⁰ Manual de aquisição dos produtos da Agricultura familiar para a alimentação escolar. Disponível em: < <http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em 29 de mar. de 2017.

A autora faz uma comparação dos preços entre os supermercados da região, hortifrúttis, feiras orgânicas e os relaciona com o valor dos alimentos convencionais, apontando para o “abuso” nos preços dos alimentos orgânicos nos supermercados da capital. Trata-se de um importante trabalho comparativo da comercialização de alimentos orgânicos de forma indireta da região, que nos leva a pensar de forma específica sobre o aumento do consumo nas feiras orgânicas.

A escolha do objeto de estudo leva a adentrar em mecanismos de comercialização que privilegiam o produtor, sua autonomia, a diversidade e liberdade de produção de alimentos, a interação da família dos agricultores no processo de compra e venda e inclusive, a escolha do objeto valoriza as interações do consumidor e do agricultor.

O segmento da venda direta no ES pode ser encontrado de três formas: cestas em domicílio, mercados especializados, e feiras especializadas.

O MPA realiza a entrega de cestas domiciliares de alimentos e produtos agroindustriais na RMGV. As cestas são organizadas por membros do grupo, e contam com alimentos da época, e vão completas para os consumidores. O MPA solicita aos consumidores que não haja retirada de algum alimento da cesta para que os agricultores familiares que fazem parte do movimento sejam beneficiados com a sua produção. O carro que realiza a entrega sai de Domingos Martins, município da região Serrana do estado e o grupo já chegou a entregar 60 cestas, sendo que o número de pessoas que solicita a cesta varia semanalmente.

O MPA possui também um mercado popular especializado no Norte do ES, em São Gabriel da Palha, que comercializa a produção de famílias de agricultores da região diretamente para o consumidor.

Figura 4 – Mercado popular do MPA



Fonte: Imagem disponível em:
<https://www.flickr.com/photos/mpabrazil/7496198602/in/photostream/>.

2.2 As feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV

Escolho aprofundar a análise no escoamento dos alimentos a partir da venda direta nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV, primeiramente, porque é notável o *boom* das feiras nos últimos anos nesta região.

No início da pesquisa, começo de 2015, havia apenas feiras orgânicas. Atualmente, o número de feiras agroecológicas já é maior do que o número de feiras orgânicas, sendo que em dois anos o número total de feiras mais do que dobrou na RMGV.

Por outra via, nos supermercados, restaurantes, lojas, ou qualquer outro segmento da venda indireta dos alimentos, encontra-se barreiras físicas e abstratas até que seja possível chegar naquele que criou a *coisa* que se está analisando e seguindo neste trabalho.

No ES, além das feiras da RMGV, encontra-se uma feira orgânica no município de Aracruz na região litorânea Norte do estado, e uma feira agroecológica em Linhares, no Shopping Pátio Mix. Na RMGV, duas feiras em Guarapari, duas feiras em São Mateus, uma feira em São Gabriel da Palha, duas feiras em Aracruz, uma feira em Santa Leopoldina, sendo assim diversas as feiras de alimentos orgânicos e agroecológicos em funcionamento.

A primeira feira orgânica da RMGV, registrada e reconhecida com o apoio da Prefeitura municipal de Vitória, foi inaugurada no bairro Barro Vermelho, em 2002. Os moradores do bairro fundaram a Associação de

Moradores de Barro Vermelho (AMBV) em 2000, e pouco tempo depois, em contato com os produtores de Santa Maria de Jetibá, aliaram a demanda pela feira à disposição dos produtores ao comércio. Segundo relatos, na época da fundação da feira, um fator importante foi realizar a feira próxima da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM), faculdade privada especializada em medicina, pois os moradores acreditavam que a saúde seria um atrativo para outros consumidores que circulavam naquele bairro.

A terceira feira orgânica de Vitória foi criada de modo semelhante à primeira. Em 2013, os moradores de Jardim Camburi, bairro em maior parte residencial e de classe média, se organizaram e criaram a associação de moradores, sendo que a feira orgânica foi requisitada e teve inauguração no mesmo ano³¹.

Os casos das feiras dos bairros Barro Vermelho e Jardim Camburi mostram que o processo de expansão da produção de alimentos orgânicos na RMGV está intrinsecamente ligado ao consumo destes alimentos, levando em consideração que as construções das associações de moradores foram feitas exatamente no período em que os consumidores buscavam comprar alimentos saudáveis perto do seu local de residência.

Os casos das feiras dos shoppings também demonstram o crescimento do consumo destes alimentos como gerador de produção, entendendo que os shoppings, como espaços privados, só abrigariam mais um tipo de comercialização, com o interesse de atrair mais consumidores. Em 2015, foi inaugurada a primeira feira agroecológica no Shopping Boulevard, em Vila Velha. Até então, já existiam sete feiras em ambientes públicos distribuídas na RMGV. A iniciativa da SEAG contou com a participação dos produtores em transição para a agricultura orgânica. Outros atores relacionados a este evento são o Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE), que fornece o acompanhamento na transição, e a Chão Vivo, que orienta na produção dos alimentos que serão certificados.

³¹ Notícia da inauguração da feira disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2013/09/jardim-camburi-ganha-feira-de-produtos-organicos.html>>. Acesso em 05 de jan 2017.

O SEBRAE ganha destaque no apoio aos produtores orgânicos, sendo que a empresa recebe recursos financeiros públicos e faz parte do Sistema S, “termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica”³².

O SEBRAE, no ES, atua de diferentes formas nos diversos municípios, mas sempre aliado as políticas públicas do governo do estado para cada espaço. Nas associações da região Serrana, a empresa colaborou na identificação das necessidades dos produtores relacionadas a organização e funcionamento interno, ajudando na elaboração do estatuto e regimento entre outros. A proposta principal do SEBRAE aos agricultores consistiria no apoio à certificação orgânica das propriedades via auditoria, através de contrapartida financeira para a certificação. O apoio da empresa se dá através do pagamento de 70% do valor da certificação para os produtores, que, em contrapartida, pagam o valor de 30% da certificação.

Quadro 22- Informações sobre o SEBRAE

Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE)
Data de criação: 1972
Região de atuação: Nacional; no ES , atua em apoio ao pólo de fruticultura, no sul ao pólo de mármore e granito. Em Colatina, atua no pólo de confecção e em Linhares, no pólo de móveis;
Natureza jurídica: Entidade privada, sem fins lucrativos.
Como atua historicamente: Na região serrana do ES, o Sebrae atua principalmente no incentivo ao chamado “empreendedorismo rural” tendo como clientes os produtores orgânicos e facilita o processo de certificação com o Instituto Chão Vivo.
Conexões com a rede: Instituto Chão Vivo (ICV), Associação de produtores Santamarienses em defesa da Vida (APSAD-VIDA), Associação de Agricultores e Agricultoras de produção orgânica e familiar de Santa Maria de Jetibá (AMPARO FAMILIAR) , ASTRAL, APROVISTA, CAF SUL, APRUCAS, produtores
Conflitos na rede: Ainda não identificado

Fonte: Entrevistas, relato de campo. Elaborado pela autora.

O principal ator que se relaciona com o SEBRAE é o ICV, que é um prestador de serviço cadastrado através de credenciamento por edital para

³²Mais informações sobre o Sistema disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>>. Acesso em 06 de mar. de 2017.

corresponder com a qualidade e serviço de avaliação do SEBRAE. As associações AMPARO e APSAD-VIDA são as associações certificadas com apoio do SEBRAE que estão nas feiras orgânicas da RMGV. As outras associações e produtores individuais não estão presentes nessa forma de comercialização, e por isso não serão expostos mais detalhes.

No ES, a associação com maior visibilidade midiática e com maior número de associados é a Associação de Agricultores e Agricultoras de produção orgânica e familiar de Santa Maria de Jetibá (AMPARO FAMILIAR), fundada em maio de 2001, contendo 42 associados. Anteriormente, os produtores faziam parte da APSAD-VIDA, mas por motivos pessoais, políticos e outros que não foram divulgados, decidiram criar outra associação. A primeira feira de “produção saudável” na qual a associação participou foi a do bairro Barro Vermelho (Vitória), em 2002, e contou com a participação de 9 agricultores.

Faz parte da composição da CPORG, contribuindo no segmento de fomento à produção orgânica.

Quadro 23- Informações sobre a Amparo Familiar

Associação de Agricultores e Agricultoras de produção orgânica e familiar de Santa Maria de Jetibá (AMPARO FAMILIAR)
Data de criação: 2001
Região de atuação: Alto de Santa Maria de Jetibá, Região Serrana, sudoeste central do ES.
Natureza jurídica: Associação civil, de direitos privados, sem fins lucrativos.
Como atua historicamente: mobiliza a atuação dos produtores na prática da produção orgânica no ES e participa da comercialização dos alimentos nas feiras da RMGV.
Conexões com a rede: SEBRAE, ICV, INCAPER, SEAG, Secretaria Municipal de Agricultura de Santa Maria de Jetibá;
Conflitos na rede: A associação foi construída após o rompimento de membros com APSAD-VIDA.

Fonte: Entrevistas, relato de campo. Elaborado pela autora.

O início dos anos 2000 demarca, sobretudo, a atuação dos consumidores ativos em prol de uma alimentação orgânica. Em 2003, no município de Serra - RMGV, uma organização de consumidores, deu origem ao Projeto Broto. Bernadino (2006) traz mais detalhes sobre esta primeira cooperativa de consumidores orgânicos do ES. “Ela é um empreendimento autogestionário idealizado por integrantes da Pastoral Operária (PO) da Igreja

Católica e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Serra” (BERNADINO, 2006 p. 2).

Segundo a autora, a cooperativa durou 2 anos, sendo que a relação com outros atores da malha se deu principalmente com a Igreja Luterana de Domingos Martins, a qual realizava contato com agricultores orgânicos e com a Chão Vivo, que na época ainda não realizava certificação. A cooperativa chegou a beneficiar 60 famílias de agricultores orgânicos (BERNADINO, 2006). O financiamento do projeto se deu sobretudo, com o apoio de uma organização não governamental alemã chamada *Deutsche Gesellschaft für Internationale (GIZ)*.

Quadro 24- Informações sobre o Projeto Broto

Projeto Broto
Data de criação: 2003
Região de atuação: Serra- (RMGV)
Natureza jurídica: Associação civil, sem fins lucrativos
Como atuava na sua fundação: Realizava a entrega de cestas de alimentos orgânicos para comunidades carentes através do apoio da rede de produção;
Como atua hoje: Não existe mais
Conexões com a rede histórica: Cooperativa de produção orgânica Coopserrana, ICV, Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, <i>GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> (Agência Alemã de Cooperação Internacional);
Conflitos na rede: não identificado;

Fonte: BERNADINO (2006). Elaborado pela autora.

Ocorre, ainda, no fim da primeira década de 2000, um movimento singelo, porém notável, de jovens que desejam viver uma vida no campo. Quatro jovens de em torno de 20 anos, em 2010, se mudaram da capital do ES para a Serra do Caparaó, localizada no Sul do ES, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. A intenção do grupo era fazer parte da comunidade alternativa da região existente há mais de 30 anos, sendo que este local vivem remanescentes da guerrilha contra a ditadura militar no Brasil³³.

O grupo formou o Sítio Tangará, uma comunidade que pratica a Permacultura como meio de subsistência e já realizou, no ano de 2015, um circuito de entrega de cestas de produção local de alimentos em Vitória para estudantes da UFES e demais consumidores. O grupo utiliza a plataforma online chamada *World-Wide Opportunities on Organic Farms (WWOOF)* para

³³ Para aprofundamento no debate de resistência do Caparaó, ver pesquisa de Almeida (2014).

receber pessoas de qualquer lugar do mundo que queiram aprender sobre as técnicas adotadas na agricultura, construção de casa entre outros. O Sítio Tangará realiza palestras, encontros e vivências em Permacultura e não concorda em ser identificado como produtor de alimentos orgânicos, por isso o sítio/movimento não é considerado como um ator da malha.

Como apresentado no Capítulo I, tendo em vista que a produção orgânica tem histórico e força na região Sul, Sudoeste e Norte do ES, busquei entender a localidade de origem dos alimentos que abastecem as feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV, levando em consideração ainda a diversidade de associações existentes no ES e seu histórico no estado.

A intenção aqui é aprofundar as peculiaridades dos fluxos de alimentos e do movimento de atores e associações que fazem parte das feiras³⁴.

Quadro 25- Feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV

Município	Bairro	Inauguração
Vitória	Shopping Vitória Mall- Mata da Praia *	novembro de 2016
	Shopping Vitoria- Enseada do Suá *	agosto de 2016
	Shopping Centro da Praia *	janeiro de 2017
	Centro *	fevereiro de 2017
	Goiabeiras (UFES) *	julho de 2011
	Barro Vermelho	2002
	Jardim Camburi	setembro de 2013
	Praça do Papa	março de 2012
Serra	Shopping Monserat- Laranjeiras *	fevereiro de 2016
	Serra Sede	fevereiro de 2016
	Valparaíso	junho de 2015
	Bairro de Fátima	maio de 2016
	Laranjeiras	agosto de 2016
Cariacica	Shopping Moxuara- Campo Grande *	maio de 2016
	Campo Grande *	2008
Vila Velha	Praia da Costa *	2004
	Shopping Boulevard- Itaparica *	novembro de 2015

Notas: *feiras agroecológicas

³⁴ As únicas feiras sobre as quais não conseguimos informações são as do Shopping Monserat, em Laranjeiras - Serra, e do Shopping Moxuara, em Campo Grande - Cariacica, pois ambas não estão em funcionamento por tempo indeterminado.

E perceptível nos dados apresentados na tabela acima, o *boom* das feiras principalmente a partir de 2010. Apenas 3 das 17 feiras acontecem antes deste período. Guarapari, Viana e Fundão, não possuem

Para o levantamento destes dados, foi necessário o contato com as prefeituras municipais da RMGV, com a SEAG, com o Instituto Chão Vivo. As prefeituras da Serra e Cariacica não tem um setor específico que cuida desta área. Na prefeitura de Vila Velha, havia uma pessoa responsável que informou, sem apresentar dados, que os produtores eram todos dos municípios da região Serrana e as nomenclaturas das associações que foram repassadas não estavam de acordo com aquelas identificadas através da pesquisa. A prefeitura de Vitória tem um setor específico para tratar das feiras orgânicas, bem organizado e com prontidão, porém não tinha o número exato de produtores por associação nas feiras. As nomenclaturas das associações estavam corretas, mas não havia o controle exato dos dados.

Situação parecida acontece no contato com a SEAG, onde o gerente de agroecologia possuía os dados das feiras mais antigas, mas das feiras mais recentes, por exemplo, os dados ainda não estavam tabulados. Houve uma atenção solícita aos questionamentos feitos para a pesquisa, a qual não correspondeu uma pronta entrega de dados de todas as feiras agroecológicas.

Por isso, o trabalho de campo foi realizado com a nossa ida a cada feira orgânica e agroecológica da RMGV para realizar uma entrevista semiestruturada com os feirantes, além do tempo de observação nas idas as feiras.

O Fluxo dos Alimentos e Agricultores (FAA), portanto, se dá a partir da saída dos agricultores do seu município de produção e origem, para o município de chegada e comercialização através das feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.

O trajeto marcado pelo fluxo pode ser realizado pelo mesmo agricultor ou por diferentes agricultores até as feiras. Os alimentos podem ser os mesmos, caso o produtor não os tenha vendido na feira anterior e o espaço de tempo seja próximo entre uma feira e outra, ou pode tratar-se de alimentos frescos, como em grande maioria dos casos. Sendo assim, os mesmos produtores e alimentos podem realizar dois fluxos, por exemplo. Mais detalhes sobre o FAA serão apresentados posteriormente.

Não foi levado em consideração as barracas que vendem caldo de cana e pastel, por não terem certificação orgânica e ocuparem um espaço de hábito alimentar comum das feiras no Brasil. Não dialoguei também, com os feirantes das barracas de produtos industrializados orgânicos, por não se tratarem de agricultores locais, os quais demonstram certa indignação pelos produtos industrializados comercializados ao lado de suas produções³⁵.

Percebo, ainda, a existência de barracas de alimentos convencionais em algumas feiras. Na feira de Colina de Laranjeiras, em Serra, das seis barracas, quatro comercializam alimentos convencionais e duas de alimentos orgânicos. Em outras feiras, como a de Jardim Camburi (Vitória), Praia da Costa (Vila Velha) e Serra Sede, vendedores ambulantes ficam nas proximidades com apresentação de alimentos convencionais e de produtos caseiros, como pães e biscoitos, em carros, mini-barracas, ou até mesmo barracas estruturadas, buscando atrair a atenção dos consumidores de alimentos orgânicos.

A comercialização de alimentos como pastéis, bolos, biscoitos, tapiocas, com recheios de alimentos produzidos pelos agricultores na feira é exalada por eles. As barracas dos cozinheiros são bem vistas por consumidores e agricultores. Não foram realizadas entrevistas, mas nota-se nas manifestações de olhares atravessados dos agricultores (para com as barracas de industrializados) e sorrisos afetuosos para os feirantes cozinheiros (e venda de verduras). Estes, porém, não foram contabilizados nos fluxos, pois o foco se dá na expansão do alimento produzido pelos agricultores familiares das feiras. Não é pretensão diminuir a importância do movimento destes cozinheiros, apenas não se enquadra no aprofundamento de análise desta pesquisa³⁶.

O fluxo aqui analisado não representa o agricultor cadastrado pela Prefeitura como proprietário da barraca, pois não teria uma precisão de dados

³⁵ A empresa Organu está realizando a venda em diversas feiras. Site disponível em: <<http://www.organu.com.br>>. Visualizado em 10 de mar. de 2017. Foi demonstrada certa aversão por parte dos agricultores às barracas destes produtos nas feiras orgânicas, não declarada em entrevistas, mas percebida em conversas paralelas entre os agricultores, ou explicitada quando era apresentado o objetivo desta pesquisa. A pergunta “até quando eles vão ficar aqui?” foi feita mais de uma vez por diversos agricultores.

³⁶ Para pesquisas relacionadas ao tema, temos o exemplo do trabalho realizado que aponta os chefes de cozinha (eco chefes) como mediadores das relações entre os pequenos produtores e os consumidores nas feiras orgânicas. SOARES, Nadja Ohana. Produtores, Ecochefes e Consumidores – A Gastronomia da Agricultura Familiar no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. 2016 (dissertação) - CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

com todas essas variáveis — e ainda com a desatualização dos dados oriundos da falta de fiscalização dos responsáveis por essa função no município.

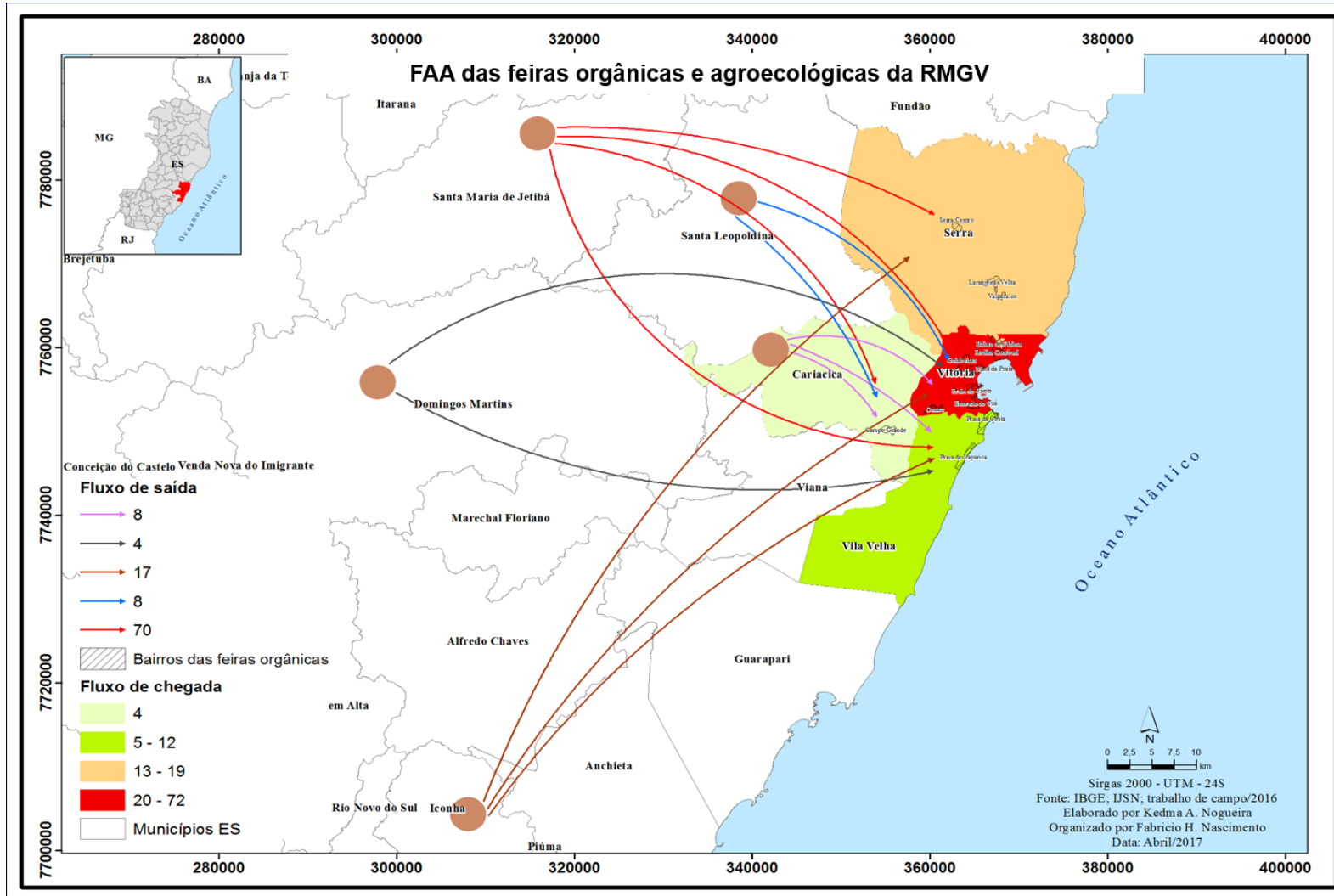
O fluxo representa, portanto, o caminho simbólico produzido pelo agricultor e o alimento do espaço de produção deste, ao destino final de comercialização no espaço da feira. Denota a existência de famílias, agricultores, pessoas contratadas pelos agricultores, ou familiares distantes do agricultor envolvidas na comercialização direta, com um município de origem, dirigindo-se para a RMGV. Vale ressaltar que foram encontrados agricultores associados e agricultores que não estão ligados a nenhuma associação nas feiras³⁷.

É preciso levar em consideração na análise que uma mesma família pode realizar a comercialização em mais de uma feira e pode ainda uma família se separar e realizar duas feiras diferentes (pai ir na feira x e filho na feira y, por exemplo). Além disso, alguns familiares revezam a ida à feira (irmãos se revezam devido a participação nas escolas de pedagogia da alternância, por exemplo), tornando a figura do comerciante muito flexível, também contratando, em alguns casos, ajudantes, vizinhos do seu município de origem, ou ainda, residentes de outros municípios.

Os municípios simbolizados pelos círculos em cor bege — Iconha, Santa Leopoldina, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá — representam os abastecedores das feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.

Mapa 4- Fluxo dos alimentos e agricultores para as feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.

³⁷ O critério para aceite ou não de produtores individuais nas feiras segue o Regimento Interno das feiras de cada bairro.



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado pela autora e organizado por Fabricio Nascimento.

Os municípios de Mantenópolis e Nova Venécia, apesar de representarem 9,5% e 7,7% do total de produção do ES segundo o CNPO, não estão presentes nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV, assim como o município de São Mateus, que representa 4,8% do total de produção do ES (este por sua vez merece destaque pela presença da APTA no município que realiza trabalho contínuo de fomento político na região). Suspeita-se que os municípios citados não participam das feiras principalmente pelo fator geográfico de distanciamento da RMGV.

Nota-se no mapa que Vitória é o município que recebe o maior fluxo de alimentos e produtores de todos os municípios abastecedores das feiras orgânicas, e o município da Serra é o segundo em receber o maior fluxo, tendo como fornecedores os agricultores dos municípios de Santa Maria de Jetibá e Iconha.

Vila Velha é o segundo município em diversidade de recebimento de fluxos de alimentos e produtores nas feiras orgânicas e agroecológicas. Cariacica é o único município que possui fluxo de saída e de chegada de alimentos orgânicos, contemplando tanto a produção quanto a comercialização dos alimentos nas feiras. O município é o segundo maior em produção do ES, conforme apresentado anteriormente, sendo que o escoamento de sua produção se dá por outras vias de comercialização, através de programas do governo como o PAA e PNAE, por exemplo.

Santa Maria de Jetibá é o único município que está presente no envio do fluxo de alimentos e produtores em todos os municípios.

O município de Domingos Martins representa 4% do total de produção de orgânicos no ES, assim como apresentado anteriormente, e nas feiras orgânicas, é o município que possui também a menor representatividade no fluxo de alimentos e produtores das feiras da RMGV.

Iconha é o segundo município com maior fluxo de envio de alimentos e produtores nas feiras da RMGV, sendo representada por suas três associações certificadas por OCS, e também por produtores individuais, apesar da representação estadual de 5,8% da produção total de alimentos orgânicos segundo o CNPO.

O fluxo de chegada dos agricultores e dos alimentos nas feiras orgânicas e agroecológicas é representado pelas barracas estabelecidas para a comercialização dos alimentos. Enquanto está no trajeto, vindo do seu município de origem nomeia-se o movimento de FAA e quando produtores e alimentos chegam até o município de comercialização, são identificados através das barracas nas feiras.

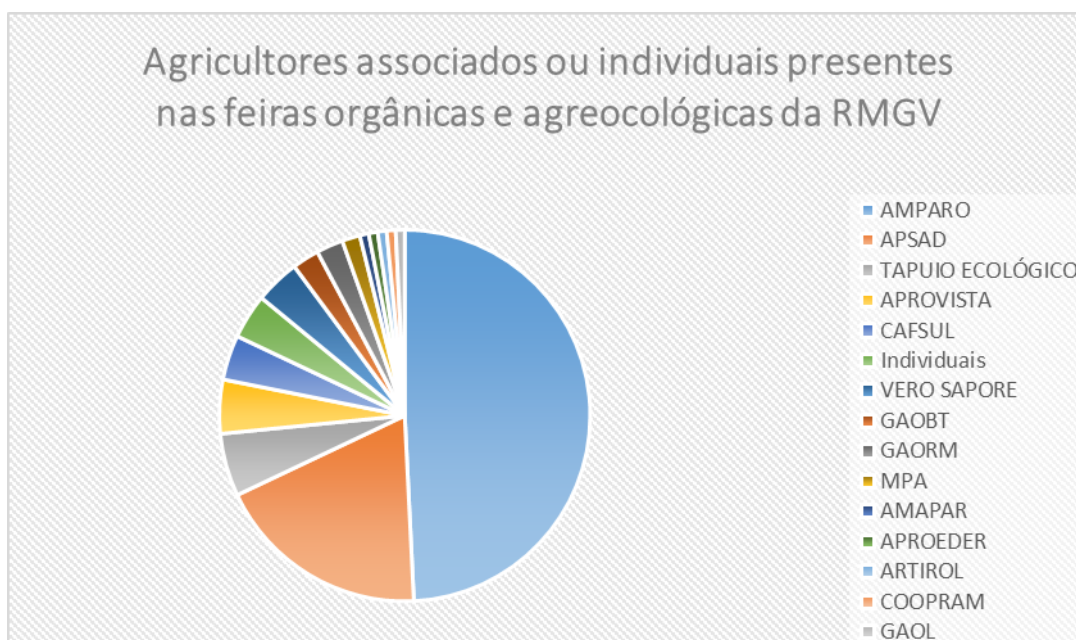
Quadro 25- FAA por barraca nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV

Origem	Quantidade de barracas	Destinos	Fluxos
Cariacica	2	Cariacica	
Santa Leopoldina	1	Cariacica	4
Santa Maria de Jetibá	1	Cariacica	
Iconha	4	Serra	24
Santa Maria de Jetibá	20	Serra	
Cariacica	1	Vila Velha	
Domingos Martins	1	Vila Velha	27
Iconha	3	Vila Velha	
Santa Maria de Jetibá	22	Vila Velha	
Cariacica	5	Vitória	
Domingos Martins	3	Vitória	
Iconha	12	Vitória	72
Santa Leopoldina	9	Vitória	
Santa Maria de Jetibá	43	Vitória	

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora.

Entende-se aqui a importância também de representar as associações de produtores e apontar os agricultores não associados. O fluxo foi contabilizado com dados do mês de março de 2017, o que mostra, portanto, o fluxo atual dos alimentos e produtores. Quando foi iniciado o trabalho de campo nas feiras, em 2015, estavam presentes as associações Amparo Familiar Apsad-Vida, Tapuio Ecológico e Vero Sapore. Compreende-se que a leitura do cenário atual aponta para o *boom* da produção e comercialização através das feiras na RMGV.

Gráfico 5- Associações presentes nas feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora.

Notas:

* Associação Amparo Familiar- AMPARO (Santa Maria de Jetibá);

Associação dos produtores Santa Marienses em Defesa da Vida - APSAD VIDA (Santa Maria de Jetibá);

Tapuio Ecológico (Iconha);

A Associação de Produtores Rurais de Boa Vista –APROVISTA (Cariacica);

Cooperativa dos Agricultores Familiares Sul Litorânea – CAFSUL (Iconha);

Individuais (Cariacica, Santa Leopoldina e Iconha);

Vero Sapore (Iconha);

Grupo re Agricultores Orgânicos de Boqueirão dos Thomas –GAOBT (Santa Leopoldina);

Grupo de Agricultores Orgânicos de Rio do Meio – GAORM (Santa Leopoldina).

A associação Amparo Familiar é predominante no ambiente da feira em número de barracas (produtores associados). A associação surge historicamente do rompimento com a APSAD-VIDA. Ambas associações são certificadas pelo ICV, trabalham com frutas, verduras e legumes, e são originadas de Santa Maria de Jetibá.

A líder da associação, Selene Hammer Tecsh, tem destaque na mídia local e ganhou uma série de prêmios e status como o prêmio de “produtora rural” do SEBRAE em 2014; prêmio de “empreendedor” do jornal capixaba A Gazeta em 2014; em 2017, ganha a posição de embaixadora da campanha internacional “#mulheresrurais, mulheres com direitos” da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), entre outras atividades.

Em contato com a agricultora, é possível perceber a determinação, ambição, a malha de relações, e estratégias que a líder da associação toma para avançar na produção e comercialização de alimentos orgânicos, características essas que refletem na posição da associação nas feiras.

No Capítulo I, expus que a associação APSAD-VIDA foi a pioneira na construção política do debate agroecológico na região Serrana do estado. A associação está presente desde a primeira feira orgânica da RMGV, no bairro Barro Vermelho, mas hoje ocupa o segundo lugar de representatividade nas feiras, compreende-se aqui, que o motivo para essa posição secundária se dá, sobretudo, devido ao seu rigoroso critério de entrada de agricultores na associação o que corrobora para um número menor de associados presentes nas feiras. Por outro lado, essa característica acarreta uma maior confiabilidade e solidez na produção de alimentos orgânicos pela associação.

A associação Tapuio Ecológico é originada de Iconha e é certificada por OCS, trabalha com verduras e legumes, mas principalmente com frutas, devido ao fato de a região ser, na maior parte do ano, de temperatura quente. A presença da associação nas feiras representa um importante passo político de ocupação dos espaços de comercialização por OCS e do apoio de instituições como a APTA nesse processo.

O MPA possui 2 barracas na RMGV, uma na UFES e outra no Centro de Vitória. Apesar da pouca representatividade em quantidade, vale ressaltar que a luta do movimento se dá no fortalecimento das relações com outros atores como a UFES, e também, no caso da feira do Centro, com a associação APSAD-VIDA, relação da qual surgiu a ideia da comercialização.

A associação APROVISTA, de Cariacica - RMGV, não estava presente nas feiras no início desta pesquisa em 2015, pois as próprias feiras das quais hoje a associação faz parte não existiam. A associação também não está presente no CNPO do MAPA, mas já foi certificada pelo ICV, e em breve fará parte do cadastro. Vale ressaltar que neste caso não é a associação que é certificada, mas sim a propriedade de agricultores que fazem parte dessa associação. Os agricultores certificados da APROVISTA trabalham principalmente com agroindústria, na fabricação de bolos, pães, biscoitos, massas, entre outros e com frutas, sobretudo, na produção de bananas.

A associação CAFSUL de Iconha, também não estava presente em 2015, pois faz parte de feiras agroecológicas dos shoppings.

Os produtores individuais cresceram quantitativamente, uma vez que no início da pesquisa apenas um produtor foi identificado, na primeira feira da RMGV. A associação VERO SAPORE, de Iconha, continua presente nas feiras, mas está com menor representatividade em comparação as outras associações certificadas por OCS. As demais associações surgem nas feiras agroecológicas dos shoppings, sendo os atores mais recentes que comercialização na RMGV.

No que se refere aos consumidores das feiras, destaco o estudo de Bernardino (2015) sobre a feira de Barro Vermelho, bairro de Vitória. A pesquisa traça um perfil coletivo e individual dos consumidores e elabora mais informações sobre o lócus de investigação. As entrevistas foram feitas através de formulário online e de questionário para coleta de dados com 45 consumidores. Vale ressaltar dois pontos interessantes dos dados obtidos na pesquisa: a maioria dos consumidores era natural do interior do estado e eles e/ou os familiares próximos, em sua maioria, tiveram experiências no âmbito rural, o que, conforme sugerido pela autora, pode ter influenciado na escolha dos alimentos orgânicos. Outro ponto de destaque é a escolaridade dos entrevistados, pois mais da metade dos consumidores possuía ensino superior, o que mostra um alto nível de informação que reverbera como um possível fator no consumo de alimentos orgânicos.

Quadro 26- Informações sobre os consumidores da feira do bairro Barro Vermelho (BV)

SEXO					
Homens: 60%		Mulheres: 40%			
IDADE					
Mais novo: 27 anos		Mais velho: 75 anos		Média de idade: 48 anos	
ESTADO CIVIL					
Casados: 67%	Solteiros: 18%	Vivem maritalmente (junto): 7%	Divorciados: 4%	Viúvos: 2%	Contrato de convivência: 2%
NATURALIDADE					
Interior do Estado do Espírito Santo: 32%	Vitória – ES: 20%	Cidades do Estado de Minas Gerais: 12%	Cidade do Estado do Rio de Janeiro: 8%	Serra – ES: 6%	
RESIDÊNCIA					
Barro Vermelho: 28%	Praia do Canto: 22%	Jardim da Penha: 11%	Santa Lúcia: 6%	Mata da Praia: 4%	
ESCOLARIDADE					
Acima do Superior: 55%	Superior completo: 29%	Ensino Médio completo: 7%	Ensino Fundamental incompleto: 5%	Superior incompleto: 4%	
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (PRINCIPAIS)					
Aposentado(a): 22%	Professor(a): 17%	Funcionário público: 11%		Comerciante: 4%	
Bancário: 4%	Advogado: 4%	Microempresário: 4%			

Fonte: Quadro com o perfil socioeconômico dos consumidores da feira de Barro Vermelho realizado por Bernadino (2015).

A pesquisa da autora registra dados mais específicos sobre a renda familiar dos consumidores: “33% possuíam renda entre 8 e 10 salários mínimos; 20% de 6 a 8 salários mínimos; e 18% de 10 a 12 salários mínimos” (Bernadino, p. 94, 2015). Esse índice mostra o médio e alto padrão financeiro dos consumidores, o que indica um nicho de mercado ainda centralizado, assim como seu nível de escolaridade “acima do superior”. É necessário levar em consideração que a feira está situada em um bairro de classe média e média alta de Vitória.

Quadro 27- Informações sobre a organização de pertencimento dos consumidores da feira de BV

Organizações políticas/sociais*	Frequência	Porcentagem
Associação de moradores do bairro onde reside	8	17%
ONG ambiental	4	9%
Sindicato	3	6%
Associações socioculturais e esportivas	3	6%
Partido político	2	4%
Associação de servidores	1	2%

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados coletados em formulário *on-line* (2014)

* O consumidor pôde emitir mais de uma resposta.

No gráfico acima, Bernardino (2015) nos mostra que a maioria dos consumidores fazem parte de alguma organização política ou social. Chama a nossa atenção a porcentagem de 17% dos entrevistados que afirmaram participar da “Associação de moradores do bairro onde reside”. Esta informação subsidia algo que foi percebido através do trabalho de campo: a atuação dessas associações como um fator importante na expansão dos alimentos orgânicos.

Levando em consideração a atuação política do consumidor, Azevedo (2016) aponta para uma tendência por dietas alimentares que refletem um movimento ativista. Desta forma, adotar uma dieta vegetariana (não consumir nenhum tipo de animal), vegana (não consumir nada de origem animal) ou qualquer outra, pode representar um consumo consciente e com fins políticos. Da mesma forma, o consumo de alimentos orgânicos, apontado por Portilho (2008) na sua pesquisa, possui um alto índice de auto responsabilização pelo consumo sustentável nas feiras analisadas pela autora.

Dentre as particularidades que se pode notar no desenvolver dos anos 2000, uma das mais marcantes é o impacto positivo (crescimento) de políticas e programas governamentais no impulso da produção e comercialização de alimentos e produtos orgânicos, que repercute ainda na notável presença da CPORG como o membro central da malha de relações políticas do alimento orgânico no estado.

É possível perceber também um recuo de instituições que outrora (na produção alternativa de alimentos) era destaque como a APSAD-VIDA (Amparo Familiar ganha visibilidade e cresce continuamente após romper com a associação) e a APTA. Apesar de ser possível notar a presença mais marcante

do MPA com resistências através de feiras, presença em manifestações, realização de cartilhas, encontros entre outras atividades.

Vale ressaltar ainda o destaque do Sudeste e do ES no número expressivo de certificação por OCS, denotando a luta e resistência de centenas de agricultores principalmente no Norte do estado.

Na malha de serviços, nota-se predominância do ator impulsionador desta teia a partir dos anos 2000: o consumidor. Foi salientado, neste capítulo, o perfil do consumidor realizado por Bernardino (2016), mostrando que há ainda um alto padrão financeiro dos consumidores — feira de Barro Vermelho. Outro destaque desta malha dá-se ao SEBRAE como principal propulsor do fluxo de relações comerciais.

É possível afirmar que há um rompimento do consumo de alimentos orgânicos em supermercados e hortifrúteis em geral, levando em consideração o crescimento repentino e intenso de diversas feiras, inclusive das feiras agroecológicas nos shoppings, como lembrado anteriormente, no início da pesquisa (2015), só existiam feiras orgânicas, e atualmente o número de feiras agroecológicas já é maior.

O FAA trouxe a possibilidade de visualizar os municípios que abastecem as feiras orgânicas e agroecológicas, e o destaque de Santa Maria de Jetibá, na saída de alimentos, e o município de Cariacica, único município que tem um fluxo de saída e chegada de alimentos orgânicos.

Vale ressaltar o destaque que a associação Amparo-Familiar ganhou, nos anos 2000, demonstrando um domínio dos espaços da feira, e principalmente uma liderança feminina engajada em alcançar mais espaços de visibilidade e atuação da associação, por meio da líder Selene Tesch.

Capítulo III - Seguindo o alimento a partir da feira orgânica de Jardim Camburi

”Presença atraente, ou estranha, e, no entanto, lúcida.”

ERIC DARDEL³⁸

³⁸ E. Dardel, Homem e a terra, p. 47. São Paulo: Perspectiva, 2011.

O objetivo deste capítulo é apresentar o caminho teórico metodológico que me levou a construir a malha de expansão da produção e comercialização do alimento alternativo e orgânico no ES, e aprofundar a análise da intrínseca relação do agricultor com o alimento a partir de um estudo de caso da feira de Jardim Camburi.

A estratégia foi seguir o alimento no seu caminho de ida e vinda junto às famílias de agricultores, a partir desta feira que acontece semanalmente, aos sábados. A feira aqui denota a potencialidade do campo que traz elementos ora atraentes, ora estranhos, mas todos considerados importantes para a pesquisa. Além desse tempo juntos, este capítulo foi pensado a partir de diálogos na feira, e observação participante em idas constantes à feira.

Através de uma etnografia móvel, proposta por Marcus (2001) há um impulso em ser levado a trajetórias inesperadas, tendo como fio condutor os processos culturais que envolvem o alimento e os agricultores nos lugares de circulação e produção. Os caminhos que foram encontrados refletem sobre o modo de vida dos atores envolvidos na malha de relações e também nos impactos do crescimento do sistema de comercialização em que estão inseridos esses atores.

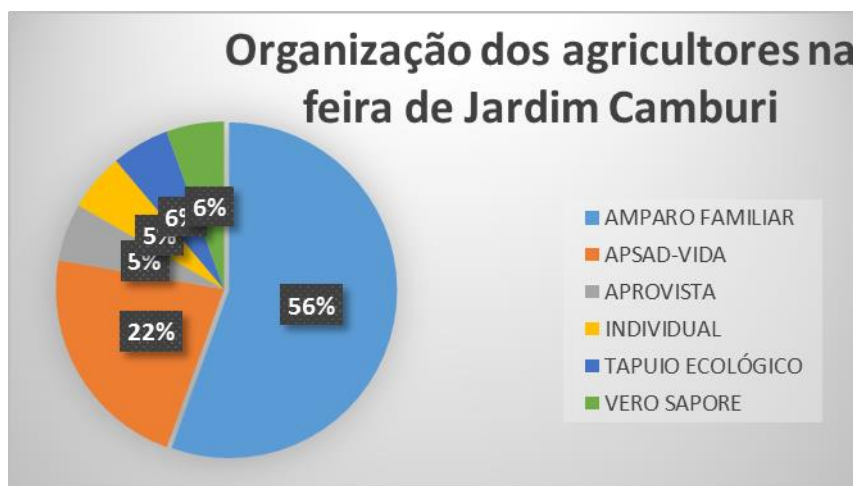
Entendo aqui que os alimentos comercializados diretamente pelos agricultores carregam símbolos revelados nas relações entre os diversos atores da malha de produção, localizados nos tempos e espaços de análise. O alimento assume representações diversas para os agricultores como símbolo de aliança entre as famílias, de “pureza”, afeição, oportunidade financeira, elemento de conflitos, e de cultivo de variadas relações aqui refletidas a partir das experiências da pesquisa de campo.

O trabalho de campo etnográfico começou em julho de 2015, quando havia cinco feiras orgânicas na RMGV e três em Vitória. Por ser consumidora, já frequentava a feira orgânica de Jardim Camburi, em Vitória, e minha afinidade com os agricultores orientou o princípio da pesquisa e escolha do primeiro espaço de experiência etnográfica.

A feira de Jardim Camburi iniciou-se em setembro de 2013 após acordo entre a associação de moradores e os agricultores que já comercializavam nas outras feiras de Vitória. Das 18 barracas na feira, 10 são da associação Amparo

Familiar, 4 da APSAD-VIDA (ambas originadas de Santa Maria de Jetibá), 1 produção individual (Cariacica), 1 Tapuio Ecológico e 1 da Vero Sapore (ambas originadas de Iconha). Havia grande chance da aproximação de mais um agricultor que pertencesse a Amparo Familiar, assim como aconteceu.

Gráfico 6- Organização dos agricultores na feira de Jardim Camburi



Fonte: trabalho de campo. Elaborado e organizado pela autora.

A maioria dos agricultores presentes na feira se comunicam com dificuldade em língua portuguesa, sobretudo os agricultores mais idosos, por serem de Santa Maria de Jetibá, município da região Serrana com predominância de imigrantes pomeranos. Isso acontece com muita frequência, pois quase 90% dos agricultores que trabalham na feira são pomeranos. Por isso, é bem comum que nas barracas onde há um agricultor com mais de 40 anos, por exemplo, há um ajudante jovem, parente ou não que comunica com mais facilidade em português.

Desta forma, o meu contato com a Geovanna foi imediato. Nos identificamos primeiramente por nos comunicarmos melhor, e por sermos mulheres jovens e solteiras, já que nas barracas desta feira, há predominância de homens agricultores, de jovens casais, ou de famílias (pai, mãe e filhos).

A Geovanna é filha de Adelino e Zenira, 21 anos (em 2015), reside em Alto de Santa Maria de Jetibá (comunidade próxima a Santa Maria de Jetibgeoá) e trabalha com seu pai desde a fundação da feira.

Quando conversei com eles sobre a possibilidade de ficar um tempo na casa deles, o pai, falando em pomerano com a filha, decide passar a escolha

de aceitar ou não minha presença para Geovanna. Senti-me segura em com essa atitude dele, tornou a impressão de dureza e sobriedade (típica dos pomeranos) em uma impressão mais suave. Abaixo, segue relato do trabalho de campo no dia que conversamos sobre eu ir para casa deles, momentos depois da conversa em pomerano entre eles.

Quando expus sobre minha vontade para ela senti que fui muito bem recebida, ela tinha um olhar muito curioso sobre a minha conversa, acredito que tenha sido uma sensação recíproca de curiosidade sobre universos tão diferentes. Ela perguntou para o pai se eu poderia ir para a casa deles ficar um tempo para pesquisar lá, ele perguntou para mim: mas você vai trabalhar lá também né? Sorri e falei que sim, faria o máximo para ajudar e não queria de forma alguma atrapalhar. Ele disse que eu poderia ir, por ele não havia problema, e logo me ofereceu um biscoito que estava comendo (vindo da barraca ao lado) e disse: Lá a gente trabalha muito, mas a gente come muito também. Agradei o biscoito, mas estava ainda sem intimidade para compartilhar o alimento. O olhar da Geovana era compenetrado na minha fala, e muito duvidoso, era como se o olhar falasse com ternura: “mas por que escolheu a gente?” (Jardim Camburi, 13 de julho de 2015).

A família do Adelino é associada a Amparo Familiar e certificada pelo ICV. Adelino possui uma barraca grande, com uma diversidade de verduras e legumes, e reveza as idas as feiras principalmente com a sua filha Geovanna. Quando ela está doente ou não pode ir por algum motivo, sua esposa e seus dois filhos mais novos o acompanham.

Depois da marmita de almoço comprada no restaurante situado na rua da feira, os agricultores desmontam as barracas e guardam as ferragens, lonas e materiais necessários para montagem, em um terreno baldio que fica na mesma rua, dentro de um contêiner que é alugado pelos agricultores, sendo o valor dividido por todos os feirantes.

Guardam também as caixas com os alimentos que sobram para o reaproveitamento do mantimento das galinhas. Isso acontece quando os agricultores não doam estes alimentos para ONGs, trabalhadores da limpeza das ruas e pedintes. A prática de doação é muito comum no fim da feira, mas os agricultores não gostam de divulgar e afirmar que fazem isso, porque, segundo eles, os consumidores podem não entender o valor de comprar o alimento. Por isso fazem a doação quando não há consumidores próximos.

Foi depois de um dia habitual de feira e da conversa entre nós, que ficou combinado para a próxima semana, a ida para a casa da Geovanna.

3.1 De volta para casa

Por volta das 13h, os agricultores retornam com os caminhões e carros para suas propriedades. De carona, percebi como era difícil se manterem acordados no caminho de volta para casa. Ainda não conhecia o trabalho, mas já dava para notar o quão intenso era. Energético, café, conversas, distrações, nada segurava os bocejos e cochilos no carro — até Flotélio, o motorista, demonstrava dificuldades e necessidade de parar e “esticar as pernas” no meio do caminho, mesmo se tratando de cerca de duas e meia de viagem.

Chegando no Alto de Santa Maria de Jetibá, encosta da serra de Santa Maria de Jetibá, uma dose de cachaça e a primeira despedida. Expliquei para ele que iria ficar na casa da Geovanna, pois assim havíamos combinado. Curioso e instigado para eu segui-lo até a sua casa, entendeu, mas não parecia aprovar de já ter escolhido alguém. Logo o Adelino veio me buscar na mercearia onde paramos.

Já em casa, Geovanna, assim como os demais agricultores com que compartilharia tempo juntos, me recomendava conversar com Selene, líder da associação. Consenti e agradei, mas adiei este encontro ao máximo, pois meu interesse era desde o início a experiência compartilhada, junto a diversas pessoas, perspectivas e histórias, não apenas referentes às lideranças.

A impressão que tive é que a minha presença lá parecia comparada a uma certa inspeção e intromissão em suas vidas. Acredito que, além de ser peculiar da pesquisa de campo etnográfica, as excursões para a cidade trazem essa sensação nos agricultores, de supervisão do consumidor, de constatação e averiguação da produção sem veneno. Em todo lugar para onde eu passava caminhando, mesmo que fora da propriedade, nas poucas palavras trocadas, já havia um convite: “Vem aqui conhecer, vai gostar, a gente planta tudo sem veneno”. Entendi esse como o principal motivo para desejarem a minha presença nas suas propriedades e por isso a despedida meio atravessada com Flotélio.

O *croqui* abaixo é uma tentativa de representar com mais detalhes a região onde vivenciei um pouco destas experiências do trabalho de campo. Foi elaborado sem uma escala real de comparação, uma cartografia a partir das

vivências e experiências, das representações dos agricultores do seu espaço e da expansão da produção orgânica na região.

As propriedades, com as casas e famílias, ficam em uma região onde a maioria dos vizinhos estão inseridos na agricultura orgânica, e grande parte dos agricultores ao redor da casa do Adelino são associados ao Amparo Familiar. Há, porém, também, propriedades onde as famílias praticam agricultura convencional.

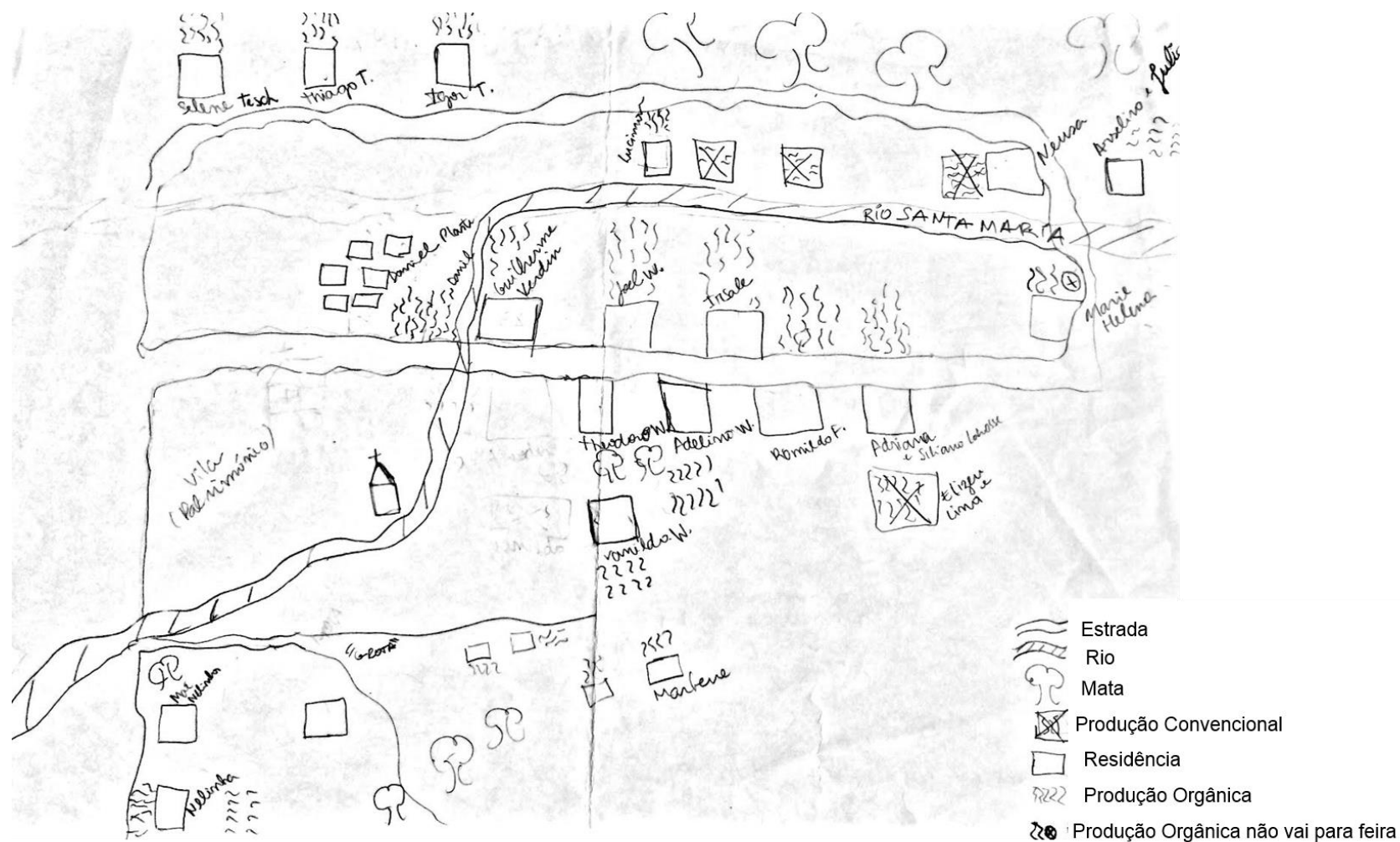
Os agricultores com que compartilhei experiências ao redor da propriedade do Adelino estão representados nesse *croqui*, sendo que os depoimentos e situações foram vivenciadas no espaço que tento reproduzir abaixo. Vale ressaltar que também apresento situações vivenciadas na feira de Jardim Camburi, outro ambiente do trabalho de campo.

Figura 5. Agricultores, alimentos e consumidores da feira de Jardim Camburi



Fonte: Foto disponível no site: <http://www.euamomeubairro.com/jardimcamburi/index.php/jardim-camburi-noticias/126-dois-anos-de-feira-de-produtos-organicos>. Acesso em 22 de jun. de 2017.

Figura 6- Croqui da região de estadia para trabalho de campo (Alto de Santa Maria de Jetibá)



Fonte: Trabalho de campo realizado em 20 de julho de 2015, região de Alto de Santa Maria de Jetibá, ES

3.2 Dificuldades e potencialidades

Identifiquei dificuldades e potencialidades em se adequar à realidade de produção da agricultura orgânica, por questões de ordem geracional, do volume de produção, por tempo de conversão, entre outras variáveis apresentadas e analisadas a seguir conforme conversas, observação e entrevistas realizadas com os agricultores nas suas propriedades. Escolho dar destaque para as questões apresentadas com mais frequência pelos agricultores.

O casal Elizeu e Lina (falecida meses depois do trabalho de campo e representados ao lado direito inferior do *croqui*), são idosos e pais de Siliano. Para eles, a produção orgânica dá muito trabalho e exige muito esforço físico, sendo esse um dos fatores limitadores para ingresso na produção orgânica.

Nelinha, 45 anos, cuja propriedade está representada no lado inferior esquerdo do *croqui*, também expõe a dificuldade no trabalho com a agricultura orgânica:

tem que ficar em cima disso porque se não o mato toma conta, você tem que tá sempre com a enxada no meio, por isso que muita gente acha que é dificuldade trabalhar com orgânico, tem que sempre capinar, mas a vantagem é essa você vê o que produz, você tá capinando, cada pé que você vê lá... (Alto de Santa Maria de Jetibá, 25 de julho de 2015)

A agricultora demonstra insegurança com os dois filhos, Alex e Gustavo, menores de 20 anos, em decidirem seguir com o trabalho no campo. Segundo Nelinha, o Gustavo “é mais pro estudo” e isso a preocupa, pois sozinha ela não daria conta do trabalho, por demandar muito esforço físico.

As dificuldades apresentadas pelos idosos pode ser uma potencialidade e oportunidade para os jovens. Na entrevista conjunta com o casal de agricultores Julia, 25 anos, e Arcelino, 30 anos, ambos associados a Amparo Familiar, sobre os motivos de escolher trabalhar com a agricultura orgânica, eles reafirmam o trabalho que dá “limpar tudo à mão, na enxada”, mas apontam os benefícios do preço de mercado e da saúde, tanto para eles quando para os consumidores, como compensadores do esforço:

Arcelino: Pra mim é o que tem melhor mercado, um preço melhor e por causa da saúde também. Igual Das crianças e nossa também.

Julia: E também pras pessoas na cidade, porque tem muitas doenças e tem as pessoas não podem comer produto com remédio, então a gente pensa sempre em entregar uma coisa que seja melhor pra eles. Como ele falou, dá pra vender melhor também, você pode ir na rua vender sozinho.

Arcelino: Dá mais trabalho. Com o produto químico eles limpam com veneno as coisas mas a gente tem que limpar tudo à mão, na enxada e tem um precinho a mais também. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 21 de julho de 2015)

Julia é filha de Adelino, e é casada com Arcelino, ambos representados no *croqui*. O casal produz alimento orgânico, porque, segundo eles, “o convencional não compensa, não dá dinheiro suficiente”, sendo que os motivos que os fizeram aderir à produção orgânica, sem dúvida, foram a saúde de suas duas filhas, que podem brincar na roça, e a condição financeira. O esforço físico apresentado na fala deles não é um limitador do trabalho por estes jovens agricultores.

Maria Helena, representada no lado direito-centro do *croqui*, com cerca de 50 anos, aponta que se a produção não é suficiente, não dá para levar para a feira, o que a leva a vender o excedente para o CEASA, ou para outros agricultores.

Neusa, vizinha da Maria Helena, com cerca de 30 anos, tinha pouco tempo de residência naquela propriedade, onde a terra não era livre do uso de veneno. Segundo a agricultura, o problema da produção orgânica é o tempo de transição que requer. “O que eu vou fazer no tempo que não vou produzir, esperando a terra poder ser usada?”³⁹

Já Adriana, cerca de 25, e Siliano, cerca de 30 e filho de Elizeu e Lina, conseguiram começar o processo de transição para agricultura orgânica e tiveram a oportunidade junto a Amparo Familiar de comercializar o alimento produzido ainda no processo de conversão nas feiras agroecológicas dos shoppings. Eles escolheram trabalhar com a agricultura orgânica depois de tentarem trabalhar como empregados numa empresa de Santa Maria de Jetibá e não conseguirem dinheiro suficiente para a renda familiar. A terra que eles estão trabalhando era anteriormente utilizada para produção de alimentos

³⁹ O período de conversão para a produção orgânica varia de acordo com o tipo de produção convencional usada anteriormente, e o tipo de produção a ser iniciada. O tempo varia de 12 a 18 meses segundo Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999. Disponível em: <http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf>. Acesso em 24 de abr. de 2017.

convencionais, por isso o processo de conversão ainda está em andamento e trabalham na feira agroecológica que aceita os agricultores que ainda não completaram o processo de certificação.

A conversão dos agricultores para a agricultura orgânica também se apresenta de forma diferente a partir da questão geracional, técnica e política. Alfredo, por volta de 50 anos, agricultor associado a APSAD-VIDA, relembra como foi sua transição da produção e comercialização⁴⁰:

Na época a gente vendia de porta em porta na vila. De bicicleta, botava na bicicleta e vendia né, e era desse jeito. Então o pouco que a gente produzia, foi muito difícil na época, mas a gente não desistiu. Hoje é muito mais fácil. Porque hoje existe uma estrutura, existe as técnicas né, que a pessoa vem, ela já praticamente, automaticamente ela já vem e já entra num processo produzindo. E aquela época não tinha. Porque tinha-se muita teoria. Mas não se tinha uma prática. (Santa Maria de Jetibá, 24 de julho de 2015)

A estrutura que o Alfredo menciona refere-se tanto às associações de agricultores quanto ao Sebrae e o ICV. Estas instituições darão suporte para a transição, de acordo com sua função, para o agricultor ascender da produção e comercialização de alimentos orgânicos. “Entra no processo produzindo”, quem recebe o apoio de conversão de outros agricultores, que como o Alfredo mencionou, hoje orientam a prática e técnicas adequadas para cada tipo de situação.

Esposa do Alfredo, Teresa, 53 anos, pontua que as dificuldades também podem ser vistas a partir da perspectiva de gênero baseada na sua experiência de mulher no acúmulo de atividades e redução do seu tempo livre em casa. Ela produz biscoitos, bolos, pães para a feira. Aponta ainda para as formas de comercialização e preferência da feira como meio de comercialização entre as diversas formas já experimentadas pelo casal.

Pra ele é mais fácil, com certeza, porque o homem não é igual a mulher, porque a mulher sempre o momento que ela tem suas dificuldades. E o homem não, ele é livre, todo dia, toda hora, talvez ele até pode passar mal, essas coisas assim, mas não é igual mulher. Porque mulher sempre tem alguns momentos dela que ela gostaria de ficar em casa (...)

Porque dos outros lugares, por exemplo que a gente tem duas entregas, você tem que esperar bastante tempo, daquele que é merenda escolar, às vezes demora 3 meses para gente receber. Ai

⁴⁰ O agricultor reside em outra região de Santa Maria de Jetibá, por isso não está representado no *croqui* e nem na árvore genealógica. Na feira, a sua barraca fica ao lado da barraca do Adelino, e por isso, fizemos contato posterior. Fiquei hospedada 2 dias na sua casa com a Teresa, sua esposa. Na região onde ele mora, não há propriedades próximas de outros agricultores que trabalham nas feiras, por isso o trabalho de campo foi mais restrito.

você faz o cálculo, na hora que você planta e na hora de você receber o dinheiro, é muito tempo. Demora mais. Porque na feira você já tem o dinheiro na hora né, do jeito que você vender você já tem o dinheiro no bolso. Mas a outra não né. (Santa Maria de Jetibá, 24 de julho de 2015)

Daniel, agricultor com cerca de 50 anos, produz alimentos orgânicos desde 1985, corrobora com o pensamento do Alfredo, da dificuldade de se produzir em uma época que não havia tanto apoio da rede como acontece atualmente. Ambos agricultores são associados da APSAD, e foram pioneiros da produção na região Serrana do estado. Vale ressaltar no depoimento de Daniel, que a produção inicialmente, era realizada para a saúde pessoal, ou seja, os agricultores produziam para consumo e bem-estar próprio antes de iniciarem a comercialização. Segundo Daniel:

Naquela época tinha muito agricultor se intoxicando né. Que era uma época que era justo a época do alho no Espírito Santo. Aí o pessoal começou a exagerar muito nos venenos né. Isso tudo começou a preocupação. Ai a gente tentou começar a produzir, no início a gente não tinha nem intenção de vender, a nossa questão era tentar produzir, mostrar que era possível produzir um alimento saudável. E aí quando nós começamos a ver que tava dando certo, ai o pessoal teve apoio de órgãos né, na época não governamentais. Porque no início foi muito difícil, falaram para nós, já que vocês estão produzindo, vocês têm que poder vender também né, aí começou as primeiras feiras que nós participamos. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 22 de julho de 2015)

Em relação ao consumo, na perspectiva dos agricultores, as potencialidades da agricultura orgânica se referem a questão da saúde, principalmente. Um dos diversos exemplos apresentados pelos agricultores é o da Julia, que de forma peculiar aponta a diferença que percebeu dos cuidados dos próprios corpos pelos consumidores, e dos corpos dos seus filhos. Ela aponta com curiosidade que:

Na feira também tem muitos casais que vem com os filhos. Eles compram mais pros filhos do que pra eles. Tem uma farmacêutica lá que tem um filho, ela faz tudo pro filho. Acho que lá eles cuidam mais dos filhos do que deles. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 22 de julho de 2015)

O preço dos alimentos orgânicos na feira apresenta-se como um fator que também altera o consumo e pode ser uma potencialidade ou uma dificuldade, segundo Julia e Arcelino. Eles afirmam que é compatível à

quantidade de pessoas que consomem na feira orgânica e agroecológica de acordo com os preços das outras feiras e dos supermercados:

Julia: Quando está mais caro o convencional o pessoal até vem mais na feira. Tem gente que compra mas por achar que é mais barato. Arcelino: Igual ano passado o tomate dava R\$10,00 no mercado. Nós vendíamos a R\$6,00. Mas tem vez que nós colocamos a R\$5 ou R\$6 que eles colocam R\$2. (...) Ela: Mas o pessoal da cidade muitas vezes não entende. Quando o produto no mercado é caro eles vêm muito na feira. Pode reparar que a feira sempre aumenta, depois quando baixa muito tem gente que fica na feira, não liga por causa do preço. Mas tem uns que você não vê na feira. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 22 de julho de 2015)

Outra variável para o consumo segundo os agricultores é o investimento das mídias sociais a respeito dos benefícios e malefícios dos alimentos para os corpos. Segundo Julia:

Eles viram uma reportagem de coisa roxa, coisa roxa pra prevenir a veia do coração de entupir. Aí todo mundo vem e pergunta o que tem de roxo. Igual o almeirão roxo é muito bom pra prevenir câncer, tem o espinafre que tem muito ácido fólico, aí ele sempre perguntam essas coisas né. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 22 de julho de 2015)

Pode-se perceber, a partir da apresentação destes depoimentos, que potencialidades e dificuldades para agricultores de diversas idades, são influenciadas pelo apoio midiático. Vimos, no Capítulo II, quando anunciado pela SEAG a respeito da fiscalização das feiras, o MAPA intervém e fecha temporariamente a execução das feiras, a mídia interfere, portanto, intimamente, na vida dos agricultores, através do que é exposto sobre o alimento nos meios de comunicação.

O preço é hoje um condicionante importante para a adesão ou não de agricultores na produção e também para a variação do consumo nas feiras, como alertado por Arcelino em depoimento. Já para os idosos, o condicionante de adesão principal levantado foi sobre a saúde dos agricultores e dos familiares, algo também apontado por jovens, mas sendo mais um componente meio a tantas outras questões.

O início da produção alternativa de alimentos, como exposto também no Capítulo I, tem origem principalmente na produção para consumo próprio, relatado neste trabalho, quando se referiu, por exemplo, ao Hortão Capixaba (em Cachoeiro de Itapemirim, Sul do ES 1986), e às hortas escolares (em São

Mateus, 1972). Da mesma forma, agricultores expuseram, em depoimento, sobre as dificuldades da época de início, quando a malha de relações ainda era esparsa e incipiente. A partir do fim dos anos 1980 é que percebemos a teia se tornando mais densa de relações, facilitando o processo de expansão do alimento através da produção e comercialização na RMGV.

A estrutura da malha de relações dá, atualmente, o suporte necessário para o agricultor “entrar no processo” com muita facilidade, diferente do que foi apresentado pelos agricultores mais antigos no início da sua produção. A malha como representa hoje, portanto, reflete o trabalho e esforço das pequenas relações sendo construídas, com dificuldades e potencialidades, assim como visto no decorrer dos depoimentos dos agricultores.

3.3 A organização familiar da agricultura orgânica

A minha inserção no ambiente de produção e vivência com os agricultores em suas casas, permitiu a representação de uma possível organização familiar entre os agricultores da agricultura orgânica de Alto de Santa Maria de Jetibá (lôcus de produção da maior parte dos alimentos das feiras orgânicas da RMGV).

Geovanna, 21 anos, e Gustavo, 18 anos, filho da Nelinha, cuja propriedade é representada no canto inferior esquerdo do *croqui*, se interessaram para a pesquisa com um olhar fascinado sobre “o que vi de interessante ali”. Ambos queriam saber mais sobre como como é pesquisar e fazer parte de uma universidade. Comunicativos e com um português muito compreensível, começaram a contar diversas histórias da produção orgânica de parentes deles.

Foi perceptível, depois de um tempo, que muitas referências eram dadas pelos agricultores de pessoas conhecidas, mas oriundas de feiras de outros bairros, essas pessoas não eram facilmente associáveis com a família de referência com a qual havia interação direta. Ou seja, muitos nomes e histórias eram contadas que aparentemente eram familiares, mas que não possuíam ligação direta quando eram expostos pelos agricultores.

A construção do parentesco não foi realizada de forma intencional no trabalho, esse tema foi levado em consideração devido ao marcante interesse

dos interlocutores jovens, citados acima, que questionando sobre por onde andei, com quem conversei, faziam as conexões familiares entre as pessoas comentadas e brincavam com o fato de terem tantos parentes na produção orgânica.

Em entrevista com Selene, 53 anos, líder da associação Amparo Familiar, esse tema também surgiu, quando questionada sobre qual a origem da família dela, ela diz:

No fundo no fundo, tem uma história aqui, dizem que só duas famílias que não são parentes, os outros, no fundo no fundo tem parentesco. E principalmente a agricultura orgânica é familiar, um irmão atrai o outro, um primo, uma Irmã que trabalhou e gostou, aprendeu a lidar melhor com as plantações, ser mais saudável, ter mais saúde e qualidade de vida (Alto de Santa Maria de Jetibá, 24 de julho de 2015).

De fato, quando me dediquei a reconstruir as relações de parentesco entre os conhecidos da Geovanna, do Gustavo e seus vizinhos, não consegui achar as duas famílias que não tinham parentesco. Selene afirmou, ainda, em entrevista: “Meu sonho é que toda essa região aqui (apontando para região que representamos ter produção convencional no *croqui*) seja orgânica”, o que denota a intencionalidade das suas ações, e o convite realizado por ela para famílias especiais, com parentes que já foram produtores orgânicos outrora.

A escolha da produção se dá, tanto da família que “atrai o irmão, a irmã, o primo” para a agricultura orgânica devido aos benefícios encontrado pelos agricultores, quanto ao próprio estímulo e apoio da líder da associação.

Para passar tempo com os jovens, principalmente à noite, conversávamos sobre as relações entre os agricultores, começamos anotando as relações de parentescos entre os seus vizinhos. Iniciamos com uma folha A4 e “terminamos”, ao longo dos 7 dias, com quatro folhas A4, coladas umas às outras, para ter espaço suficiente para listar todos os parentes.

Construímos juntos um mapa de parentesco, com base nas lembranças deles, e dos seus pais. Na casa de cada um, depois de um tempo construindo o mapa, os pais se envolveram e com muita curiosidade exclamavam: “Não é que todo munda tá ligado mesmo?”, “Como é que você conseguiu juntar todo mundo?”⁴¹

⁴¹ Na construção das relações de parentesco, percebi o contentamento em encontrar as familiaridades de todos que participaram da elaboração, e decidi que essa seria uma agradável devolução da pesquisa para eles. Fiquei muito grata em poder construir essa história junto e

No decorrer da pesquisa, voltei à feira algumas vezes e mantive o hábito de preencher, sempre que possível, com mais informações, corrigindo relações mal conectadas ou faltantes. O quadro de parentesco abaixo representado não se propõe a construir todas as relações entre os agricultores pomeranos que participam da feira de Jardim Camburi, muito menos de todos os produtores da associação Amparo Familiar. Para tal objetivo, seria necessário maior tempo de pesquisa e aprofundamento nas relações, o que não compete a este trabalho.

Apesar de não ter sido intencional a realização desta organização e representação de parentesco, entendemos que o resultado dos emaranhados, trouxeram mais densidade na complexa malha de relações da produção do alimento orgânico.

Foram encontrados 26 agricultores, dos 58 registrados pelo ICV da Amparo Familiar, que possuem algum grau de parentesco entre eles. Não consideramos os filhos que não trabalham com agricultura mesmo que convencional e optamos por dar ênfase aos relacionamentos diretos com os agricultores orgânicos.

Notei que a questão da localização e do pertencimento ao lugar são a principal influência para que os agricultores de uma região façam parte de uma determinada associação. A região que escolhi para o trabalho de campo é de maioria de associados da AMPARO, e, como vemos no quadro, 4 agricultores da região são da APSAD-VIDA.

Das 10 barracas de agricultores da Amparo Familiar na feira de Jardim Camburi, 7 agricultores possuem parentesco entre si, como observamos na representação do mapa.

Uma característica peculiar das relações observadas em trabalho de campo foi a de mencionar o relacionamento (aliança) como marcador da produção orgânica. A fala “depois que nos casamos, começamos a produzir alimentos orgânicos” foi comum de ser ouvida em conversas. Entendo que não de forma literal, ou seja, logo após o casamento a produção começou, mas como demonstração da importância deste laço para os agricultores.

retribuir de alguma forma toda boa vontade em me receber e abrir suas casas para eu entrar como pesquisadora.

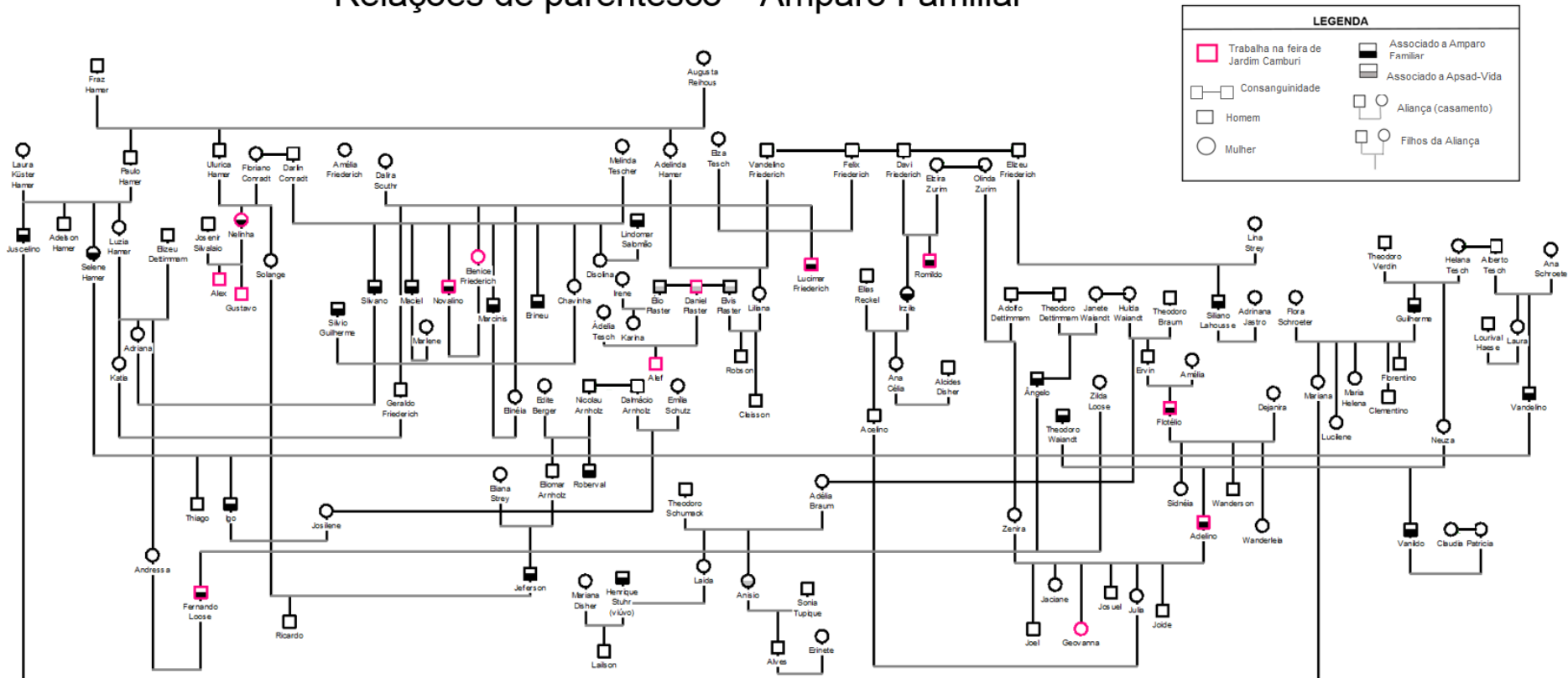
Outra particularidade, retrata a predominância dos homens como referências da produção da família. Apesar do trabalho conjunto, a liderança masculina prevalece no trabalho da agricultura familiar. Quando questionados sobre quem produzia na família, uma resposta habitual dos agricultores era que a esposa ajudava o marido, apenas. As mulheres somam o trabalho domiciliar, o cuidado dos filhos, com a agricultura orgânica.

Vale considerar que o processo de adesão a certificação pelo ICV, assim como a filiação a associação Amparo Familiar, são condições mutáveis a critério das instituições e desejo do próprio agricultor. Por isso, o quadro retrata também a condição atual de relação dos agricultores com as instituições, além de mostrar as importantes relações de parentesco entre as famílias.

Alguns dos agricultores apresentados eram cadastrados na associação anteriormente, e hoje não estão mais; outros estão cadastrados hoje, e no ato da pesquisa (em 2015) não eram associados. Todas as informações relacionadas aos agricultores e seu cadastro nas associações se referem a dados atualizados em abril de 2017.

Figura 7- A organização da Agricultura Familiar

Relações de parentesco – Amparo Familiar



Fonte: trabalho de campo. Elaborado e organizado pela autora.

Observações: Geovanna, e Julia, filhas de Adelino, estão representadas no canto inferior direito; Gustavo, filho da Nelinha, está representado no canto superior esquerdo; Selene Hamer, está representada no lado superior esquerdo; Siliano e seus pais estão representados no lado superior direito.

3.4 De volta para feira

“Limpeza de uma relação que afeta a carne e o sangue.”

ERIC DARDEL⁴²

A feira é aqui entendida com o ambiente que envolve, afeta e permite relações vivas entre os diversos atores que estão presentes semanalmente neste lugar. O objetivo deste espaço do trabalho é de tornar límpida os emaranhados das relações, que marcam particularmente as vidas presentes nessa malha de comercialização.

A feira de Jardim Camburi começa por volta das 6h do sábado, para os consumidores, mas para os agricultores, na sexta feira de manhã, já se inicia a organização, empacotamento, limpeza das verduras, separação dos molhos, das caixas. Estava frio na época em que fui para Alto de Santa Maria, lavamos verduras na parte externa da casa, cobertos de casacos, calças e água gelada. O esforço medido para que tudo esteja pronto para os consumidores se dá no dia anterior, somado a uma noite de sono sem conforto algum.

Fui para casa da Nelinha, na quinta-feira, porque soube que poderia ter carona com parentes dela para ir à feira. E assim foi, por volta das 19h da sexta-feira, estávamos preparados para “descer”⁴³.

Chegamos a Vitória por volta das 21h30, e alguns caminhões já estavam lá. Logo mais tarde, Geovanna chega com seu pai à feira (a representação da filiação localiza-se na parte inferior direita do mapa de relações de parentesco). Os agricultores montam suas barracas logo quando chegam, pois muitos deles dormem embaixo da prateleira, onde ficam as verduras. Quando chove, eles colocam plásticos improvisados em baixo do colchão para evitar que se molhem. Eu havia levado um colchonete para dormir na casa dos agricultores, e foi nele mesmo que dormi, dentro do caminhão, junto a mais 4 pessoas — entre elas a Geovanna. O baú do caminhão fica com a porta aberta para que haja circulação de ar. Dormem lá: o dono do caminhão e as pessoas que vêm

⁴² E. Dardel, *Homem e a terra*, p. 47. São Paulo: Perspectiva, 2011.

⁴³ As expressões subir e descer são constantemente usadas por eles como referência de ir para região serrana e ir para Vitória, respectivamente.

com ele. Como eu havia me tornado amiga da Geovanna, deixaram que eu dormisse lá também.

Por volta de meia-noite, Flotélio me acorda, chamando à porta do caminhão, com um português bem difícil de entender. Assim, acordei a Geovanna para que ela me ajudasse no diálogo. “É um carro que está estacionado no lugar da barraca dele”, ela disse. Ele tenta no português dizer: “Você que sabe como ajudar com as pessoas daqui”, me passando o celular. Levantei, liguei para a prefeitura municipal, mas me retornaram, dizendo que o carro particular poderia ficar lá até o dia posterior, que é o dia da feira. Não conseguindo resolver o problema, Flotélio armou a barraca na frente do carro e foi dormir, insatisfeito com a situação.

Por volta das 5h da manhã, já estavam todos de pé, organizando suas frutas, verduras, legumes, pães, bolos, grãos, ovos e tudo que trouxeram para a feira. Levantei um pouco mais tarde, pois tive a impressão de que não tinha descansado nada. Por volta das 06h30, estava na barraca com eles, disposta a ajudar e trabalhar. Sentei num banquinho, à espera dos próximos “comandos” do que fazer. Adelino me ofereceu um café da sua garrafa térmica, com o copo da tampa, e disse: “Agora você já é da família, pode beber junto com a gente (se referindo ao compartilhar o mesmo copo)”. A sensação era de exaustão, somada ao acolhimento da família, compartilhar do mesmo alimento regado de sentidos e prazeres.

Vejo, agora, que o alimento compartilhado precisa de fato da intimidade para que seja prazerosa a alimentação. Por isso que jantar com um estranho pode parecer desconfortável, e pelo contrário, partilhar da mesma xícara de café pode ressoar a familiaridade construída nas experiências conjuntas.

A mesma ansiedade que tinha em desejar conversar com a Geovanna, sobre o seu dia a dia, sobre seu trabalho, ela também tinha em perguntar como era o nosso café da manhã, nosso almoço, como o que trabalhamos, o que plantamos, etc; sobre o cotidiano de viver na cidade, e não no meio rural. O alimento é um reflexo de intimidade, saber o que se come, quando e que horas é expor um pedaço de quem você é para o outro.

A Geovanna nunca teve oportunidade de passear por Vitória, mas num dado momento, depois de muitas idas e vindas para feira, ela parou a refletir sobre a paisagem natural na cidade. Certo dia, ela me questionou: “Por que

vocês têm tanta grama e coqueiros plantados? Eles são bonitos, mas não dão frutas! A gente tem que plantar toda semana para vocês na cidade”.

Dardel (2011, p. 17) afirma que a paisagem representa a identificação de quem olha sobre o que se olha. A paisagem chama, atrai conforme qualidades que são identificadas nela. Uma montanha, por exemplo, desperta o desejo de escalada como libertação, traz um “simbolismo da altura moral”, “provoca uma vontade de escalar, ascender”.

Na pergunta da Geovanna, o que se percebe é uma identificação de “inutilidade” com a paisagem urbana, “as gramas e coqueiros” não servem para alimentar a população, mas, sim, embelezar. O olhar da Geovanna sobre essa paisagem provocou a reflexão deste trabalho sobre o olhar dos agricultores para o que faz sentido, como as frutas, por exemplo, que são plantadas para “vocês na cidade” e também para o consumo próprio deles.

Segundo Dardel (2011, p. 31),

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou se preferirmos, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente, ou estranha, e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta a carne e o sangue.

Escolher o lugar da feira reflete também uma “presença atraente”, particular da pesquisa. Recordo-me de ir à feira quando criança e ter medo das conversas altas dos adultos, mas encontrar, na mão da minha vó, segurança. Aquela paisagem construída na infância reflete hoje uma ligação afetiva lúcida com esse lugar cheio de vozes, cheiros, texturas, histórias.

A limpidez destas impressões, principalmente das histórias e relações são aqui analisadas, ficando mais claras a partir do pensar o cotidiano dos agricultores nas feiras.

A utilidade do plantar frutas trouxe outra reflexão sobre: “Como se dá a relação dos produtores com os alimentos, na feira e nos seus espaços de produção?”, levando em consideração que a utilidade das coisas se dá para além do uso, mas para uma relação.

Vale apontar, ainda, um relato, escrito no caderno de campo, que acrescenta elementos na análise.

“Você tem ovo? Não, acabou... mas e aquele ali?” Enquanto isso, Adelino estava embalando os ovos para mim, eu olhei para o casal que pediu os ovos e me senti constrangida de alguma forma, acho que pelo privilégio de tê-los reservados para mim, e de pensar: será que devia ter feito isso? Liguei e pedi para eles guardarem para mim porque eu sou consumidora, ou porque estou fazendo pesquisa e dormi na casa deles durante uma semana? Na mesma hora, Adelino respondeu: “Não, esses já são da Kel”, e balançou a cabeça negativamente para o casal, sorriu e me entregou. Nessa hora, pensei em como isso é importante na feira orgânica, e como acontece a todo momento, não era só eu a privilegiada, muitos consumidores têm essa prática, esse casal mesmo poderia ter feito isso. Lembrei que outra vez cheguei numa barraca e perguntei se tinha ovos e o rapaz respondeu: “Se até às 11h o senhor não chegar, eu te dou”. Nessa lembrança, eu não era a privilegiada, eu era como o casal da minha frente. Senti um pequeno alívio, continuei a conversa, as compras e a experiência em campo (Vitória, 26 de julho de 2015).

O trecho acima retrata uma situação muito comum, principalmente nas feiras orgânicas ou agroecológicas, onde os alimentos não são vendidos em larga escala, provindos de pequenas produções. Sendo assim, o ato de solicitar ao produtor reservar algum alimento torna-se uma ferramenta importante do processo de circulação, consumo e venda de um produto.

A reserva de alimentos é realizada por diversos meios: telefone, *WhatsApp*, mensagens ou pessoalmente. Algumas vezes, a necessidade da reserva é de plantas que não estão expostas, mas que os produtores têm nas suas casas — como plantas medicinais, por exemplo. Em outros momentos, a reserva é a garantia de que aquele produto estará lá até a hora da chegada do consumidor à feira. Percebemos, porém, outras relações envolvidas nesse ato que vão para além do interesse econômico de receber o dinheiro após vender um produto, ou seja, da reserva ser realizada pelo produtor apenas como garantia de venda.

O alimento, na experiência apresentada, tanto para ao consumidor como para o agricultor, apresenta-se um tanto quanto único, especial. A partir do momento em que o produtor guarda o produto, ele está reservado para alguém, o alimento se torna de alguém, mesmo que ele ainda não o tenha pago, ou que o consumidor não pague nada pela reserva.

Emerge aqui um valor especial no alimento orgânico, expressão importante que marca a característica de um alimento particularizado, diferenciado. O alimento aqui não é tratado apenas como um simples “objeto”, mas como uma *coisa* valiosa, que merece ser reservada.

Não se trata de observar os objetos de estudo, ou os sujeitos, mas de compartilhar e habitar o mundo juntos, de estar atento à vida como a dimensão fundante que atravessa todos os seres, humanos e não humanos, agricultores, consumidores, pesquisadores, alimentos, etc. Assim, o ambiente da feira dá lugar ao movimento, ao encontro de seres vivos, que se entrelaçam e constroem histórias, onde o alimento perpassa grande parte das relações.

Ingold (2012) busca no trabalho do geógrafo sueco Torsten Hägerstrand (1976) mais elementos para questionar a composição do ambiente. Este imaginou cada elemento constituinte do ambiente — humanos, animais, plantas, pedras, prédios — como tendo uma trajetória contínua de devir. A partir das concepções de tempo e espaço na trajetória das coisas apresentada por este autor, “a grande tapeçaria da natureza tecida pela história” é um campo não de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas (INGOLD, 2012, p. 39). “Um ambiente é aquilo que cerca alguma coisa, mas não se pode cercar nada sem envolvê-lo” (INGOLD, 2012, p. 38).

O ambiente da feira orgânica, construído pelos diversos atores que apresentamos no decorrer deste trabalho, com suas especificidades no tempo e no espaço, é o lugar do fluxo, do movimento, das relações, de encontros, de afetos de desafetos entre tantas outras possíveis relações que não apenas cercam os atores, mas envolvem. “O ambiente nunca está completo, mas está continuamente sob construção” (INGOLD, 2000, p.172, tradução nossa).

A feira é o ambiente onde o outro para o agricultor (consumidor) está presente, o estranho que interage com aquela *coisa* produzida por eles. Dado momento do trabalho de campo, com um gravador de voz na mão, entrevistei Geovanna, questionando-a: “O que você gosta e o que não gosta da feira orgânica?” A sua resposta foi espontaneamente elaborada sobre como ela mesma é tratada neste ambiente, e como o alimento produzido por ela é tratado, apresentando certa dificuldade em diferenciar os limites entre os corpos.

É legal, é divertido. Em primeiro lugar é muito, muito divertido fazer feira. Porque o pessoal da cidade tem vez que eles não sabe como que se colhe uma cenoura. Aí eles acham engraçado que a gente deixa a folha da cenoura. Aí eles acha engraçado porque, assim, eles não conhecem, só conhecem a cenoura de supermercado né, quebrada e aí eles fica perguntando como é que é. Aí é bem divertido assim. E tem um, assim você conhece pessoas novas, tem pessoas é ... é... assim, muito interessadas assim tipo você. Aí que vem, pergunta, e monte de coisa.

A parte ruim é que tem muita gente assim bem, algumas pessoas vem e não respeitam né. Tipo assim, é... é... maltratam minhas verduras, jogam, quebram, esse tipo de coisa que eles podia evitar. Mesmo se eles não gostasse da verdura, não precisava fazer isso. Porque outra pessoa vai vim e vai comprar. É tipo se maltratar, se estragar, eu tenho que tirar, porque senão as outras verduras que eu tenho ainda de bonita ali, aí vai perder o valor se eu deixar aquelas quebrada. (...)É, não quer saber porque eles não tão aqui pra plantar, pra capinar, pra colher, pra cuidar né, porque a gente cuida. Cada alfacezinha que a gente coloca em cima do tabuleiro pra vender na feira a gente tem que cuidar daquele pé de alface. E quantos pés de alface a gente não planta por semana? Vai bastante. Vai quase dois... é... a gente que tem duas feiras, a gente planta mais ou menos dois, duas mil mudas por semana. Ai vai toda semana a gente planta, porque se deixar uma semana, se a gente não plantar uma semana, aí vai faltar. Aí aquela semana vai faltar verdura (Alto de Santa Maria de Jetibá, 24 de julho de 2015).

Posso sugerir, com base nesse relato de uma jovem agricultora orgânica, que um vendedor de alface de uma feira convencional também não deve gostar quando as pessoas amassam ou estragam a alface que foi comprado por ele na CEASA e está sendo comercializado na feira.

Entretanto, acredito que o relato da Geovanna denota o olhar pra a alface, por exemplo, como uma vida que tem valor, “cada alfacezinha” é cuidada por ela mesma, e isso requer tempo e dedicação. A forma de tratamento chamada por ela como “minhas verduras”, uma propriedade, uma criação própria, ressalta a significância do seu trabalho em todo o processo de produção, até chegar aquele ambiente de comercialização. Geovanna mostra ainda como é divertido ensinar, e até mesmo ser questionada pelos consumidores da intimidade de colher, do plantar, da interação que ela constrói com o alimento.

O depoimento da Marlene, que trabalha na Grota (Figura 5) e é esposa do Maciel, com cerca de 30 anos, também corrobora com a ideia do cuidado no tratamento dos alimentos. Segundo ela, o que a atrai na feira:

É porque você recebe muito elogio. Isso é bom. Porque não basta você só colher verdura aqui e levar, você tem também que lavar bem, encaixotar bem, tomar cuidado porque tem que trabalhar com

delicadeza com uma verdura mais sensível né, aí você chega lá e eles falam: “nossa, vocês cuidam muito né, vocês tomam cuidado.” E tem gente que bota de qualquer jeito num tem? Nenhum não ia gostar de comprar uma verdura toda amassada não é? Ai eles ficam elogiando, ai a gente leva pra gente, isso marca a gente, (...) Igual eu tive filho pequenininho, você tem que cuidar de uma criança bem pequeninha com mais delicadeza. Uma criança você não deve jogar de qualquer jeito. A pessoa tem que tomar cuidado com o que você cuida né? O que você planta, tudo precisa de carinho (Alto de Santa Maria de Jetibá, 23 de Julho de 2015).

Nota-se que o trabalho na feira proporciona o retorno instantâneo do trabalho do agricultor em relação ao alimento produzido e comercializado. Um elogio ao alimento é um elogio direto ao feitor dele, assim como pontuado pela agricultora. Da mesma forma que o descuido, a falta de respeito, ou maus tratos com os alimentos refletem de forma direta na percepção do agricultor e na identificação deste como sujeito diante do alimento.

É possível pressupor que, nos dois casos, os alimentos produzidos (frutas, verduras ou legumes), se mostram como uma extensão do agricultor. Pode-se ainda, nomear tal relação com mais intimidade, e chama-la de familiar, no sentido que Dardel (2011) expõe sobre a relação do humano com a terra.

Segundo o autor, “um laço de parentesco une o homem a tudo que o cerca às árvores, aos animais, até às pedras”, adiciona-se aqui o alimento, nesse leque de possibilidades de relações (DARDEL, 2011, p.49). Nota-se o laço de parentesco a partir do depoimento da Marlene. Que chega a comparar os alimentos com seu filho pequeno, exigindo, portanto, cuidado com onde e como é colocado em algum lugar.

A percepção do outro (consumidor) para com ele (agricultor), parece ser perpassada pela relação com o alimento como fio condutor dos fluxos. Supõe-se, ainda, que o alimento nas exposições destas agricultoras é um ser híbrido, no sentido que Latour (2013) propõe, pois percebemos a dificuldade em se diferenciar e separar as categorias que cientificamente costumamos separar como homem, natureza e cultura. A realidade como observamos aqui nos faz refletir e repensar novas formas de compreender as relações e fluxos existentes entre os atores analisados.

Outra questão importante de ser pontuada é que a maioria dos agricultores gostam de ir à feira, não apenas pelos elogios aos alimentos (e por consequência à sua produção e extensão como pessoa). Os agricultores

afirmam que a feira é o lugar da interação, de construir amizades, de conversar com pessoas desconhecidas. Os agricultores Romildo, Julia e Arcelino afirmam que a feira é um lugar de interação, de construir relacionamentos. Acerlino e Julia, pontuam que há uma diferença da relação que eles têm com pessoas da cidade em outros lugares, acentuando que a feira é o lugar de preferência de ambos.

Romildo: Ah, eu gosto de conversar com o pessoal, gosto de bater um papo com eles.

Julia: Eu acho que assim, na cidade, quando a gente vai até aqui na rua né, muita gente que a gente não conhece né, a gente nunca fala com ele. Mas lá, assim, na feira, é que nem aqui em casa. Quando vem gente eles fala com a gente como se fosse nós aqui.

Arcelino: eu acho que tem uma cara diferente. Quando você passa a cidade, assim, as pessoas estão ... as vezes nem olha. Na feira não, a gente sempre dá pode tá pensando que ... que não fala com as pessoas, mas quando vem ali, comprimenta a gente e já começa a falar né. Eu acho que é diferente. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 25 de julho de 2015).

Eric Dardel também afirma que o ambiente envolve o humano, trazendo à tona as questões subjetivas na relação com o lugar, a terra, as árvores, a grama, os coqueiros. Holzer (2011, p. 31) reflete sobre o conceito proposto por Eric Dardel e afirma que “a geograficidade como essência, define uma relação-a relação do ser-no-mundo”.

A relação de ser dos agricultores na feira, refletem um sentimento de contentamento, de afetividade, tornando este lugar familiar para os agricultores. A agricultora Julia afirma que “feira, é que nem aqui em casa”, se referindo a região onde ela mora, onde todos se comprimentam, acenam e interagem, mesmo sem conhecimento prévio.

O geógrafo Elisée Reclus reflete, na sua obra *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*, de 1866, sobre os cientistas que saíram dos seus países para explorar outros lugares, regiões, sentindo-se exploradores da natureza, “conquistadores do solo”, experiência provavelmente diferente da massa escrava que trabalhava arduamente sobre a mesma terra “a qual transcorria sua miserável vida”. O autor afirma que o sentimento da natureza, assim como o gosto pelas artes, desenvolve-se pela educação” (RECLUS, 2010, p. 69). A educação aqui apresentada pelo autor não é disciplinar ou escolar, mas a vivenciada nas práticas cotidianas, no convívio e relação com as paisagens.

Ao observar a vinda semanal dos agricultores à cidade para comercializar os alimentos produzidos, seria fácil sugerir um sentimento de desconforto (tanto para os agricultores quanto para os consumidores) nas diferenças existentes entre o mundo rural e o urbano. Porém, destacamos nas falas dos agricultores o oposto, a percepção do sentimento de afinidade com os consumidores no ambiente da feira. A troca de falas, conversas, cumprimentos, se tornam atitudes quase que inesperadas pelos agricultores, como uma surpresa que traz ânimo ao agricultor. Podemos supor que tais situações apresentam, para o agricultor, um sentimento de pertencimento na cidade, o lugar fora do seu ambiente de vivência cotidiana, (a feira) não parece tão estranho, mas familiar.

Outra situação presenciada e relatada no caderno de campo, que trouxe reflexões sobre as possíveis interações entre o alimento e as pessoas (produtores ou consumidores), foi gerada de um questionamento de uma senhora sobre a higienização dos alimentos expostos.

O fluxo de consumo matinal, até às 8h na barraca da feira, aparenta ser de pessoas mais idosas, apesar de que não fiz uma enquete nem uma pesquisa quantitativa, sendo mais uma constatação realizada através de observação. Uma dessas senhoras pegou uma cebola na mão e, com olhar de estranhamento, me perguntou: “Vocês não lavaram isso não, tá cheio de terra!?”. Naquela hora, lembrei da friagem nas mãos do dia anterior, da noite mal dormida, do trabalho árduo de todos que presenciei nos últimos dias convivendo juntos. Numa fração de segundos, quis responder muitas coisas, mas resumi meus pensamentos: “Sim, foi lavado tudo, é que é difícil mesmo sair tudo”. Ela jogou a cebola de volta para a barraca e saiu. Eu e Geovanna olhamos uma para outra e rimos.

No momento em que estava compartilhando das experiências com os agricultores, pude passar por um pedaço muito pequeno do que representa o cotidiano de vida deles. De certa forma, porém, posso afirmar que fui atravessada pela sensação de insatisfação com o comentário daquela consumidora. Acredito que fui afetada pela experiência, assim como Favreet-Saada (2005) propõe sobre a vivência em campo. A autora afirma que agir para além de apenas observar, é participar do campo, se permitir não saber, não

julgar, não trazer ou levar conhecimento, mas realizar trocas e construções de saberes.

Por isso, viver a experiência e ser afetada por ela é uma tentativa não de responder apenas as questões levantadas antes de ir campo, mas deixar também que outras questões apareçam, gradualmente, no trabalho de pesquisa.

As experiências apresentadas mostram a intrínseca relação entre os alimentos produzidos e os agricultores. Destacamos aqui que a organicidade do alimento é um importante fator na análise, pois trata-se de um trabalho de acompanhamento árduo, relatado diversas vezes pelos agricultores.

Nos relatos de agricultores que trabalhavam com a agricultora convencional antes de produzirem alimentos orgânicos, são notórios os impactos e distanciamentos necessários entre eles e a produção convencional e, por consequência, com o próprio alimento, para o bem-estar de todos.

Por não trabalharem mais com esse tipo de produção, os agricultores relatam experiências referentes à relação com produções convencionais vizinhas, ou de momentos passados da sua vida, ou ainda de histórias que ouvem no cotidiano entre familiares, amigos e outros agricultores.

Não, porque a gente não agüenta no meio do veneno, tem o tóxico. Se eu passar perto de onde eles pulverizam, eu já começo a passar mal (Alto de Santa Maria de Jetibá, 23 de julho de 2015, Teresa, 53 anos, agricultora).

Eu não podia mexer com veneno né. Mesmo sem a pessoa aplicar o veneno no lugar, se eu passar dá dor de cabeça (...) porque o veneno, a pessoa acha assim: não ele não me faz mal. Ele não faz mal na hora, mas com o tempo ele faz mal. Ele vai te fazer mal, se você aplicar agora, às vezes ele te faz mal na hora, ele vai te matar. Se ele não te matar ele vai fazer algum efeito em você daqui 5, 6 anos, ou até 10 anos. Até mais. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 23 de julho de 2015, Maria Helena, cerca de 40 anos, agricultora)

Eu sempre penso assim nos meninos. Eles vão na roça, pega um um tomatinho ou pega uma folha e eles comem. Se fosse com remédio não ia ser bom pra eles. Ia consumir isso sem lavar né, não ia ser bom. Que nem na cidade também. Tem gente que teve câncer e está se tratando. Eles pedem a nossa garantia que não tem veneno mesmo. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 24 de julho de 2015, Julia, 25 anos, agricultora).

Eu e minha mãe quando eu era mais nova, uns 14 anos, meu pai ia na frente com o trator, eu e minha mãe ia atrás puxando aqueles negócio para pulverizar. Sem máscara nenhuma... eu tava com 14 anos naquela época. E hoje em dia eu não quero isso pra mim mais. Eu posso até um dia falar assim, eu quero trabalhar de outra coisa, mas veneno nunca mais, isso daí tá fora de questão

(Alto de Santa Maria de Jetibá, 25 de julho de 2015, Marlene, cerca de 30 anos, agricultora)

Por que na época tinha muita gente se intoxicando, até com bomba nas costas morreram, se intoxicaram. (...) se é para morrer, então vamos morrer de outra forma, e falaram assim, nós vamos aderir a ideia de plantar sem matar e comer sem morrer. (Alto de Santa Maria de Jetibá, 23 de julho de 2015, Selene, cerca de 50 anos, agricultora.)

Dores, morte, câncer, intoxicação. Poderíamos apresentar muitos outros relatos que corroboram com as experiências acima expostas dos agricultores entrevistados. É possível afirmar que todos agricultores que já produziram alimentos a partir de uma agricultura convencional em algum momento da vida, não voltariam a produzir, e é muito comum ouvir dos agricultores “que trabalharia com qualquer outra coisa, menos com veneno de novo”.

Entendo que a produção convencional de alimentos não proporciona o fluxo de sensações e identificações entre o agricultor e o alimento sobretudo pelo uso de uma barreira física destrutiva, que é o veneno. O veneno aqui pode ser observado como uma interrupção, um bloqueio da relação humano e não humano, refletido nitidamente nos depoimentos dos agricultores. Inclusive, no relato da Selene, quando ela afirma: “Se é para morrer, então vamos morrer de outra forma”, e falaram assim, “nós vamos aderir à ideia de plantar sem matar e comer sem morrer”, encontramos a referência de morte relacionada ao uso do agrotóxico pelos agricultores.⁴⁴

Por isso, a relação entre humanos e não humanos que corresponde aos fluxos, organicidade, é contrária à compreensão apresentada pelos agricultores quando se referem a presença do agrotóxico nos alimentos produzidos por eles.

Já a agricultura orgânica torna fulgente a relação de identificação dos agricultores com os alimentos, assim como vimos a partir dos relatos de cuidados, carinho, dedicação, prazer em produzir, outrora apresentados. Cabe ressaltar que esta relação não é apenas confortável e amável, muitos agricultores relataram a dificuldade em produzir, e o cansaço/exaustão no trabalho da agricultura orgânica, mostrando um sentimento de insatisfação e desânimo com o tanto de dedicação da família em prol da produção. Não é

⁴⁴ Selene se refere ao grupo de agricultores que decidiram parar de usar agrotóxicos nos anos 1980.

intenção neste trabalho romantizar a relação dos agricultores com os alimentos orgânicos.

Seguir os alimentos orgânicos a partir da feira e vivenciar experiências com os agricultores que produzem estes alimentos me levou a analisar os fluxos, os movimentos dos corpos, os caminhos percorridos por esses seres.

A partir dos relatos dos agricultores, compreendo que há, para além do fluxo e caminho dos alimentos, um fluxo de relações pontuadas e diferenciadas em seu valor entre a produção orgânica e a produção convencional. Esses valores afastam ou aproximam o agricultor do tipo de produção de acordo com suas experiências. Percebemos, nas falas, experiências traumáticas, satisfatórias, as que denotam desejo na produção, carinho, afetos, entre outras sensações.

Entendo neste trabalho que produzir ou não alimentos orgânicos, portanto, é uma decisão que pode, a partir desse ponto de vista, ser influenciado pelas sensações, afetos ou desafetos, complicações ou benefícios que estão na relação e influência dos alimentos sobre o humano.

Com a experiência na casa dos agricultores, percebo as potencialidades dos agricultores em buscar a produção orgânica para se relacionar de forma mais harmoniosa com o seu próprio corpo, a sua saúde, e dos seus familiares.

Percebemos, também, a agricultura orgânica como um convite familiar que é buscado a partir de relações de parentesco, e a partir da influência dos líderes das associações que facilitam e estimulam a entrada dos agricultores de uma certa região.

A partir das pequenas relações aqui apresentadas, fomos levados a compreender o impacto das instituições, mídia, variações de preço, mercado, e da própria malha de relações sobre a produção da agricultura familiar orgânica nas diferentes épocas geracionais.

A feira é o lugar que atrai o agricultor, o consumidor o pesquisador, o lugar da expressividade máxima do movimento da malha de relações entre os humanos e não humanos, organizações, instituições, e as diversas coisas impactantes nos seres. O lugar que estimula reflexões históricas, e nos fez viajar no tempo e também no espaço, em busca dos diversos atores que compõe esse atual movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação histórica da malha de expansão do alimento alternativo e orgânico no ES representa, neste trabalho, o esforço de reconstruir histórias, trajetórias e experiências dos diversos atores envolvidos no processo.

Rádio pomerana, ajudar a plantar, a colher, a carregar sacos, a cozinhar, fotografar, gravar vídeo e entrevista, romance, histórias de morte, de bruxas, de traições, de veneno, de mudança. O alimento orgânico da feira me levou ao agricultor pomerano e seu modo de vida, ao plantar descalço mesmo no frio, a Igreja luterana como principal caminho institucional para vários direcionamentos (religioso, político, interpessoal, produção de alimentos) às receitas de pão no fogão a lenha, a trancar a porta e deixar a chave na fechadura para a bruxa não entrar... a viajar num caminho mais frutífero e instigante que já fiz por trás de um alimento.

Com o olhar focado nas relações entre os diversos atores que surgiram ao seguir o alimento, foi percebido o que há para além da comercialização destes alimentos, uma malha de relações interpessoais, simbólicas, políticas, econômicas e espaciais nos locais de produção e comercialização dos alimentos.

O trabalho teve como lugar de partida a feira e desmistificou a aparência de respostas prontas de um olhar superficial a este lugar. Foi escolhido observar as feiras orgânicas e agroecológicas da RMGV, que possui uma característica peculiar e de rápida conclusão: a maioria dos agricultores são imigrantes pomeranos, residentes da região Serrana do estado.

Aparentemente, com a predominância da cultura pomerana nestas feiras, presume-se que a origem do debate política e das práticas alternativas ao convencional se deu na região Serrana do estado. Porém, a análise deste trabalho trouxe subsídios para entender a descentralização do movimento agroecológico no estado, sendo vivido, inclusive, por diversos sujeitos, instituições e organizações.

Foi apresentado o destaque, por exemplo, do Norte do ES, na década de 1970, com a ascensão dos EFAs em diversos municípios, e a resistência construída pelos movimentos sociais em luta contra a política

desenvolvimentista que assolou a agricultura familiar com a propulsão da monocultura extrativista no estado.

No Sul do estado, também podem ser vistas experiências como o Hortão Capixaba, uma iniciativa precursora dos anos 1980, que estimulou o debate e o movimento da cena agroecológica no estado.

Essas experiências, entre outras, mostraram a espacialidade da expansão orgânica, que de forma alguma, estava situada ou aprisionada à ação de um ator, ou a um conjunto de atores de uma região, mas a uma malha de relações, espalhadas pelos diversos municípios do ES.

Ao mesmo tempo, constatou-se o importante espaço (político, religioso, econômico) da IECLB na região Serrana, com o trabalho de apoio aos agricultores da região na conversão para uma agricultura alternativa.

No que se refere à expansão dos alimentos orgânicos a partir da observação participantes das feiras, foi possível perceber que, dos diversos atores e relações apresentadas no decorrer do trabalho, existe um complexo de relações que envolvem, entre os variados atores, três principais membros que invariavelmente estarão nas feiras: o agricultor, consumidor e o alimento.

Sendo assim, algumas considerações finais sobre as relações aqui separadas por fins explicativos, tornaram-se mais claras após a pesquisa.

Na relação agricultor-consumidor, é possível notar, a partir dos depoimentos dos agricultores, a importância da afinidade com os consumidores, das conversas, e até mesmo perceber a diferença que é para o agricultor, a atitude dos consumidores em cumprimentá-los. Esse conjunto de fatos relacionados intimamente entre os dois atores, reflete também, na afetividade do agricultor com o lugar da feira, o ambiente que proporciona tais interações e sentimentos.

Na relação agricultor-alimento-consumidor, percebemos o elemento (não humano) atravessando a relação humana, como visto nos depoimentos onde o agricultor reage quando o alimento produzido é elogiado ou maltratado pelo consumidor; e também quando o consumidor interage com preciosidade no pedido de separação de um alimento para ele. É possível notar aqui um misto de sensações que denotam a intrínseca e válida relação entre os atores.

Na relação agricultor-alimento, é possível perceber que, não existindo a barreira do veneno/uso do agrotóxico, o agricultor guarda um sentimento de

orgulho na sua produção, de alegria em afirmar na feira que “esse é sem veneno”, que foi colhido e plantado por ele e por isso é confiável. Pode-se afirmar que o agricultor se relaciona com o alimento orgânico em alguns casos, como uma troca financeira de maior ganho (comparável a outras produções), também como elo para a construção de afinidades com os consumidores na feira, como a produção que é saudável para quem produz e quem consome, e até mesmo como filho (vide comparação de Marlene). Ressaltamos o parentesco que Dardel (2011) propõe entre seres não humanos e humanos como uma característica presente na experiência de trabalho de campo junto aos agricultores, e ainda, o parentesco existente entre os próprios agricultores que não era identificado anteriormente por eles, mas

Contudo, a análise não se restringiu a buscar as especificidades oriundas apenas de um ator, mas manteve a abordagem relacional entre os atores como base para desenvolver reflexões, o alimento, desta forma, foi considerado o fio condutor das relações. Neste sentido, entende-se como apontado por Schimitt (2011, p. 86), que “os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência”.

O desenvolvimento deste trabalho mostra que, para além de instituições responsáveis pela expansão da agricultura orgânica no ES, temos histórias de vida dos humanos e das *coisas* que interagem e se influenciam mutuamente nos ambientes. Olhar para a teia de produção e comercialização dos alimentos é olhar para interação, para o relacionar, para os significados das relações entre os atores.

A construção das relações de parentesco na agricultura familiar orgânica de Alto de Santa Maria de Jetibá representa um importante momento da pesquisa, pois aponta para a trajetória específica deste trabalho, que partiu das experiências dos agricultores familiares das feiras (com predominância dos agricultores desta região) à construção das malhas históricas e políticas de expansão do alimento orgânico no ES. No entanto, não era esperado encontrar tamanha familiaridade entre os agricultores da feira específica analisada, uma surpresa agradável para uma pergunta que não estava pré-estabelecida no

trabalho, e por isso, entendemos ter sido uma consequência da proposta de deixar-se afetar pela pesquisa, como sugerido por Favreot-Saada (2005).

A perspectiva relacional se desenvolveu como o eixo central do trabalho, conectando os diversos atores apresentados que contribuem com a agricultura orgânica no estado. Seguimos as linhas locais e encontramos o entrelaçar que transborda o perímetro local, formando as malhas relações espalhadas pelos diversos municípios do estado.

O transbordar de relações da teia de produção e comercialização dos alimentos orgânicos no ES é um movimento constante, que foi recortado e observado nesta pesquisa, porém, sem o intuito de sanar ou dar conta de todas as particularidades históricas e futuras da teia.

Pode-se sustentar, neste trabalho, uma expansão contínua da teia, o que aponta, portanto, para um aumento do consumo e produção de alimentos orgânicos nos próximos tempos. Porém, pode-se afirmar também que é possível perceber uma tendência para o aumento de conflitos, principalmente dos “sistemas simbólicos”, o qual Bourdieu (2011) defende, trazendo cada vez mais cruzamento de noções, aglomeração de conceitos, e um perceptível uso indiscriminado dos termos “natural”, “orgânico”, “agroecológico”, “sustentável”, entre outros por parte dos consumidores, dos agricultores e também de organizações públicas e entidades privadas, variando conforme intencionalidade do ator.

A análise desta malha de relações aponta, também, para a necessidade de compreender as experiências, histórias, e trajetórias dos demais atores apontados no trabalho, o que irá contribuir para trazer mais especificidades da produção orgânica, agroecológica e alternativa no ES através de outras perspectivas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A guerrilha esquecida: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2014.

AZEVEDO, Elaine. **Vegetarianismo**. Revista Demetra, 8, (Supl.1); 275- 288. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/6609#.WU0_FTlyvIU> Acesso em 20 de maio de 2016.

BERNADINO, Renata Venturim. **Os Urbanistas**. Revista de Antropologia Urbana. Ano 3, volume 3, número 4, julho de 2006. Disponível em: <<http://cirandas.net/-semeando/grupos-de-pesquisa/criacao-de-grupos-de-consumo/exemplo-de-cooperativa-de-consumo-o-broto-es.doc?view=true>>. Acesso em 10 de dez. de 2016.

_____. **Uma análise sociológica sobre o consumo de alimentos orgânicos a partir das representações sociais dos consumidores de Barro Vermelho em Vitória-ES**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9144_Dissertacao_Renata_Venturim_Bernardino_B523a.pdf>. Acesso em 10 de mar. de 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. GEOUSP- Espaço e Tempo, São Paulo, nº 14, p 107-117, 2003. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Bombardi.htm>.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 03 de ago. 2016.

COUZEMENCO, Fernanda. **Capixabas entram no mapa mundial das hortas comunitárias**. Reportagem disponível no site do Século Diário. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/32256/10/capixabas-no-mapa-mundial-das-hortas-comunitarias#.WHFKEm5LzWg.facebook>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**; tradução Werther Holzer.-São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. Dissertação de mestrado, Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, UFES: Vitória, ES, 2012.

FRAVRET-SAADA. Jeane. 1990. **“Etre Affecté”**. In: Grandhiva Revue d’histoire et d’archives de l’Anthropologie, 8. PP.3-9. Tradução: Paula Siqueira. 2005.

GOLDMAN, Marcio. **Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100008>. Acesso em 22 de mar. de 2016.

GUIVANT, J.S. **Os Supermercados na Oferta de Alimentos Orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip**. Ambiente e Sociedade. v.6 n. 2 jul./dez./2003. p. 63-81.

HOLZER, Werther. **A geografia fenomenológica de Eric Dardel**. In: O homem e a terra: natureza da realidade geográfica/ Eric Dardel. São Paulo: Editoria Perspectiva, 2011.

_____. **A influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanista Norte Americana**. XVI Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Porto Alegre, julho 2010.

INGOLD, Timothy. **The perception of environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. New York, 2000. http://www.mit.edu/~susannes/pdf_files/ingold00_part2.pdf

_____. **Trazendo as coisas de volta a vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. University of Aberdeen – Escócia. Horiz. Antropol. Vol.18 no. 37 Porto Alegre Jan/june 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100002>. Acesso em 18 de abril de 2015.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo**. 2013. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

MALINI, Fábio Luiz de Lima. **Um método perspectivista de Análises de Redes Sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede**. XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia- 2016. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos_malini_2016_3269.pdf>. Acesso em 18 de abr. de 2017.

MARCUS, George E. **Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal.** Alteridades, vol. 11, núm. 22, julio-diciembre, 2001, pp. 111-127.

PORTILHO, Fátima. **Consumidores de alimentos orgânicos: discursos, práticas e autoatribuição de responsabilidade ambiental.** In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26. Porto Seguro, jun. 2008. 19 p. GT 29. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2022/fatima%20portilho.pdf>. Acesso em 18 de mai. de 2016.

REIS, Nelson Aloysio; MALINI, Fábio Luiz de Lima. **A hashtag #NaoVaiTerGolpe à luz do método perspectivista de ARS.** XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2064-1.pdf>>. Acesso em 20 de abr. de 2017.

Saldanha; Antongiovanni; Scarim. **Os diálogos entre a multifuncionalidade da Agricultura Familiar e os Projetos Coletivos da Educação do Campo e da Agroecologia no Note do Espírito Santo.** In: Ademir A. Cazella, Philippe Bonnal e Renato S. Maluf. Organizadores. Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro. Mauad, 2009. 301f.

SALLES, Marcia Guelber. **Construcción de Conocimientos em avicultura ecológica em Espírito Santo, Brasil: Análisis de procesos y perspectivas de avance.** UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, 2009.

SCHIMITT, Claudia. **Redes, atores, e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, mai./ago. 2011, p. 82-112. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22438>> Acesso em 10 de març. de 2016.

SIQUEIRA, Halloysio Miguel de. **Transição agroecológica e sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do território do Caparó-ES: o caso da cafeicultura.** 2011. 165f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal).

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ.

Sposito, Elaine Caliman. **Agricultura orgânica do estado do Espírito Santo: diversidade e comercialização de seus produtos na região metropolitana de Vitória**. Dissertação de Mestrado/ São Carlos: UFSCar, 2016. 158 p.

WOLFF, Luis Ferando. **Agricultura Sustentável e Sistemas Ecológicos de Cultivo**. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/wolff.htm>>. Acesso em 06 de mar. de 2017.

ZANONI, Ângelo de Sousa. **Monopolização e r-existências: os diferentes usos do território noroeste do Espírito Santo**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ANEXOS



MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 AV.N.SRA. DOS NAVEGANTES, N.495, 8º.AND, - Bairro PRAIA DO SUÁ, Vitória/ES, CEP 29050-420
 Telefone: e Fax: - <http://www.agricultura.gov.br>

Recebido Recepção

13/07/16

Tatiana Alves

Recepção
 Boulevard Shopping Vila Velha



21018.002431/2016-67

Ofício nº 383/2016/SFA-ES/GM/MAPA

Vitória, 07 de julho de 2016.

Ao Senhor,

Marcelo Oliveira

MD. Superintendente do Shopping Boulevard
 Rodovia do Sol, 5000, Jockey de Itaparica
 CEP: 29.103-900 – Vila Velha-ES
 sac@boulevardvilavelha.com.br

Assunto: Comercialização de Produtos Orgânicos em 'feiras agroecológicas'

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos saudar a iniciativa do Shopping Boulevard em implantar uma 'feira agroecológica', o que muito poderá colaborar na oferta de alimentos saudáveis aos clientes, bem como no esclarecimento da população quanto à garantia da qualidade orgânica dos produtos comercializados.

Cumprir esclarecer que o Decreto nº 6.323/2007 incumbe ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Saúde e ao Ministério do Meio Ambiente – conforme a natureza do produto – a fiscalização relativa à inspeção da produção, manipulação, industrialização, circulação, armazenamento, distribuição, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros.

Nesse sentido, convém destacar o disposto na legislação pertinente, Lei nº 10.831/2003 e Decreto nº 6.323/2007:

Lei nº 10.831/2003

Art. 3º Para sua comercialização, os produtos orgânicos de verão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

Decreto nº 6.323/2007

Art. 23. - É proibido, na publicidade e propaganda de produtos que não sejam produzidos em sistemas orgânicos de produção, o uso de expressões, títulos, marcas, gravuras ou qualquer outro modo de informação capaz de induzir o consumidor a erro quanto à garantia da qualidade orgânica dos produtos.

Assim, com vistas ao atendimento do previsto na legislação – e para que não haja possibilidade de indução a erro do consumidor quanto à garantia da qualidade orgânica dos produtos – vimos alertar Vossa Senhoria quanto à necessidade de que os produtores que estejam comercializando seus produtos nas ‘feiras agroecológicas’ sejam integrantes de um sistema orgânico de produção – nos termos da Lei –, cuja garantia é dada pelo **Selo Único Oficial**, no sistema de certificação da conformidade orgânica, ou pela **Declaração de Cadastro de Produtor vinculado a OCS**, no caso dos agricultores organizados em Organizações de Controle Social – OCS.

Dessa forma, solicitamos a adoção de providências de Vossa Senhoria no sentido de exigir dos produtores cadastrados para venda na ‘feira agroecológica’ do Shopping Boulevard a apresentação do **Certificado de Conformidade Orgânica** ou a **Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado à OCS**, cujos modelos seguem em anexo.

Convém ainda destacar o que preceitua a Instrução Normativa nº 19/2009, que em seu artigo 111 dispõe:

Instrução Normativa nº 19/2009

Art. 111. No momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores familiares deverão manter disponível a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado à OCS emitida pelo órgão fiscalizador.

Por oportuno, alertamos Vossa Senhoria quanto à eventual presença de produtores que porventura não atendam as condições acima mencionadas, o que poderá ensejar a adoção de sanções em face dos agentes causadores, o que inclui o estabelecimento promotor das ‘feiras agroecológicas’, conforme o que dispõe o art. 58 do Decreto nº 6.323/2007:

Decreto nº 6.323/2007

Art. 58. - A inspeção e a fiscalização de que trata este Decreto serão realizadas em unidades de produção, estabelecimentos comerciais e industriais, cooperativas, órgãos públicos, portos, aeroportos, postos de fronteira, veículos ou meios de transporte e quaisquer outros ambientes onde se verifique a produção, beneficiamento, manipulação, industrialização, embalagem, acondicionamento, transporte, distribuição, comércio, armazenamento, importação e exportação de produtos orgânicos.

Parágrafo único. - A fiscalização de que trata este artigo se estenderá à publicidade e à propaganda de produtos orgânicos, qualquer que seja o veículo empregado para a sua divulgação. (grifamos)

Certos de contar com sua compreensão e colaboração, colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas, pelos telefones (27) 3137-2753 / 3137-2727 ou pelos endereços eletrônicos dpdag.es@agricultura.gov.br e flavio.marquini@agricultura.gov.br.

Atenciosamente,

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA